



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

VINICIUS DIAS CUNHA

**SOBREVIVENDO NO INFERNO: UM ESTUDO SOBRE A RODA DE
CONVERSAS DE HOMENS NEGROS DE BRASÍLIA E NARRATIVAS
SOBRE SAÚDE**

BRASÍLIA

2024

VINICIUS DIAS CUNHA

**SOBREVIVENDO NO INFERNO: UM ESTUDO SOBRE A RODA DE CONVERSAS
DE HOMENS NEGROS DE BRASÍLIA E NARRATIVAS SOBRE SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

Orientador: Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares

Brasília

2024

Vinicius Dias Cunha

Sobrevivendo no inferno: um estudo sobre a Roda de Conversas de Homens Negros de Brasília e narrativas sobre saúde

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Data de aprovação: 27 de Junho de 2024

Banca examinadora:

Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares

Universidade de Brasília – UnB/Faculdade de Ceilândia
(Orientador/ Presidente)

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

Universidade de Brasília – UnB/Departamento de Filosofia
(Examinador interno)

Prof. Dr. Guilherme Oliveira Lemos

Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina
(Examinador externo)

AGRADECIMENTOS

Aos que atravessaram um oceano de angústias e caminharam no chão colonizado, transformando-o em chão de terreiro, em vida e em possibilidades.

À Njila, poder do fazer e do desfazer, refeito em caminhos alternativos.

À malandragem e outras forças ancestrais que estão pelas ruas, becos, esquinas.

A Tateto Ngongobila, força criadora que me mantém, me guia e sempre me empresta a flecha certa.

A Mameto Ndandalunda, por ser água refrescante.

Ana Carolina Souza Marques, por ser escuta e ombro pro descanso.

Às crianças Maria Alice, Ana Elisa e João Victor, pela alegria que o espírito infantil causa em um lugar.

A minha mãe Sirdilei Dias Cunha, pelo incentivo, cuidado e criação.

A Ivanil da Silva Cunha, por ser meu pai carnal e me munir com bons exemplos. Esteja em paz!

A minha tia Rita de Cássia Silva Dias, uma mãe pra mim.

Aos meus irmãos, Viviane Dias Cunha e Vitor Dias Cunha, parceiros sempre.

Aos meus avós paternos e maternos, mas especialmente à minha avó Sebastiana Silva Dias, que me emociona com seu exemplo, mesmo não estando deste lado da Kalunga.

Ao Tata ria Nkisi Ngunze'tala, por ser cuidador e cuidadoso.

Ao meu Tata Ndengue, amigo e irmão Mutawame Sanchez.

A Tumba Nzo A'na Nzambi, por ser lugar de amparo.

A Leonardo Ortegá, Diogo Leonardo e Adalberto Lima, pela amizade.

A Emiliano Camargo David, pelas trocas e supervisão.

A Joceline Gomes Silva pelo incentivo e amizade.

Ana Carolina de Souza Silva e Danilo Assis Clímáco pela revisão e trocas intelectuais.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

Ao Professor Breitner Luiz Tavares.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS – agentes comunitários de saúde

CDS – Comissão de Determinantes Sociais em Saúde

CEP/CHS – Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília.

CNSH – Coordenação Nacional de Saúde dos Homens

COVID-19 – doença do coronavírus

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CSPI – Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa

DANT – doenças e agravos não transmissíveis

DAPE – Departamento de Ações Programática Estratégicas

DCNT – doenças crônicas não transmissíveis

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFF /Fiocruz – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e Adolescente Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz

MEI – microempreendedor individual

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG's – organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAB – Política Nacional de Atenção Básica

PNAISH – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

PNDH1 – primeiro plano de direitos humanos

PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

PPGDSCI/UnB – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RCHNB – Roda de Conversa de Homens Negros de Brasília

SAS – Secretaria de Atenção à Saúde

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SGEP – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UF's – Unidades da Federação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cosmograma Kongo p. 42

“Pros parceiros, tenho a oferecer minha presença. Talvez até confusa, mas real e intensa”

Racionais Mc's

RESUMO

Este trabalho busca analisar as estratégias de manutenção da saúde, desenvolvidas entre homens negros na Roda de Conversa de Homens Negros de Brasília (RCHNB), que é executada quinzenalmente e de forma autônoma por um coletivo de homens desde o dia 22 de agosto de 2018 em Brasília, Distrito Federal. Através do método de pesquisa social reconstrutiva (Bohnsack, 2020), foram identificados três eixos narrativos que se repetiam entre os participantes, nos dando um panorama grupal da RCHNB: 1 – A Roda como equipamento de promoção de saúde; 2 – A Roda ressignificando a negritude dos participantes; 3 – A Roda como uma estratégia contracolonial de enfrentamento do racismo por homens negros. A pesquisa ressalta aspectos subjetivos através da reprodução de falas e significados dos participantes, juntamente com uma narrativa pessoalizada do porquê o tema foi escolhido, demonstrando um entrelaçamento com o foco de pesquisa e a construção de vida de um ser afetado (Fravet-Saada, 2005) pela temática, o que resultou em um olhar para subjetividades múltiplas – ainda que todos estivessem dentro da categoria *homens negros*. Com isso, buscou-se chamar atenção para a necessidade de desmistificação e de quebra de um bloco monolítico de análise. O grupo deixou evidenciado a complexidade da separação em duas categorias estruturantes da sociedade brasileira: o gênero e a raça. A pesquisa também destaca dispositivos legislativos que possibilitariam pensar a promoção de saúde para os homens negros do Brasil em um nível institucional do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Homens negros. Masculinidades. Masculinidade negra. Racismo. Relações raciais.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the health maintenance strategies developed among black men in the Brasília Black Men Conversation Circle (Roda de Homens Negros), which has been conducted biweekly and autonomously by a collective of men, every two weeks, since August 22nd. 2018 in Brasília-DF. Using the reconstructive social research method (Bohnsack, 2020), three narrative axes were identified that were repeated among the participants, giving us a group overview of circle: 1 – The Circle as health promotion equipment; 2 – The Circle giving new meaning to the blackness of the participants; 3 – The Circle as a counter-colonial strategy for confronting racism by black men. The research highlights subjective aspects through the reproduction of the participants' speeches and meanings, together with a personal narrative of why I chose this topic, demonstrating an intertwining with the research object and the construction of the life of an affected being (Fravet-Saada, 2005) through this topic, which ultimately resulted in a look at multiple subjectivities, even though they were all within the category of "black men". We wanted to draw attention to the need to demystify and break down a monolithic block of analysis. The group highlighted the complexity of the division into two structuring categories of Brazilian society: gender and race. The research also highlights legislative provisions that would make it possible to think about health promotion for black men in Brazil at an institutional level of the Brazilian State.

Keywords: Black men. Masculinities. Black masculinity. Racism. Race relations.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA	18
1.1 Questões éticas.....	22
1.2 O tópico guia.....	24
CAPÍTULO 2 - O IN-SIGNIFICANTE HOMEM NEGRO E O SIGNIFICADO DE HOMEM UNIVERSAL	25
2.1 Palavra de – um – homem.....	28
2.2 Seja homem! Confusões entre virilidade, emasculação e medo da castração	34
CAPÍTULO 3 - A RODA DE CONVERSA DE HOMENS NEGROS DE BRASÍLIA.....	41
3.1 - Contexto, historicidade e formato	41
3.1.1 O que se fala na roda.....	46
3.1.2 O passo a passo de uma roda.....	47
3.1.3 Auto nomeação, autodeclaração e a formação de narrativas	48
3.1.4 Aquilombamento e rotas de fuga	53
3.1.5 Sendo sujeito homem: alguns aspectos subjetivos e objetivos	56
3.1.6 Os incomodados que se mudem: autoidentificação e heteroidentificação na RCHNB	60
CAPÍTULO 4 - ESTUDOS DAS MASCULINIDADES E SAÚDE DO HOMEM NEGRO.....	65
CAPÍTULO 5 - A CRIAÇÃO DE IMAGINÁRIOS COMO SUPORTE PARA A DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE	73
5.1 A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH).....	77
5.1.1 Muito além do corpo	79
5.1.2 Portarias, investimentos e levantamentos sobre a PNAISH.....	81
5.2 - A política Nacional de Saúde Integral da População Negra.....	85
5.2.1 Possíveis intersecções entre a PNASIH e a PNAISPN	88
5.2.2 A necessidade de valorização das vozes dissidentes.....	89
5.2.3 Racismo, preconceito, discriminação.....	93
5.2.4 Disputas políticas: quem diz o que é o homem negro?.....	96
CAPÍTULO 6 - RESULTADOS	101
6.1 Grupo de discussão	102
6.2 Questionário virtual	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS	126
Anexo 1 – Instrumento de coleta de informações - Tópico guia	126
Anexo 2 - Questionário virtual	128

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Chamar atenção para a importância da discussão entre saúde e os homens negros é uma urgência das ciências humanas e sociais, em especial dos estudos que pensam as masculinidades nas mais variadas disciplinas e interfaces. Infelizmente, tal importância se dá como um alerta, diante dos altos índices de mortes violentas que acometem a população negra do Brasil, em especial, a morte de homens negros jovens da periferia. Particularmente, o foco de estudo desta dissertação é a Roda de Conversas de Homens Negros de Brasília (RCHNB), um grupamento autônomo e exclusivo para homens negros, que se reúne bimensalmente no Distrito Federal desde o ano de 2018.

A relevância intelectual e social de tal pesquisa se dá diante da escassez de produções que versam sobre homens negros e saúde (Soares; Araújo, 2019), alinhada ao problema social da violência supracitada. Tais fatos coadunam com a escassez de políticas públicas de saúde para homens negros, em que dificilmente são percebidas estratégias governamentais para instaurar condições de cidadania a esse segmento populacional. Por esse motivo, buscamos na RCHNB apontamentos que possam nos ajudar nesta pesquisa.

Segundo o Atlas da Violência de 2019, houve um aumento de 38,3% nas taxas de homicídios da população masculina e jovem entre os anos de 2007 e 2017. Mais especificamente, o Atlas aponta para um crescimento de 3,3% da taxa de homicídio entre a população não-negra, enquanto na população negra o aumento é de 33%.

Historicamente homens negros buscam, por conta própria ou em parceria com as mulheres negras, formas de convívio comunitário que promovem o bem-estar. Tais arranjos suplantam as divisões baseadas apenas no gênero (Oyèwùmí, 2021), o que faz com que a pesquisa sobre homens negros precise de outros aportes – como o da interseccionalidade – para observar as complexidades sociais desenvolvidas por esses grupamentos. Fato indiscutível é que analisar os homens negros sobre o olhar generalista do gênero os colocaria inseridos em teorias que podem versar com construções colonialistas, uma vez que a raça foi condição primeira para a chegada dos homens negros na diáspora brasileira.

Ainda assim, é importante ressaltar que as formas de vida desenvolvidas por esses homens antecede teoria contemporâneas sobre as masculinidades, portanto, os agrupamentos de terreiro, os kalundus, os movimentos como o samba, a capoeira, ou os mais

contemporâneos, como o hip hop, a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro, concentram grande contingente de homens negros e carecem de mais pesquisas com a finalidade de apontar formas de produção de vida agenciadas por eles.

O estilo de pesquisa utilizado nesta análise sobre as manifestações dos homens envolvidos é o qualitativo, onde juntamente com a conceituação teórica, mesclou falas dos participantes de maneira literal. Estas falas foram gravadas nos dois grupos de discussão realizados para esta pesquisa, o que possibilitou a transcrição e escrita intercalada ao texto teórico.

A RCHNB pode ser considerada um grupo heterogêneo por diversos recortes (classe social, orientação sexual, localidades diversas), mas com uma implicação homogênea que leva às reuniões: a raça e o gênero. Portanto, resolvemos optar pelo método social reconstrutivo (Bohnsack, 2020), a fim de interpretar as formulações e a interpretação dos indivíduos participantes da RCHNB. Para esse levantamento, foram feitos dois grupos de discussão e o envio de um questionário virtual para outros membros da Roda participarem. Enquanto nos grupos de discussão as perguntas foram direcionadas às especificidades que eu gostaria de pesquisar, o questionário abordava questões mais amplas dos homens negros e da sociedade como um todo.

A RCHNB ocupa um lugar de produção de saber que se constrói inter e intragrupalmente, o que serve para pensar nas inferências racistas na vida dos participantes e, obviamente, nas estratégias de combate contra o racismo. É diante disso que tecemos uma das hipóteses de análise, que é: *A RCHNB promove saúde e cuidado entre os envolvidos?*

Durante o percurso da pesquisa, foram realizados dois grupos de discussão feitos com o propósito de saber as opiniões dos participantes da Roda, como uma espécie de catalisadores do que os membros viviam nos encontros. Paralelamente a análise desses grupos de discussão, apresento ao longo dos primeiros capítulos deste trabalho os aspectos de toda minha vivência como um dos fundadores e membros da Roda, que, através da reflexão de um homem negro e psicólogo, compartilha de algumas angústias provocadas pelo fenômeno do racismo. Apesar da indissociável realidade que permeia meu olhar em tentar demonstrar as consequências da racialização a qual somos submetidos, foi preciso que eu suspendesse partes das minhas impressões e me colocasse como um agente motivador de discursos, capaz de escutar a realidade de outros homens negros que era estranha à minha.

Nesse processo de análise metodológica das informações obtidos, três instâncias que interagem entre si foram operadas: a captação e a transcrição do discurso dos entrevistados; a análise e a interpretação formulada do conteúdo obtido; e uma outra análise, agora refletida a partir de tudo que foi lido e ouvido. Nesse último estágio, questões da dinâmica do grupo foram relatadas, o que poderemos perceber nos resultados de pesquisa.

Para aferição das orientações coletivas dos integrantes da RCHNB, foram realizados dois grupos de discussão, com 16 perguntas separadas em 7 tópicos: saúde; auto narrativa; comunidade e relações interpessoais; masculinidade e relação entre homens; raça e negritude; virilidade; e violência e gênero. Já o questionário virtual tinha a intenção de ampliar a participação, sendo direcionado a membros que não participaram do grupo de discussão, que puderam responder a questões mais genéricas, relacionadas ao mercado de trabalho, à moradia, à orientação sexual, à idade, ao acesso à saúde pública e ao esporte. Todos os procedimentos de levantamento de informações foram feitos durante o período de pandemia da doença do coronavírus (COVID-19). Dessa forma ambos os grupos precisaram ser realizados na modalidade on-line, por questões sanitárias.

Apontar as problemáticas relacionadas a esse público faz parte da tentativa conjunta de elucidar aspectos promotores de saúde para os homens negros do Brasil de forma genérica. Digo isso, pois as características intraculturais espalhadas pelo território nacional fazem com que esse grupamento se torne múltiplo, atravessado pelas dinâmicas comunitárias que os homens negros estão inseridos. Temos, portanto, um vasto campo para o desenvolvimento de pesquisas sobre homens negros com atenção ao território e às dinâmicas culturais.

A compreensão de que a sociedade brasileira é negra, formada a partir de uma diáspora forçada, tem na colonialidade uma fonte de pensamento que nos incentiva a refletir os porquês de atualizações da violência direcionada à população negra, em especial, aos homens negros. O que seria o curso normal civilizatório foi chamado, nas palavras de Aimé Césaire (2020), de *proletarização e mistificação*, em que o formato de sociedade colonizada implanta formas *coisificadas* de se relacionar com aquele que só serve para servir. Diante disso, buscamos referências de reflexões que se encaixam no pensamento transdisciplinar. Nesse sentido, as teorias decoloniais (Madonado, 2018) e contracolonial (Bispo dos Santos, 2015), resguardadas as particularidades de cada uma delas, possibilitam auxiliar na compreensão do estrago colonial que se atualiza na contemporaneidade, ao mesmo tempo que

criticam um caráter normativo de nossa sociedade, que dialoga com a realidade através da colonialidade (Quijano, 2005)

No auxílio para a elaboração dos efeitos do racismo no psiquismo negro, recorreremos ao pensamento fanoniano e psicanalítico que pôde refletir como o ideal branco insiste em formar e reformar uma suposta humanidade universal, produzindo, com isso, alguns mecanismos de controle diante de tudo que escape do que a hegemonia considere padrão ou normal.

Esta dissertação não tem a intenção de dizer o que são os homens negros, por isso é necessário atenção para a armadilha generalista do racismo, que retira a diversidade interna do grupo negro e tenta resumi-lo a algumas atitudes e comportamentos mais particularizados. Nossa ideia é se somar às milhares de vozes negras e a outros grupos subalternizados que não perderam o seu individualismo, apesar das violentas imposições hegemônicas que rotulam públicos subordinados ao enlace intelectual. Nesse sentido, não teremos espaço nem tempo para abordar todas essas manifestações, pois homens negros estão criando e recriando modos de viver desde o futebol, passando pela poesia e, ultimamente, ocupando as cadeiras universitárias.

Este estudo é fruto de inquietações antigas, mas ressaltadas em especial pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (PPGDSCI/UnB), que me despertou, diante de algumas teorias do desenvolvimento, para o apontamento de uma subalternidade brasileira diante de imposições do chamado “primeiro mundo”. Aqui cabe a pergunta sobre os lugares estratégicos ocupados pelos homens negros para a manutenção do sistema mundo de desenvolvimento. Não me parece exagero dizer que, dentro dos países subalternos, o homem negro é o subalterno na subalternidade.

Tais reflexões se somam ao grande contingente de estudantes negros e negras que adentraram o espaço universitário a partir de 2003 (Gomes, 2012), relativizando o ambiente circundante e forçando, através das relações institucionais, que as práticas e produções pedagógicas fossem revistas, com isso, auxiliando um campo de pensamento que produz indagações relevantes para uma sociedade mais igualitária, humanitária e menos violenta.

CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA

Conforme já mencionado, esta pesquisa usará a Roda de Conversas de Homens Negros de Brasília como foco de estudo para apontamentos sobre algumas relações entre saúde e os homens negros que frequentam o grupo.

Sendo um ambiente plural, ainda que com um público bem definido, a necessidade de um método de pesquisa que aponte para a captura de uma realidade diversa foi o que me fez escolher um modelo de pesquisa social e qualitativa. Optei pela realização de dois grupos de discussão, com perguntas temáticas que julguei importantes para a captação de sentidos construídos pelos participantes. Conto ainda com a contabilidade de um questionário enviado virtualmente para os envolvidos, que tem como finalidade abranger a participação (já que o grupo de discussão limitou a atuação de alguns membros da roda por falta de disponibilidade de agenda) e apurar aspectos mais amplos da vida social desses homens.

A construção racista da sociedade impacta na qualidade de vida da população negra através de diversos mecanismos de desumanização, de descaso e de dificuldade de acesso à serviços. O apontamento dessas negligências pode ser aferido em diferentes momentos da avaliação qualitativa. Tratamos de pontos de vista diversos, objetivando atingir a maior gama de visões possíveis concernentes a um atravessamento que impacta a maioria dos entrevistados. Não se trata de doença como ponto de partida, apesar do relato de manifestações patológicas, mas, sim, de debruçar-se nas construções traumáticas com a finalidade de expor falas que, geralmente, são ignoradas por nossa organização social, seja pela falta de sensibilidade societária ou pela ausência de dispositivos institucionais de participação popular que incentivem a manifestação dos homens na construção de políticas de manutenção da saúde e de prevenção de doenças.

Sendo o grupamento *homens negros* entendido como um recorte social interno à organização societária brasileira, coube buscar meios avaliativos que manifestassem a experiência deles com o seu mundo circundante. Para fins de objetividade, busquei saber sobre a relação desses homens e a saúde, ou melhor, o que eles entendem por saúde. Dessa forma, elegi o método social reconstrutivo (Bohnsack, 2020) como aparato metodológico para essa “captura”, ao mesmo tempo que, enquanto um homem negro advindo da periferia, trouxe na introdução deste estudo um pouco de minha história particular. Essa estrutura tem duas intenções narrativas: 1 – evidenciar a escolha afetiva da temática das masculinidades negras por mim; e 2 – humanizar a narrativa em primeira pessoa no interior dos estudos das

masculinidades negras, destacando uma voz que sistematicamente é apagada e usada de forma voluntarista em algumas narrativas hegemônicas. Nesse ponto me senti desafiado, pois as pesquisas acadêmicas geralmente têm um aspecto narrativo que evidencia a separação pesquisador e pesquisados. Para cumprir tal objetivo, faço uso do conceito de *ser afetado* (Favret-Saada, 2005) enquanto uma forma de me colocar no campo junto com o foco de pesquisa, em que a participação se torna um instrumento de conhecimento e o afeto uma construção feita entre o eu e o outro, criando um entre.

As percepções de Favret-Saada (2005) acabam por dialogar com a obra de Ralf Bohnsack (2020) e suas metodologias reconstrutivas. Bohnsack teve fortes referências nos escritos de Karl Mannheim. Nas palavras de Weller (2005, p. 262), “Mannheim apresenta um método ou um caminho para a indicialidade dos espaços sociais e compreensão das ‘visões de mundo’, sendo que a diferenciação entre ‘visões de mundo’ e ‘imagens de mundo’ necessitam de diferenciações”. Ela segue:

as visões de mundo são construídas a partir das ações práticas e pertencem ao campo que Mannheim definiu como sendo o do conhecimento ateórico. Nesse sentido, a compreensão das visões de mundo e das orientações coletivas de um grupo só é possível através da explicação e da conceituação teórica desse conhecimento ateórico (p. 262).

Já Bohnsack (2020) vai além, quando valoriza um sistema de símbolos que é desenvolvido por um grupamento através da língua. Os símbolos carregam sentido para determinadas circunstâncias vividas e operadas pelo grupo. Por sua vez, Favret-Saada (2005) se questiona sobre o que pode ser comunicado de forma não verbal pelos pesquisados. Novamente, a etnóloga aposta que, nesses momentos, o afeto comunica e é como a intensidade que o outro pode ser (ou não) afetado, além de ser como “as imagens que, para ele e somente para ele, são associadas a essa intensidade escapam a esse tipo de comunicação (verbal)” (p. 159)

Estamos à procura do sentido das palavras dadas pelo grupo pesquisado. Dessa forma vamos além da pessoa que fala e observamos o afeto grupal que interliga esses homens por mais de cinco anos.

No grupo de discussão posso entender muito de forma muito mais clara quando vivencio o indivíduo na comunicação com aqueles com os quais ele se comunica também no cotidiano, ou seja, dentro do contexto social habitual, por exemplo, dentro do seu grupo, do grupo de sua idade com o qual ele costuma conviver. As referências que os indivíduos fazem uns aos outros geram um contexto

comunicativo, por meio do qual o teor significativo de cada manifestação individual se torna mais claro pra mim. E dentro de um grupo com os quais os indivíduos convivem também em seu dia a dia, eles usarão também os símbolos, a língua e, sobretudo, também as metáforas, as imagens que são típicas nesse mundo da vida específico (Bohnsack, 2020, p. 33).

De uma maneira geral, o papel do pesquisador é o de buscar os meios técnicos para elaborar as visões de mundo em conceitualizações teóricas, oportunizando uma transmissão dos valores grupais e sua forma de “enxergar a vida”. Em outras palavras, a produção da pesquisa é fruto do encontro entre pesquisador e o grupo pesquisado que, sem ingenuidade, deve manifestar em seus escritos que os resultados elencados são um recorte. Não se trata de algo parado no tempo histórico, mas fruto das interações sociais da vida das pessoas em determinado contorno grupal dentro de um tempo e de um espaço histórico e cultural.

Os métodos qualitativos se mostram eficazes no apontamento de uma intersubjetividade promovida pelo encontro em grupo. O pesquisador deve estar aberto para ir além do perguntado (e até pesquisado), pois, na produção de respostas, o grupo poderá ser “alterado” por atravessamentos que uma fala pode causar em outros participantes e isso possibilita novos entendimentos da realidade apreendida. O instrumento de coleta de informações serve como um apoio do direcionamento do que se quer estudar, mas jamais poderá ser limitante durante o encontro com o objetivo de pesquisa.

Observei que, por diversas vezes, as respostas dos entrevistados seguiam um alinhamento com a primeira resposta de determinada pergunta. Isso me causou certa dúvida na espontaneidade de algumas respostas, juntamente com uma desconfiança da influência de certos participantes sobre outros. Aqui a abstração do pesquisador é bem-vinda, desde que se tenha a capacidade de relatar essas nuances percebidas para além das respostas a suas perguntas. Assim, resolvi destacar essas “alterações” nas respostas que seguiam certo padrão da primeira resposta – por vezes, poderia ser uma identificação, mas também a negação ou apenas mobilização da atenção a determinado tema através do estímulo da primeira resposta.

Busquei, em alguns momentos, sair de certa objetividade da pergunta para um estímulo que proporcionasse uma maior amplitude de pensamento do entrevistado. Para isso, a mudança do uso do “que” para o “como” me auxiliou a incentivar os pesquisados a falarem mais abstratamente. Com isso, tive mais suporte em documentar a ação prática dos envolvidos através de suas elaborações subjetivas. Esse é um dos passos do método documentário, entendido como uma *interpretação formulada* (Bohnsack, 2020), ou melhor, a identificação

de temas e subtemas pertinentes às intenções da pesquisa que serão elencadas pelo pesquisador mediante sua crença de relevância dos sentidos expostos pelo grupo de discussão.

Após esse primeiro tempo de captação das informações, foi importante refletir nuances que o grupo manifestou, sejam elas pela possível influência de outros membros ou pela esquiva de determinado tema (percebido na falta de engajamento do grupo e na pouca produção das respostas). Eventualmente havia uma supervalorização, apresentada em aspectos repetitivos nas falas dos integrantes, e o que quero dizer com isso é que não basta categorizar as falas em sessões, mas também refletir sobre a dinâmica intragrupo diante dos temas propostos. Uma espécie de *interpretação refletida* (Bohnsack, 2020) exige uma outra expertise do pesquisador: a de ouvir um “sintoma grupal”, uma espécie de produção feita no e para o grupo. O grupo fala de uma visão de mundo compartilhada e, como exemplo, está a visão unânime dos participantes desta pesquisa de que a RCHNB tem um sentido positivo para as suas vidas, tornando-os pessoas melhores (sentido que apareceu em diversos momentos conjuntamente e isoladamente).

O contato entre pesquisador e pesquisados nos grupos de discussão, bem como o questionário virtual, pode estimular um olhar mais reflexivo dos membros da RCHNB sobre a própria Roda. Isso poderia acontecer a qualquer tempo, mas na pesquisa possibilitou reflexões mais estruturais aos membros, inclusive naqueles que não participaram da investigação diretamente. O que quero dizer com isso é que a informação sobre a pesquisa circulou entre os membros, fazendo com que refletissem de alguma forma sobre a Roda nas suas vidas.

A partir da experiência dos membros da RCHNB, buscaremos valorizar a narrativa dos participantes com a intenção de aferir os objetivos de:

- 1 – Avaliar se a RCHNB exerce um lugar de promoção da saúde, em especial na saúde mental dos participantes.
- 2 – Analisar as representações de masculinidades de homens negros envolvidos na RCHNB.
- 3 – Avaliar as estratégias de enfrentamento do racismo pelos membros da RCHNB.

Com isso, busco ainda um foco em produções de práticas que viabilizem a saúde do público estudado. A partir de uma ótica ampla de saúde, as perguntas realizadas no grupo de discussão (que podem ser vistas no tópico guia) perpassam questões como a sociabilidade, a masculinidade, a raça, o ambiente de trabalho, entre outros aspectos. A literatura produzida sobre masculinidades negras nos auxilia no embasamento teórico das percepções elencadas de

forma fenomenológica, privilegiando a cosmopercepção dos integrantes da roda. Tudo isso acaba adquirindo um meio de combate diante do silenciamento e das produções hostis sobre o público referido.

Foi aplicado ainda um questionário virtual que teve a intenção de captar aspectos mais amplos do grupo estudado. Uma vez que os grupos de discussão se basearam em perguntas direcionais a questões específicas, o questionário pode tocar em pontos mais macros como idade média, orientação sexual, situação financeira do grupamento em questão.

1.1 Questões éticas

O aspecto voluntário de participação da pesquisa é um facilitador para a diminuição de riscos éticos, uma vez que a partir da ciência dos participantes, eles decidem colaborar com os grupos de discussão. Porém, como toda pesquisa que utiliza seres humanos, o risco, ainda que minimizado, é presente, e, portanto, são precisos alguns cuidados com a intenção de não causar danos à integridade humana. Considerando as normas da resolução 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021 e a Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, de 3 de março de 2021, entendemos que a preservação da identidade dos participantes deva ser garantida, principalmente com a não evidência de características pessoais que possam colaborar com a identificação deles.

Com a intencionalidade de promover relações pautadas na ética e no cuidado à integridade dos participantes, transmiti no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE) pontos primordiais que priorizassem o cuidado com os envolvidos:

- O sigilo da identidade dos participantes foi garantido durante a comunicação com os entrevistados, bem como no momento da coleta de informações e em documentos de apresentação da proposta.
- Houve o comprometimento do pesquisador a não ter acesso a nenhuma documentação dos pesquisados/voluntários, bem como a garantia da não identificação deles através de características pessoais (para além das condicionantes de pertencerem ao grupo pesquisado: ser homem e negro), étnicas, geográficas ou quaisquer indícios que pudessem servir ao não anonimato dos envolvidos.

- Informou-se a forma de envio (e-mail, no caso) e o motivo para o termo de consentimento livre e esclarecido ser preenchido pelos participantes. Os e-mails foram encaminhados individualmente para cada participante, não utilizando a função “com cópia”, auxiliando no anonimato dos endereços de e-mails.
- Houve a garantia de desistência total ou parcial da pesquisa por parte de qualquer integrante.
- Houve a garantia do direito de não resposta caso algum entrevistado se sentisse desconfortável com alguma pergunta/questionamento. No instrumento de coleta de respostas (enviado ao CEP/CHS) não houve resposta obrigatória.
- Por se tratar de ser um psicólogo atuante, com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP), o pesquisador esteve submetido aos critérios do Código de Ética do Psicólogo, dentre eles o respeito ao ser humano elencado no item I – princípios fundamentais do supracitado documento –, que diz: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.
- Houve contato prévio para a participação no grupo de discussão com cada participante para analisar o desejo de contribuição. No caso de participantes que não desejaram participar, não houve insistência.
- Antes da execução do grupo de discussão, houve uma explanação, por parte do pesquisador, sobre o objetivo e a metodologia da pesquisa e, novamente, a confirmação da anuência dos presentes; ainda, a reafirmação de que a qualquer momento qualquer pessoa poderia desistir da pesquisa.
- O pesquisador se comprometeu com o cuidado de preservação da saúde mental e da manutenção do ambiente virtual para que não fosse um local que despertasse “gatilhos emocionais” nas pessoas envolvidas. Para isso, se fez necessário comunicar tal objetivo aos participantes no momento de apresentação no grupo de discussão.
- Após o aceite do convite para a participação na pesquisa, houve o envio de um e-mail (sem identificação dos demais membros da pesquisa) contendo link de acesso ao grupo de discussão, previamente combinando data, duração e horário do encontro.

1.2 O tópico guia

Sendo o racismo um sistema de poder, em que a valoração do negro é vista de forma pejorativa, busquei, dentre as perguntas-estímulos elencadas no tópico guia, a valorização das formas de ver o mundo dos entrevistados. Considerei que essa era uma espécie de auto nomeação diante do mundo, algo apontado aqui como uma disputa narrativa colocada na contemporaneidade racista que, por meio das relações sociais, acabam por determinar a forma de se ver e a forma de ser visto (Fanon, 1968, 2008; Nascimento, 2018)

Ao todo, o tópico guia foi formado por dezesseis (16) perguntas que compunham blocos temáticos maiores. Esses blocos foram formados diante de minha participação nas Rodas e uma percepção de que eram temas que causavam maiores questionamentos dos membros, bem como tensionamentos internos. Algumas Rodas foram repetidas na questão da temática, e isso demonstrou empiricamente um dos critérios para elencar tais temas. A saber, os temas abordados foram: a percepção dos entrevistados sobre a RCHNB; auto narrativa; saúde; relações interpessoais/sociais (entre homens e entre mulheres negras); masculinidade; raça; gênero; e virilidade.

Segundo Bohnsack (2020), uma das dificuldades de pesquisa é a linguagem estabelecida entre entrevistador e entrevistado, pois nem sempre são pessoas que tem um estilo de vida parecido. Isso pode atrapalhar na compreensão da realidade estranha ao entrevistador. O pesquisador tem um dever ético de tentar ao máximo captar o que o entrevistado está querendo transmitir ao se comunicar. Bohnsack sugere que em pesquisas reconstrutivas de grupos, trabalhemos com dois discursos entrelaçados: um discurso do pesquisador e dos entrevistados e outro discurso entre os entrevistados.

Ainda que entrelaçados na produção de resultados, é necessário um trabalho de distinção interpretativa. É diante desses impasses que recorremos ao método de grupo de discussão (Weller, 2006), com intenção de levantar as impressões dos participantes da RCHNB sobre autoimagem, sobre relações com a saúde, sobre a comunidade que vivem e outras temáticas. A minha intencionalidade foi levantar apontamentos para uma vida saudável – ou não –, a relação dos entrevistados com a saúde institucional (pública ou privada) e a saúde popular. Portanto, esses e outros tópicos tidos como basilares acabaram por constituir o tópico guia (Anexo 1).

CAPÍTULO 2 - O IN-SIGNIFICANTE HOMEM NEGRO E O SIGNIFICADO DE HOMEM UNIVERSAL

A linguagem é uma tentativa de comunicação através de um discurso que cria laços sociais nos seres humanos. Nessa direção, a palavra é um amparo para a linguagem humana ser exercida, além de ser nossa condição de expressão de desejos e de sonhos simbólicos e imaginários. A palavra é inserida em determinada cultura dando-lhe significados, fazendo com que as narrativas humanas carreguem sentidos culturais no tempo histórico.

A palavra *homem*, por exemplo, é para além da significação do masculino. Trata-se da criação de sentido compartilhado por muitas pessoas sobre a referência de *humanidade* para o ocidente. Nessa “humanidade”, estão inseridas estruturas de poder econômico, político e de manutenção da realidade existencial, que são desiguais no interior das sociedades, formando um sistema internacional de desumanização de mulheres: o patriarcado.

A palavra *homem* em si mesma é vazia e precisa de articulação com outras palavras para formar sentidos. Para Ambra (2021), a palavra homem denuncia a separação entre palavra e representação. Logo, as palavras sozinhas significam pouca coisa, mas em conjunto com outras palavras formam uma cadeia de significante, ganhando sentido para os falantes e criando um laço social. É por isso que precisamos, durante todo este texto, articular não só o “homem”, mas o “homem negro” com o “homem branco”, “homem heterossexual” com o “homem gay” e todas os possíveis encadeamentos de significantes que localizam melhor o termo com sua representação e articulação social que seu significante possa representar para os entrevistados. Destacamos as condições dos negros no Brasil, que, colocados ao lado do significante “homem”, evidenciam as condições desiguais de um possível “homem” apenas – um homem com caráter universal como se atribui ao homem branco caucasiano heterossexual. Por fim, são escamoteadas as condicionalidades que o recorte racial poderia apontar.

Resumidamente, o que quero dizer é que a palavra homem pode ser investida de significados através da conjugação dos falantes. A adjetivação do homem como um negro busca sair de uma lógica pré-determinada e “neutra”. A partir da aquisição de um pensamento crítico, cabe aos falantes fazerem conjugações que averiguem sentidos para si próprios, buscando a autonomia que a linguagem própria articula. Essa é a condição do sujeito e não do objeto. Resta ao homem negro arranjar suas articulações próprias de significantes e significados que o tragam a condição de sujeito falante, e não falado por um outro (objeto) dito universal, como se supõem o homem branco, que normalmente não é racializado.

Faustino (2014), no prefácio do livro *Epistemologias e metodologias negras, decoloniais e antirracistas*¹, fala sobre a experiência de algumas culturas africanas (especificamente a dos povos dogon e mandê) enquanto manifestação sagrada, que é a palavra. Se para a tradição judaico-cristã “o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (João, 1:1-5 – Bíblia Cristã), para algumas culturas africanas, o verbo é uma manifestação sagrada e está com o indivíduo. A exortação acima se faz importante para pensarmos que o ato de narrar e de dar significações às coisas é uma ação de poder. A produção intelectual vigente (mesmo quando crítica) ainda é de dominância de um extrato específico de nossa sociedade; é ela que nos dá as significações dos caminhos que a economia precisa percorrer ou de que políticas públicas devem ser priorizadas. As produções de sentido que ganham *status* de relevância internacional geralmente são operadas por homens brancos do hemisfério norte, como demonstrado por Sousa Santos (2013) acerca do conceito “universal” e “indiscutível” dos Direitos Humanos.

Ao nosso estudo interessa pensar o que significa o homem diante da construção social brasileira contemporânea, que teve na diáspora de povos africanos e na organização colonial a sua formação, relegando um *status* de “menos homens” (insignificante) a todos aqueles que eram escravizados. A partir desse marcador, pensemos em homens que davam prosseguimento ao que eles próprios chamavam de “descobrimento do Brasil” e toda a manutenção de espelhamentos da colônia a algo que era “natural” dos colonizadores. É essa construção inicial que mais tarde desemboca nos ideários nacionalistas, na ideia de progresso, no desenvolvimento e em choques culturais que são frutos das imposições de base colonialista com os modos de viver divergentes da colônia. Nosso viés de escrita se finca no entendimento de que as condições desumanas impostas pela colonialidade não foram suficientes para aplacar as construções dos diversos povos negros trazidos para o Brasil. Novamente apoiado em Césaire (2020), acredito que o retorno a essas instâncias, mesmo que com um desejo reparatório, não nos salvará. Ainda que a história nos sirva como base, a criação de uma cidadania que comporte o homem negro precisará de avanços que alicerces nossa condição atual.

Uma vez que a sociedade faz a manutenção de espaços sistêmicos de fala e de escuta através de instâncias nacionais de controle ideológico (espaços de poder), bem como de

¹ Míriam Cristiane Alves, Alcione Correa Alves, organizadoras/es. -1. ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA; 2020. 213 p. – (Série Pensamento Negro Descolonial).

espaços a serem ignorados, a Roda de Conversas de Homens Negros de Brasília se constitui como um espaço de compartilhamentos de algumas vozes não ouvidas pelos espaços de manutenção da hegemonia. Através da análise desses compartilhamentos, percebemos a necessidade desses homens em circular tais palavras e tais construções em espaços que consideram livres das ameaças de não serem compreendidos. Trata-se de um espaço afetivo. Vejamos o relato de dois participantes do grupo de discussão:

Às vezes a gente vai se divertir num lugar ali, mas você já vai, chega meio apreensivo. “Ah, se alguém te olhar”, “Ah, esse lugar” – a gente pensa muito sobre racismo – “Ah, esse lugar vai ser racista ou não”. Então, enfim, sempre que a gente sai, tem um grilinho ali na cabeça. Mas na roda não, na roda era ir pra... com essa sensação boa de um calor. E, aí, beleza. E, aí, lá na roda o... o... a participação positiva pelo que... pelo que é trocado ali (Mumu, 39 anos).

Então assim, foi um negócio de emoções assim de... de altos e baixos, né, e... e eu acho que o conjunto dessas emoções que eu já tive na roda aqui me faz olhar a roda como um lugar muito bom pra se estar. Pelas coisas que a gente troca, as coisas que a gente conversa, mas muito por conta de todas essas sensações que me faz ter e essa sensação de que eu tô indo num lugar que é um lugar que também é **pra mim**, tá ligado? Lugar é pra mim. Aí eu... aí eu fico à vontade mesmo (Noriel, 37 anos, grifo nosso).

Ambos os relatos falam de um espaço/lugar onde é promovida uma sensação de se sentir bem, com certo rebaixamento das imposições que o racismo impõe às suas existências, tornando-os, para a sociedade, vidas insignificantes.

Os compartilhamentos de falas nas Rodas têm um aspecto de relatos de existências, articulando certa humanidade a partir das relações desenvolvidas. São nesses relatos e palavras – que acabam por construir saberes – que tentarei me prender, a fim de que tais produções reais e imaginárias sejam reverberadas na forma de pesquisa e que, para além do consumo cultural, carnavalesco ou teatral midiático que os homens negros estão sendo propostos a participar, sejam escutados em suas subjetividades, existências e humanidades, com seus significantes e significados próprios.

Intelectuais negros que pensam os efeitos do colonialismo nas pessoas negras tiveram a tarefa de criticar as imposições coloniais, mas também de ressignificar o valor dado a essas pessoas. Fazemos aqui a nossa parte na tentativa de retirar o homem negro de um lugar insignificante, inserindo-o na linguagem e acreditando que ele seja um agente ativo de um discurso, o seu próprio discurso.

2.1 Palavra de – um – homem

Uma das artimanhas narrativas que o racismo se ancora, é a generalização de um grupamento através de signos pré determinados que inviabilizam a manifestação de aspectos plurais e subjetivos. O conceito de “palavra de homem” não está distante destes enredos pré determinados, porém colocado no imaginário popular como a capacidade que alguns homens tem, através de suas palavras de ser um homem verdadeiro e com isso carregar valores em sua conduta. Os “homens de palavra” seriam aqueles que se pode confiar. Nas palavras de uma música do rapper MV Bill ²“...porque o papo não faz curva, aqui o papo é reto. Ouvi isso de um bandido mais velho”. Aqui percebo uma pré determinação sobre a categoria de gênero masculino.

Diante disso, busquei evidenciar o aspecto mais subjetivo que as palavras de “um homem” e não de um grupo monolítico poderia dar como pré estabelecido. Daí a interferência deste “um” no título. Um sujeito e não “o sujeito”.

Uma vez que se elege um foco que se torna uma fonte de análise do pesquisador, é preciso buscar maneiras fidedignas entre o que dizer sobre aquilo que se observa. A realidade humana nem sempre carrega a simetria entre “seus iguais” e gera impactos sociais distintos em grupos de humanos, o que resumidamente chamamos de desigualdades sociais.

O crivo do pesquisador é embasado por uma série de parâmetros de objetividade acordados institucionalmente pela academia, que elegerá como válida – ou inválida – tal pesquisa. Dentre os parâmetros científicos, podemos citar: a revisão entre pares, a escrita normativa, a metodologia científica que contenha uma apreciação sistemática de análise de informações (em alguns casos, trabalha-se concomitantemente com a coleta de informações), além dos prazos estipulados pelas instituições.

O que quero chamar atenção nesta parte do estudo é que, em pesquisas que lidam com relações humanas, se faz necessário pensar as pessoas como frutos de uma organização social, em instância familiar e comunitária, afinal, são nesses ambientes que os indivíduos recebem valores sociais, que formam a subjetividade humana e que irão ser aportes para condutas futuras. Se tratando de um estudo sobre homens negros, articular aspectos culturais com

² Me refiro a música “Soldado do Morro”, que pode ser acessada em: <https://www.lettras.mus.br/mv-bill/68014/> (Acesso em 20 de Maio de 2024)

histórias mais particulares vai de encontro com possíveis significados monopolizantes que desfavorecem essas existências.

A introdução acima justifica o que apresento neste capítulo como uma história mais particularizada, algo que aprendi que no meio acadêmico deve ser evitado, pois a academia historicamente é um lugar de pesquisa neutro, salvo exceções que observações cartográficas nas ciências sociais permitem realizar. Quero usar um pequeno espaço de meu estudo para desconstruir essa minha percepção, acreditando que aspectos subjetivos devam ser levados em conta no acolhimento e na permanência do público negro em espaços universitários. Dessa forma, compartilho parte de meu enredo subjetivo, que entende que espaços acadêmicos podem apagar histórias únicas que se escamoteiam na massa intelectual ao adequar-se à burocracia e aos termos de condutas “polidos” e adquiridos com a observação. O objetivo desse enquadre obviamente é estar “inserindo” em espaços de poder que são diametralmente incapazes de ouvir e de acolher existências subalternizadas.

Aqui faço uso de palavras carregadas de histórias e de desejos. Inclusive, são desejos de pesquisar em espaços acadêmicos como uma possibilidade de mostrar a relevância intelectual de outras histórias e trajetórias parecidas com a minha própria; refiro-me ao enfrentamento da subalternidade estruturada num sistema colonial moderno. Fui atravessado fortemente pelas impressões dos homens que frequentam a RCHNB, de forma que muitas vezes a barreira intelectual (pois a pesquisa é um trabalho racional) entre “eu e eles” era borrada, de forma que suas sensações e percepções eram indiretamente experimentadas por mim.

A partir da dúvida e do desejo de respostas, resolvi me dedicar a um projeto de pesquisa que investigasse as questões relativas à saúde dos homens negros. Anteriormente a isso, já conversava com amigos sobre o “ser homem negro” em uma sociedade racista; como a maioria deles eram pessoas negras, conseguíamos perceber diversas questões que atravessavam nossa existência.

Minha dúvida partia de minha memória afetiva, que remetia a Zona Oeste do Rio de Janeiro, especificamente a algumas localidades periféricas em que me criei e me desenvolvi, no bairro de Santa Cruz. Apesar da alta mortalidade entre o público masculino, em meados dos anos noventa³, o contingente de homens negros nessas localidades era considerável.

³ Segundo Andrade e Lisboa (2001), os homicídios passam de sétima para a sexta causa de mortalidades no Rio de Janeiro no ano de 1995. Fazendo o recorte de gênero e usando uma distribuição padronizada, os homicídios

Minha percepção social das condições adversas se deu em conjunto com a construção de minha consciência racial e, aqui, destaco três manifestações culturais que me auxiliaram consideravelmente nesse desenvolvimento: o samba, o rap e o funk.

Meus tios consumiam samba e pagode todos os finais de semana nas suas vitrolas. Grupos como Só Preto sem Preconceito, Raça Negra, Grupo Raça, Os Morenos, entre outros, traziam no nome referências à questão racial, mas naquele momento eu ainda não tinha consciência disso. Estava sendo estimulada a racialidade a partir de valores positivos da música, da socialização festeira, das roupas e de outros códigos societários que criavam pertença ao grupo.

Já o rap veio depois do samba. As fitas cassetes piratas foram os principais meios de descobrir grupos paulistas que cantavam de uma forma crítica e me chamava a atenção as reflexões sobre as questões sociais. Junto com o rap chegou o funk, me dando, além de consciência racial, um senso estético e valorativo da raça negra, em especial da juventude negra. Os bailes funks eram encontros em que íamos dançar, mostrar nossos tênis e roupas e flertar com possíveis mulheres que poderíamos “arrastar para o paredão”⁴. Esses bailes estimulavam a boa aparência, em que o corte de cabelo, o asseio das roupas, a limpeza do tênis era valorizada e eram sinônimos de prestígio grupal. Em determinado momento, esses bailes começaram a ter o formato de “bailes de corredor”, em que grupos comunitários (conhecidos como galeras) duelavam entre si, divididos entre “lado a” e “lado b”, com o objetivo de agredir fisicamente o lado rival. Esse foi um momento de muitos conflitos mortíferos entre a juventude negra e periférica e que pode ser entendido como um traço afirmativo da masculinidade.

Lembro que o termo “palavra de homem” era evocado em situações em que a relação social necessitava da garantia de uma moralidade nos tratos entre os homens. Essa também era uma máxima dentre os homens envolvidos com a criminalidade da época. O homem que não fosse coerente acerca do falar e do agir, que não tivesse seu compromisso com a verdade, poderia ser cobrado por uma espécie de “lei do crime”, que ia desde a desmoralização em

entre os homens passam de sexta causa de mortalidade para a primeira. Foi também durante os anos de 1990, no Rio de Janeiro, que se destacaram diversos grupos de extermínio, que prestavam serviços às comunidades, um fenômeno que mais tarde iríamos entender como o início das milícias cariocas. Ainda nos anos 1990, o movimento funk estimulava os “bailes de corredor”, em que grupos de jovens favelados participavam de duelos violentos entre comunidades rivais. Esse período do funk acabou por ocasionar mortes e rivalidade extrema entre comunidades pobres do Rio de Janeiro.

⁴ Essa era uma expressão usada que fazia referência ao aceite da mulher de se encaminhar para uma grande parede onde casais se beijavam e trocavam carícias.

público até a morte (se tratando de casos considerados mais graves). Esse controle comunitário tinha fins de manutenção da convivência interpessoal harmônica dentro da lógica pensada pelos homens do crime. Ambas são faces da mesma moeda de uma masculinidade hegemônica, que pressiona o homem negro a assumir a figura do herói resignado provedor da família ou do criminoso que está disposto a assumir riscos – inclusive de morte – pela manutenção da lealdade perante a rede criminosa gregária composta por outros homens.

Durante a década de 1990, no ambiente periférico do Rio de Janeiro, circulava uma outra frase costumeira, em sua maioria evocada pelos adultos cuidadores: “você tem que terminar os estudos” (se referindo a conclusão do ensino médio). Essa seria uma reconfiguração da masculinidade hegemônica do homem provedor, que utiliza na escolarização um meio de maior inserção social. A escolarização representa livrar o homem negro do trabalho braçal e desvalorizado, propiciando uma outra configuração a partir do trabalho intelectual e normalmente mais bem remunerado. Assim eu segui, “terminando meus estudos” em 1996 e me inserindo, ainda no final do segundo grau, no mercado de trabalho informal como camelô. A pichação foi uma outra forma de inserção e visibilidade social.

Em 2005, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), consegui uma bolsa integral para cursar a graduação em Psicologia na Universidade Estácio de Sá – Campus Santa Cruz. O fato foi recebido com grande emoção por minha família, que acreditava que os estudos “terminam no ensino médio”.

Revisito algumas dessas lembranças de forma introdutória nesta pesquisa investigativa, acreditando em um alinhavar entre presente e passado, emocional e racional, acadêmico e orgânico dentro do ambiente acadêmico e intelectual. Dessa forma, posso contribuir para historicidades negras e periféricas a partir de um eu-sujeito, e não assujeitado.

Os estudos das masculinidades negras acabam entrelaçando esferas pessoais da minha vida com um desejo intelectual – e sentimental – para chamar a atenção às imposições sociais colocadas na categoria “homem negro brasileiro”. Assim, é possível dar maior visibilidade a um contingente que tem, na gênese da diáspora brasileira, sua desumanização. Esse é um apontamento feito por Faustino (2014) e por Pinho (2004 e 2016), que caracteriza uma linha desse tipo de estudos das masculinidades e que acaba me deixando à vontade em trazer partes de minha construção subjetiva aqui.

Esta introdução, um tanto pessoal, se faz importante, pois minha história se mistura com as histórias de milhares de homens negros que ouço na narrativa dos sambas, raps e

músicas populares. Durante algumas memórias que esta dissertação me causou, lembrei de homens que tinham/têm seu sustento advindo da prestação de serviços, do subemprego ou de trabalhos que exigem força física. A grande maioria não teria condições de se auto narrar para um grande público, enquanto outros conseguiram, por meio da cultura, das artes e da música, arrumar meios de expor suas experiências.

Ressalto que se trata de uma pesquisa acadêmica, mas, acima de tudo, de um exercício de afetividade, sendo o afeto um elemento de interação com o foco de pesquisa de forma intensa, borrando as barreiras entre nós (pesquisadores) e eles (pesquisados). Tal conceito foi analisado pela etnóloga Jeanne Favret-Saada (2005), que questionou a ideia de pesquisa participante e a capacidade de observação neutralizada no campo. As proposições de Favret-Saada dialogam com as de Bohnsack (2020), quando fala da intenção de manifestação do discurso dos pesquisados frente à resistência de pesquisadores a temas já iniciados por suas pesquisas.

Geralmente, o ambiente das ruas é onde o estudioso terá certa dificuldade para se inserir, pois nem sempre é uma realidade que ele compartilha. Haja vista a busca por uma mudança curricular, nas universidades federais vê-se uma maior presença de atividades de extensão e de prática em todas as modalidades. Observa-se que, no Brasil, apenas 19,2% da população tem o ensino superior⁵. De qualquer maneira, mais recentemente, estudantes negros, indígenas e os quilombolas estão ingressando nas universidades. Segundo o Censo da Educação Superior (2020)⁶, entre os anos de 2010 e 2020, houve um aumento de 35,5% em matrículas no ensino superior e, proporcionalmente, o número de pessoas indígenas e negras também se elevou nesse nível de educação. Tal inserção possibilitou/possibilita que os temas discutidos ganhassem nuances mais críticas, fruto do olhar daqueles e daquelas que historicamente eram objetos de análise. Por fim, há uma forma mais democrática de se fazer pesquisa, em que os que formavam “pesquisas participantes” hoje podem ser “participantes da pesquisa”.

Falar de masculinidade a partir de lugares subalternizados é colocar em jogo uma disputa no interior dos estudos sobre homens e masculinidades. Por mais que o incentivo à desconstrução do homem seja uma proposta recorrente, pensar os lugares disputados dentre as

⁵ Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>

⁶ Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf

masculinidades é o início de um caminho que devemos nos aprofundar. A hegemonia é uma construção histórica, que contém diversas camadas construídas no tempo através de ideologias. A estrutura hegemônica acaba por se adequar para que uma ruptura não aconteça. É nesse sentido que a tal “desconstrução” do masculino hegemônico precisa passar por reflexões políticas de ação, e não apenas pela performance que mantém os privilégios daqueles que historicamente os detém e fazem a sua manutenção, mesmo que sob uma postura crítica.

Uma vez que os padrões culturais das masculinidades são reforçados por via da homosociabilidade⁷, cabe pensarmos nas relações entre as diversas formas de ser homem e os diversos tipos de homens que interagem entre, si com a finalidade de perpetuação dos comportamentos masculinos e das maneiras de pensar. O duelo está posto em proporções desiguais, pois além das relações hierárquicas entre homens, temos no Estado brasileiro e na sua formação masculinizada a manutenção de opressão de determinadas populações. Uma dessas opressões é a naturalização da criminalização de homens negros. O imaginário social sobre “o perigoso”, “o que deve ser preso ou morto”, dificilmente recai sobre homens brancos, e isso cria uma “normalidade”, inclusive diante da omissão do Estado. Tal imaginário foi amplamente estudado por Souza (2021), indicando que a construção pejorativa desse homem começa com o jovem negro, que é sempre relatado de maneira negativa. Se faz importante lembrar que, na época da pesquisa de Souza (2021), acontecia também a discussão sobre a redução da maioridade penal no Brasil, de 18 para 16 anos.

A manutenção do poder institucional tem o homem branco como agenciador, deixando evidente um embate normativo entre as masculinidades nos espaços de decisão política. Apesar dos avanços feministas denunciando as desigualdades de privilégios entre os gêneros, percebemos poucas problematizações entre homens brancos e negros. Esse agenciamento institucional acaba impulsionando a violência, normalizada ora no descaso, ora em desastres sociais que vulnerabilizam a parcela negra da sociedade. Está posto um duelo viril das masculinidades (Restier, 2019), que é atualizado na história brasileira.

É nesse sentido que reafirmo que valorizar as vozes dissidentes das estruturas hegemônicas é uma tentativa referencial de desestabilizar uma narrativa única que opera forças de controle social no tempo e no espaço de nossa história e psiquê.

⁷ Trata-se de uma forma de conviver na sociedade com pessoas do mesmo sexo, sem o caráter sexo-afetivo a priori, mas sim executando relações – no caso dos homens – que impactam na formação da masculinidade.

2.2 Seja homem! Confusões entre virilidade, emasculação e medo da castração

O contexto brasileiro carrega em si diversas formas de ideais de ser homem através de anseios sociais construídos com o tempo. Sentenças que permeiam nosso imaginário são ricas produções daquilo que foi se entranhando nos hábitos culturais e se cristalizando ao ponto de se tornarem um tipo de verdade popular. É nesse sentido que a ordem prática do universo masculino “seja homem!” aponta para o objetivo primordial das masculinidades, a fim de evitar qualquer “falha”, como se “ser homem” fosse algo dado de forma lógica, sem aprofundamentos.

Homens quase sempre estão relacionados ao silêncio e ao distanciamento emocional (Gratch, 2001), fazendo das masculinidades um campo de acordos intrínsecos entre os iguais. Em um primeiro momento, a masculinidade se dá por uma espécie de modelagem, através de acordos assimilados por códigos de comportamentos sem muita crítica, acabando por envolver uma linguagem empobrecida e superficial. Isso faz com que incrementos que exijam um aprofundamento de questões humanas não sejam bem recebidos pelo público masculino de maneira geral.

Quando falo de verdades populares, tomo como exemplo os ditados populares que funcionam como sentenças com pouco espaço para sua reflexão crítica. Vejamos alguns em voga ainda hoje: “homem não chora”, “prenda suas cabras que meu bode está solto”, “quem pariu Matheus que embale”. Essas sentenças apontam para construções imagéticas de sentidos deterministas. Outra sentença importante de se pensar é a de que “Deus é pai”, sendo a figura do pai uma importante construção do patriarcado.

A sentença “seja homem!” geralmente aparece diante de alguma atitude questionável ao padrão esperado de ser homem na nossa sociedade. É um chamamento àquilo que é um ideal, geralmente emitido por um homem mais velho a um homem mais jovem. A afirmação carrega consigo o desejo de comportamentos esperados para o alcance do objetivo de uma masculinidade ideal.

Corbin, Courtine e Vigarello (2013) apontam que a chegada da modernidade modificou o lugar ocupado pelo cavaleiro, com estímulos para ocupar o lugar de cavalheiro. A organização social continuou incentivando o sadismo por parte dos homens, o que fez com que o imaginário comum fosse sendo formado acoplando as ideias de virilidade e de

violência, mas também de elegância e de fino trato nas relações, uma conjugação com difíceis encaixes.

A palavra “virilidade”, como nos evidencia Corbin, Courtine e Vigarello (2013), vem da *virilitas* romana, que descende de *vir* (homem em latim). Esse homem do final da idade antiga se configura no grupo de alta patente social, como os senadores e imperadores; com o tempo, o termo foi sendo destinado a espécies de homens que tinham prestígio social e que eram conhecidos como os que tinham boas decisões. Existia também um incentivo ao uso de barba, a manutenção de um corpo atlético e às condições de lutar em guerra; esse era um “homem de verdade” na antiguidade tardia e que, mais tarde, na modernidade, iria se configurar nos homens que conquistaram cidades e ampliaram seu poder de dominação de povos (vikins, colonizadores). Pensar nas masculinidades pode ser uma tarefa política de reflexão das estruturas que formam nosso imaginário. Podemos dizer que um dos ideais do ser homem é a manutenção da sua capacidade de ser viril

Vejamos a fala de Lino (45 anos):

Em algumas situações, em algumas fases da vida ou em alguns relacionamentos, a gente, no medo de ser um machista escroto, e ao mesmo tempo ter sido educado só pela mãe, com pai bem ausente e tudo, como eu falei a minha referência de masculinidade veio acontecer muito na roda, e muitas... Agora o Elisandro até deu um exemplo que em várias confraternizações familiares as mulheres ficam na cozinha e os homens ficam ou na sala ou no terraço, na frente da casa, bebendo, e as mulheres ali conversando e cozinhando. Caralho, eu ficava na cozinha! Das tias, das mães, da... da sogra, entendeu? E por não beber e não fumar – sabe? – e não ter duas namoradas quando ela molequezinho. Então, cara, em muitos momentos, apesar de, no íntimo, com a menina, com a namorada, depois com a primeira esposa, depois com a segunda esposa, em muitos momentos eu me senti viril, mas em vários outros eu era desvirilizado, digamos assim. No primeiro casamento teve muitos momentos onde a minha autoestima masculina, a sensação de virilidade foi muito prejudicada. Sabe? Foi muito prejudicada. Então, tanto é que eu digo que o meu segundo casamento foi um momento de cura muito grande. Então a resposta é: nem sempre eu me senti viril. Tem vários momentos onde eu não me senti viril. Entendeu? E em outros momentos, o machismo faz a gente também pensar, pelo menos fez comigo, que se você se sentir viril demais, você está naquele limiar do desrespeito ou da violência com a mulher. Entendeu? Então você tem que ter uma virilidade controlada ali, sabe? Uma coisa meio sensível e meio viril, como se sensibilidade fosse o oposto de virilidade. Mas parece que surgiu, é uma coisa retrógrada, machista, sabe? Então eu não sou muito, não me senti, sabe? Hoje eu me sinto, me sinto bem, tenho uma relação maravilhosa, sabe? Mas em muitos momentos eu não me senti. É isso.

É histórico o envolvimento dos homens em disputas viris: a conquista de novos territórios coloniais, as guerras de gangues em bairros suburbanos das grandes metrópoles, a inserção em corporações narco criminosas e militares, as brigas entre torcidas organizadas, aí

estão os homens desafiando as tendências do morrer e do matar. Já no mundo contemporâneo, acontece uma gerência do “dever morrer” e do “deixar viver”, como nos mostra Mbembe (2016), naturalizando a morte de certos corpos. A afirmação de Mbembe (2016) coaduna com a fala de Mumu:

(...) eu desde molequinho olhava os modelos a minha volta assim, né, dos primeiros que a gente tem, pai, tio, os amigo da família, tal. Então eu já achava que **ser** aquilo ali era muito legal. Então olhava aqueles adultos assim à minha volta, né, dos homens. Então achava que devia ser **muito bom**, assim, ser e ser... **ser** onde eles estavam ali, né? E aí a gente vai crescendo e... e vai aprendendo e vai se envolvendo com outros modelos, né, na... na adolescência e juventude, né? E eu vou observando que o tempo inteiro a gente tá se construindo e tal, eh... e por um outro lado eu acho bom pra caralho, mesmo assim, saca véi? Foda. Porque às vezes assim pelo... pela... pela violência, saca assim? Que... eh... eh... a gente é vítima dessa violência, mas as mulheres muito mais. E eu vejo assim que tipo, às vezes na rua, eh... eu... eu passo por uma situação assim de intimidação e na hora eu penso: “Caralho, véi, se isso fosse com uma mulher, ela ia ficar com muito mais grilo, ela ia ficar com mais... mais medo, ia ser pior pra ela, tal”, né? Então, aí nessa hora eu tipo agradeço por ser homem naquele momento, assim que eu falo: “Porra, ser homem aqui, apesar de eu sentir medo, não me deixa em pânico, porque eu sei que não... não...” enfim, né, a gente tem essa possibilidade de poder voltar de madrugada mesmo com medo assim pra casa, eh... tem essas coisinhas assim do... do ser homem que é **foda**, traz uma vantagem. E aí eu gosto sim, né, nessas hora aí e tal. Mas no mais, né, enquanto homem negro aí tem as desvantagem que é absurdas. Mas é isso. É isso, é um... um dever a ser, uma constante construção (grifo nosso).

Mumu evidencia uma visão crítica de sua construção, que inclui percepções sobre as mulheres negras. Isso me faz lembrar algumas observações de hooks (2019; 2022), que comporta os homens negros em sua investigação feminista, algo que é recorrente em análises que descaracterizam valores bilaterais do gênero. No caso de hooks (2022), há uma marcação racial bem definida para alocar esse homem; é comum em seus textos lermos a designação de uma masculinidade patriarcal, capitalista, em que o homem branco é mais bem inserido, enquanto os homens negros (mesmo os que tentam se inserir) colhem os resquícios da escravização, agora assalariada.

No Brasil, existe uma construção violenta e mortífera que atinge em maior número os homens negros. A arquitetura social aloca esses homens tanto do lado de quem mata ou do lado de quem morre. O lado dos que matam abre a possibilidade de reflexão dos perfis que executam o término da vida, uma vez que comporta o Estado, executando e gerenciando as mortes, mas também alguns conflitos entre públicos societários que carregam mais semelhanças que diferenças (vide a guerra do narcotráfico no Rio de Janeiro). É uma articulação por vezes diluída no funcionamento social, uma vez que o Estado de direito não

consegue frear os números da violência armada. Essa complexidade sobre os perfis dos executantes se torna mais objetiva quando olhamos para o lado dos executados. Eles são, em sua grande maioria, jovens negros do sexo masculino pertencentes às classes pobres, atualização colonial que reverbera nas informações estatísticas. Na tentativa de analisar algumas formas de embate entre os homens negros e brancos, Restier (2019) cunhou a ideia de “duelo viril” entre as masculinidades.

Segundo Restier (2019) este duelo pode ser analisado pela via da ideologia da mestiçagem, que é uma condição de inauguração da nacionalidade brasileira e que precisa da interação sexo afetiva para se realizar. Trata-se de uma perspectiva heterossexual e que pode ser ampliada para outros “duelos”, como por exemplo: reconhecimento social, controle de corpos através de instituições estatais, estereótipos articulados a ideia de menos humanidade, etc.

É aqui que as leituras que comportam a raça como um condicionante para se pensar o gênero se destacam, mas não só. Ser homem (hegemonicamente falando) não está ligado ao imaginário popular sobre ser homens trans, negro ou aquele que ocupa os postos de serviço braçal nas obras dos centros urbanos. É nesse sentido que a esses “outros homens” serão colocados adjetivos que os significam como “menos homens” ou, em alguns casos, como homens que não se controlam e, por isso, precisam da lei para barrar suas existências. Ao ideário hegemônico de homem estão características não aceitas, sobretudo do que pode ser considerado feminino

Não é algo distante pensarmos que a sexualidade acaba por ocupar o lugar de pudor social – e, por vezes, de pânico moral – em que, novamente, mecanismos de controle serão acionados junto a imagens que são atribuídas a determinados grupos como perigosos (ex: os favelados) ou desequilibrados moralmente e sexualmente (ex: os gays). Por uma questão de foco de análise, iremos nos ater à investigação dos homens negros nesta dissertação.

Restier (2019), no texto *O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço*, chama atenção para a ideologia da mestiçagem no Brasil, que, de forma objetiva, tinha na cópula interracial a ação efetiva de branquear a população mestiça. O homem branco deveria, através das relações sexuais com negras e indígenas, ir clareando a nação. Essa afirmação é demonstrada de forma artística na obra *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos, de 1895, em que se vê um homem branco sentado junto a uma mulher mestiça e o filho desse

casal com a pele mais clara que a da mãe. Junto a eles está a mãe da mulher, uma senhora negra com as mãos para o alto em gesto de agradecimento a deus pelo clareamento da prole.

Por se tratar de uma ideologia, ações que objetivavam a estética europeia eram acompanhadas da produção de crenças e de amparo “científico” para formular um ideário nacional com fins de “aperfeiçoamento da raça”. A manutenção da formatação colonial, como já mencionado acima, era mantida quase que exclusivamente por homens brancos, que alinhavam a virilidade a condições de dominação sexual das mulheres negras e indígenas.

Portanto, temos na virilidade ocidental um conceito de análise que se alastra nas formas de se relacionar sexualmente, pois ela dará um caráter de dominação dos corpos femininos e das masculinidades subalternizadas, mas não só. Viril também é aquele que impõe pensamentos, formas de viver socialmente e que detém o domínio daquilo considerado menor. A virilidade dos homens brancos perpassa pela dominação do homem negro, que precisará ser estereotipado para que, através da condição de ser perigoso, necessite ser dominado, com o intuito de formação de uma sociedade livre de perigos. O homem negro não pode ser considerado um homem para os objetivos de um Estado Nacional. São os homens brancos que farão a manutenção da política institucional e da forma social aceita pela sociedade brasileira. Para isso, é necessária uma desmoralização dos homens negros, atribuindo a eles aspectos que os homens brancos não compactuam e não consideram como valores. É preciso uma desvirilização, mesmo que seja pela via da emasculação objetiva e simbólica, demonstrando, assim, a castração (objetiva e simbólica), ação que define quem é “mais homem”⁸.

Um dos aspectos do processo de nacionalização brasileira no pós-abolição foi a exaltação do trabalho como um valor, o que deu ao homem trabalhador uma espécie de virtuosismo nacional e valorização social. Naquele período, o Brasil iniciava uma campanha de imigração europeia para a manutenção da mão de obra deixada com o fim do escravismo. Tal decisão política⁹ tem impactos na forma de perceber a valorização do trabalho, ocorrendo um deslocamento daquilo que era considerado um bem pelo colono – que era a força braçal do escravizado – para uma desmoralização moral dele. É também nesse momento que

⁸ Para maiores informações sobre a temática da emasculação em homens negros recorra a Sabine (2010), Restier (2019), Faustino (2014) e Malungo de Souza (2014)

⁹ Institucionalizada pelo Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867, estabeleceu as normas para a imigração. Para leitura completa do decreto acessar: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html#:~:text=Art.,demarcado%20por%20engenheiro%20do%20Governo>. (Acesso em 20 de Março de 2023)

intelectuais eugenistas disseminaram pseudoteorias biológicas que colocaram os homens negros no lugar de uma ameaça social a ser combatida, pois, segundo essas teorias, homens negros pertenceriam a uma “sub-raça”. *Aptos aos trabalhos braçais, suscetíveis aos vícios morais* é parte do título de artigo desenvolvido por Staudt, Silva e Magalhães (2018), que evidência uma espécie de emasculação de homens negros pela via da moralidade. Os autores analisam as representações dos homens negros na revista *Educação Physica* entre 1939 e 1944 e chegam à conclusão de que as produções de sentido da época “reiteram os corpos negros como ‘desviantes’, ‘perigosos’, ‘imorais’, ‘desordeiros’ e ‘inferiores’” (p. 490).

Já a análise de Sabine (2010) sobre uma obra da literatura moçambicana¹⁰ se alinha com algumas pontuações supracitadas ao chamar a atenção para uma imposição da suposta hiper-masculinidade do colonizador (p. 189) a uma masculinidade “inadequada” do colonizado. Sabine destaca aspectos subjetivos da emasculação de homens negros que vão sendo introduzidos por uma ideologia colonizadora, violenta (nesse caso, a portuguesa, a mesma que colonizou o Brasil) e que precisa rebaixar valores da masculinidade local através da imposição brutal com fins de hegemonia e de arrefecimento dos valores culturais locais. Essa violência é preventiva e pautada no medo do colonizador, que precisava impor o servilismo ao colonizado (Césaire, 2020; Fanon, 1968). No entanto, a brutalidade não se deu de maneira submissa. A história demonstra diversos movimentos insurgentes de não aceitação dessa ordem imposta em que o sentimento de libertação dos colonizados está em curso. Nas palavras de Fanon (1968):

E, de fato, se o colonizado tivesse tendência para adormecer, para esquecer, a arrogância do colono e seu cuidado de pôr a prova a solidez do sistema colonial, lembrar-lhe-iam com muita frequência que o grande confronto não poderia ser indefinidamente adiado. Esse impulso para tomar o lugar do colono constitui a tensão muscular de todos os instantes. Sabe-se, com efeito, que em condições emocionais dadas, a presença do obstáculo acentua a tendência ao movimento (p. 40).

Sendo o Estado gerido pela lógica patriarcal da branquitude, os homens negros acabam por ocupar posições aviltantes da trama social, sendo muitas vezes emasculados de suas estratégias – malsucedidas – de virilidade, vinculadas ou não ao sistema branco patriarcal.

¹⁰ Me refiro a obra *Nós matamos o Cão-tinioso*, de Luís Bernardo Honwana – Ed. Afrontamento, 2000.

CAPÍTULO 3 - A RODA DE CONVERSA DE HOMENS NEGROS DE BRASÍLIA

3.1 - Contexto, historicidade e formato

“Nossos passos vêm de longe”, afirma Werneck (2009) em artigo sobre o movimento de mulheres negras. Acho curioso o termo “movimento” atribuído a um coletivo que luta por melhores condições de vida por via da garantia de direitos. Movimentar remete à necessidade de estar em ação frente às condições aviltantes que a sociedade ocidental e patriarcal impõe a determinados públicos, o que exige um movimento, uma reação para não estagnar e morrer. Começar esse capítulo sobre a Roda de Conversa de Homens Negros de Brasília com a afirmação de uma teórica do movimento de mulheres não é à toa; trata-se de uma busca nos passos daquelas que formularam propósitos de vida não só para si, mas para a população negra como um todo. Portanto, busco nesses passos e nesse movimento alguns aportes para seguir falando de um outro movimento feito por um grupo de homens negros que resolveram se encontrar sistematicamente com o objetivo de produzir trocas de vida e mais conhecimento.

A Roda é um grupo de homens negros, e por grupo podemos nos balizar na definição de Fonseca (1988):

Grupos são no seu sentido mais geral, configurações sociais de mediação da relação entre indivíduo e a totalidade social a que ele se vincula; entre a universalidade da sociedade à particularidade do indivíduo. São, pois, instâncias intermediárias que articulam a relação do indivíduo com a totalidade social, servindo como elementos de mediação (p. 184).

Buscar referências nos passos dos mais velhos pode ser pensado como uma tecnologia¹¹ ancestral contrária à lógica ocidental, que tem na ideia de desenvolvimento uma linearidade de seguir para frente, evoluindo – a ideia de progresso encontrada na bandeira do Brasil nos exemplifica bem esse movimento. Já em algumas tecnologias de matriz africana, a ideia de desenvolvimento tem outro sentido, sendo o tempo encarado de forma espiralar, como nos evidencia Oliveira (2021) em sua tese de doutorado. É nesse sentido que negros e negras que se reorganizaram na diáspora e se tornam uma fonte de sabedoria a ser recorrida.

¹¹ Para saber mais sobre o conceito de tecnologia, ver Veraszto, E. V.; Silva, D.; Miranda, N. A.; Simon, F. O. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma.com (Portugal)**, n. 8, p. 19-46, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/66904>. Acesso em: 17 jun. 2023

Isso fica evidente, por exemplo, na prática do Candomblé, em que aquela ou aquele que decide começar a participar do estilo de vida proposto por essa filosofia saberá que a/o mais velha/velho é aquela/aquele a quem se deve respeito, pelo fato de ter percorrido passos anteriormente ao caminho que a/o neófito/a está se propondo.

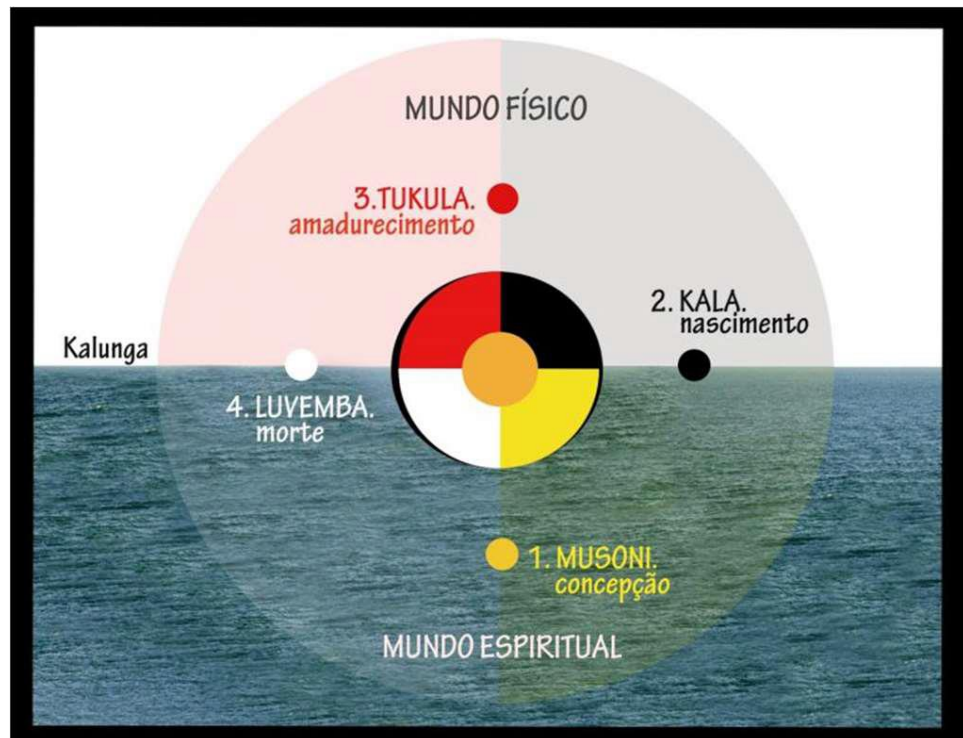
Recorremos ainda à Oliveira (2021) que, através de um profundo estudo sobre círculos, espirais e rodas no mundo afro-atlântico, nos dá aporte para pensar a Roda de Homens Negros enquanto formato arredondado, que faz circular as falas e os pensamentos e, com isso, faz evitar um movimento anticíclico de início-meio-fim, mas, sim, início-meio-início, como nos ensina o Mestre quilombola Nego Bispo (2020). As rodas são uma espécie de tecnologia ancestral, em que alguns povos africanos detectaram as acomodações em círculos da formação de galáxias, passando por rituais espirituais executados nesse formato; ademais estão as rodas de samba, de capoeira e de jongo. A Roda é uma formação que propicia o movimento fluído e há, em sua movimentação, encontros e reencontros, impulsionando a vivência do sujeito para um deslocamento de si mesmo e para além de si, pois estão incluídos na Roda outros participantes, permitindo ressignificações de vida. Logo, a Roda é uma organização que incentiva a vida, o movimento e não o contrário.

Pra mim a Roda eh... né, acho que algumas palavras vão se repetir bastante, né, nas respostas. Eu acho que acolhimento eh... foi a primeira coisa que eu senti quando eu pisei na Roda, né? Pessoas que eu nunca tinha visto na minha vida e que em uma noite foi criado um laço, um vínculo, que com muitas outras pessoas que me acompanharam pela minha vida inteira, eu nunca tive esse nível de né, de... de uma hora pra outra você se ver ali naquele ambiente com vivências muito parecidas com a sua, com medos parecidos com os seus, com objetivos, com sonhos, com inseguranças. Então, pra mim essa é a palavra que resume eh... Se eu pudesse, né, colocar em uma palavra só, seria acolhimento. E aí dentro desse acolhimento a gente tem várias outras nuances, né? Então, a gente tem a questão eh... do aprendizado, né, desde o aprendizado de vivência, tanto quanto do aprendizado eh... profissional. Então a gente tem eh... eh... homens negros que atuam em diferentes áreas, empresários, professores, estudiosos, eh... eh... enfim, né, e isso traz um... um... uma base de conhecimento e... e de admiração que pelo menos eu... eu nunca tinha encontrado em nenhum outro lugar, né? Então, homens que são pais, que querem ser pais, que não querem ser pais, que eh..., né, enfim, são... são várias nuances de aprendizado, né, em vários contextos diferentes, todos dentro de um guarda-chuva de acolhimento. Então pra mim isso é a Roda (Elisandro, 29 anos).

Para pensarmos ainda sobre o formato em roda, o cosmograma Bakongo nos auxilia na reflexão de uma cosmovisão que passa pela ciclicidade, dando uma organização a toda existência na natureza. Na diáspora, diversas Casas de Candomblés de linhagem Congo-Angola do Brasil se amparam nessa filosofia. No cosmograma, toda a vida – e morte – está expressa através da circularidade dividida pela divindade Kalunga, que separa o mundo dos

vivos e dos mortos. Juntamente com essa divisão, temos quatro (4) estágios, que são eles: 1. Musoni, o início, a concepção da vida; 2. Kala, o nascimento; 3. Tukula, o amadurecimento da vida; e 4. Luvemba, a morte. Segundo a filosofia Kongo, a morte não é o fim, mas parte do ciclo de vida, figurado pela imagem abaixo:

Figura 1: Cosmograma Kongo



Fonte: Magalhães (2018)¹²

Objetivamente, a Roda de Conversa de Homens Negros de Brasília foi desenvolvida a partir de um pequeno grupo de homens no ano de 2017. Refletíamos sobre a necessidade de homens negros trocarem experiências sobre angústias existenciais, bem como os prazeres em sermos homens negros. Entendíamos, a partir de nossas histórias e de observações do universo masculino que, apesar de uma homo-sociabilidade imperante entre os homens, os espaços e ocasiões para o desenvolvimento dessas relações “não permitiam” aprofundamentos de ordem emocional.

No dia 22 de agosto de 2018, às 19:30h, no Restaurante Simbaz, se deu a primeira

¹² Imagem retirada do texto de Paulo Magalhães (2018), in: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=6464> . Acessado em 13 de Maio de 2024.

Roda de Conversas de Homens Negros de Brasília. Naquele dia, reuniram-se cerca de cinquenta pessoas de variadas cores, idades, sexualidades, classes sociais e gêneros. A proposta, que a princípio era fruto da semana de comemoração do Restaurante Simbaz, foi pensada como um único encontro, porém, teve solicitações do público presente de que deveria continuar. Dessa forma, no mês seguinte deu-se segmento àquela primeira proposta, mas com algumas adaptações levantadas pelo grupo no primeiro encontro (como participação apenas de homens negros). Desde lá, a RCHNB já passou por diversas reformulações, com a finalidade de melhorar o acolhimento dos participantes e aprimorar a roda enquanto uma tecnologia de bem-viver.

Minha relação com a Roda se dá por ser parte do pequeno grupo que pensou a concepção da ideia de um espaço dialógico entre homens negros. Nos dois primeiros anos de desenvolvimento da RCHNB, participei auxiliando na execução e no planejamento, promovendo debates internos e sendo um facilitador. Após esse primeiro período, fui me deslocando desse lugar de protagonismo e incentivando que outros membros pudessem exercer a condução e a sistematização dos encontros, e que as discussões sobre a Roda fossem realizadas de maneira democrática e mais participativa, de modo que se desvinculasse de alguma personalidade mais representativa, que pudessem agir como lideranças polarizadoras.

Diversos homens negros já passaram pela roda. Através da identificação entre os participantes, ocorre uma ampliação da rede de contato e de amparo. Outras ações como o acolhimento, a escuta empática e o compartilhamento de serviços executados por pessoas negras criam um espaço onde esses homens se sentem bem e amparados por seus pares, o que torna a roda um espaço terapêutico. Mas nem sempre esses movimentos são promotores de inserção apenas, o que pode ser percebido na alta rotatividade de pessoas que participam de um encontro e não retornam. Esta pesquisa não se debruçou sobre esse aspecto e por isso não tenho condições de elencar os motivos para a grande rotatividade perceptível das pessoas que já passaram pela RCHNB.

Durante as participações nas Rodas, observei que alguns membros começam a se reunir no andar de baixo do restaurante em que a Roda acontece antes de nosso horário inicial (19h30). Nesses encontros informais, tomam cerveja, comem os pratos do restaurante e conversam sobre o dia, quase sempre com comportamentos amistosos entre si e muitos sorrisos. Durante essas “pré reuniões”, o “espírito” da Roda, com a temática pré-determinada não se faz presente.

A Roda acontece no segundo andar do restaurante Simbaz, onde, durante a semana, também funcionam outras atividades direcionadas à comunidade negra brasileira. No início da Roda, acontece uma espécie de ritual, em que são dados informes, os membros se acomodam em cadeiras e bancos espalhados no formato de círculo, fala-se do tema e acontece sempre alguma explanação sobre ele. Dessa forma, os membros entram “no clima da Roda”, levantando o dedo e fazendo inscrições para entrar no turno de fala, a maioria ouvindo atentamente o que está sendo dito. Alguns membros continuam a comer e beber durante a execução da Roda. Nos dias da RCHNB, o restaurante mobiliza um atendente que fica à disposição dos pedidos dos participantes. Por vezes, essa movimentação de retirada de pedidos interfere na atenção dos demais participantes.

Através do desenvolvimento da Roda ao longo desses cinco anos, o grupo foi reformulando sua dinâmica. Uma das mudanças que o grupo precisou se reconfigurar foi diante da pandemia de COVID 19 que, em março de 2020, fez com que pessoas evitassem aglomerações de todo o tipo, mas especialmente em espaços fechados. Isso fez com que a Roda passasse a ser no modelo virtual, a princípio se reunindo mensalmente em plataformas de reuniões on-line. Uma outra mudança foi a implementação da Roda Sankofa, que é um encontro bimestral em que é convidado um homem negro com experiência em assuntos relativos às questões raciais e é solicitado que explique sua experiência para o grupo ouvi-la; dessa forma, os membros da Roda acreditam que têm uma experiência educativa através do compartilhamento de ideias de um mais velho.

Uma das mudanças mais voláteis que a Roda passa atualmente são os critérios para a identificação de quem é negro no Brasil. Atualmente, o critério do grupo é de que se alguma pessoa nova que chegue no espaço levantar a suspeita de pelo menos um dos integrantes que frequentam a Roda sobre a sua pertença racial, abre-se uma votação para o posicionamento dos demais em relação a heteroidentificação daquela pessoa. Se por acaso três membros não identificarem essa pessoa como negra, é solicitado que a pessoa se retire do local. Tal prática gera discussões intensas e sistemáticas, pois nem todos os membros da Roda concordam com esse formato de decisão, além de não chegarem a um posicionamento de quem é negro no Brasil e quem não é.

Um outro aspecto interessante são as oportunidades de auto nomeação, a partir da junção de membros participantes da Roda contando – suas – histórias e narrativas sobre a vida. A dinamicidade que a reflexão “despretensiosa” gera nos encontros da Roda acabou

criando um dispositivo de encontro estruturado com foco na preservação da vida e do bem-estar, o que a torna uma ação antirracista que não naturaliza a mortalidade – já mencionada anteriormente.

Fanon (2008), atento a essa característica humana, inicia o livro *Pele negra máscaras brancas* com o capítulo sobre o negro e a linguagem, chamando a atenção para o colocar-se para-o-outro, que, para o sujeito negro, tem duas dimensões: se colocar para os seus semelhantes e se colocar para os brancos. Dentre os diversos caminhos possíveis na análise do negro e da linguagem, adotamos a ideia fanoniana de que “falar é assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (p. 33). A RCHNB parece ocupar um lugar de cessão da segunda dimensão apontada por Fanon, que seria o direcionamento de sua produção subjetiva ao branco, já que a Roda é um ambiente exclusivo para pessoas negras. Essa retirada do branco no endereçamento de seu desejo retira também o negro de um aspecto apelativo à hegemonia, que o coloca como um igual. Sabemos dos atrasos que até hoje combatemos, frutos da ideologia da democracia racial que nunca existiu em nosso país.

Fato é que o ser humano tem a característica da narrativa interpretativa do passado, através da história, e projetiva de futuro, através da imaginação, dos sonhos. Tal característica é barrada ao povo negro, que busca por diversas manifestações conquistar essa premissa humana. Diante disso as organizações coletivas de aquilombamento adquirem um espaço de construções de sonhos e de circulação dos aspectos humanos combatendo o sistema racista brasileiro.

Organizações de protagonismo negro, como o movimento negro organizado e a RCHNB incentivam a criação de sujeitos na guerra entre o falar e o escutar, o dizer e o ser ouvido. Para essas e tantas outras criações humanas, estar vivo é primordial.

3.1.1 O que se fala na roda

No final de cada roda, o grupo elege um tema a ser trazido na próxima edição. Já foram discutidos os seguintes temas: O que é ser negro no Brasil?; Paternidade; Mercado de trabalho, renda e negritude; Relações inter-raciais; Afrofuturismo; O negro e o carnaval; Saúde mental do homem negro; Pornografia; Colorismo; Ancestralidade; Pan-Africanismo; Genocídio do povo preto; Autoestima; Racismo no ambiente de trabalho; Meu amigo branco; e Autocuidado. Foram realizadas também rodas sem tema, o que possibilitou o

compartilhamento de experiências abrangentes com temas variados.

Entre os meses de março de 2020 a maio de 2022, a RCHNB precisou de adaptações, devido a pandemia de COVID-19. Nesse momento, a periodicidade bimensal ficou alterada e o formato de execução tornou-se on-line. Em alguns meses os membros não se reuniram, e o grupo de *WhatsApp* se tornou um meio para desabafos e compartilhamentos de estratégias de cuidado com a saúde, diante da crise política e sanitária em que o país estava. Alguns membros relataram quando se contaminaram com o vírus da COVID-19, bem como as estratégias de cuidados tomadas. A contaminação dos membros era sempre motivo de uma maior mobilização dos componentes do grupo virtual, demonstrando cuidado com os companheiros.

Durante o período de afastamento social, os integrantes sugeriram uma Roda Sankofa. Trata-se de convidar homens negros mais velhos para responderem a perguntas feitas pelos membros da roda e para compartilharem suas experiências em relação ao que julgarem importante. Até o momento desta escrita, havia acontecido duas Rodas Sankofa virtuais e uma presencial.

Diante do questionamento sobre a presença de mulheres na RCHNB, a maioria dos entrevistados se mostrou contrária. Segundo um participante da roda:

A gente sendo só homem, acho que a abertura é maior ainda. E é um espaço que a gente ia falar da nossa masculinidade, embora eu acredito que eu evolua muito na masculinidade ouvindo a minha esposa, ouvindo a minha mãe, ouvindo minha tia. Eu acredito nisso, mas eu acho que a roda, o espaço é para gente homem ter a liberdade de falar sem pisar em ovos, sem o medo de parecer desrespeitoso com a mulher, até porque se a gente for desrespeitoso, a gente vai ser corrigido pelo outro homem (Onin, 45 anos).

Alguns participantes relatam que é importante a execução de espaços mistos entre homens e mulheres negras, porém, a RCHNB perderia sua principal característica – ser uma roda para homens –, de propor um ambiente acolhedor aos frequentadores e novos participantes.

3.1.2 O passo a passo de uma roda

O desenvolvimento dos encontros da RCHNB sofreu mudanças ao longo desses quase cinco anos de existência; mesmo assim, é possível detectar um formato que se repete na

maioria dos encontros. De maneira resumida, os participantes da RCHNB não possuem uma metodologia fechada sob a forma de produzir um encontro. Descrevo abaixo características percebidas durante minhas observações:

- Duração de aproximadamente 3 horas por encontro. Após 3 horas de encontro, há uma tendência a dispersão dos membros;
- Há sempre estímulo para o compartilhamento de livros de temáticas raciais escritos por autoras/autores negras/os. Isso ocorre sempre no começo das rodas, objetivamente passando os livros entre os participantes;
- Há sempre um facilitador em cada roda; ele é responsável por franquear a palavra e direcionar quem fala, fazer provocações para que alguma pessoa elabore melhor alguma questão e solicitar o término da fala, controlando o tempo;
- Geralmente algum membro se faz responsável pelas boas-vindas das primeiras pessoas, abordando quem chega pela primeira vez na RCHNB e explicando os objetivos daquele espaço;
- O facilitador é quem “abre a roda”, chamando atenção para alguns contratos, como: a necessidade de ser um ambiente que garanta o sigilo dos participantes; a importância de os participantes falarem de si; o respeito, de modo que evitem conversas paralelas enquanto um “irmão” fala, bem como ofensas pessoais e julgamentos morais;
- O facilitador também “fecha a roda” do dia, porém, antes disso haverá votação de um tema a ser discutido na próxima roda. A maioria simples ganha a votação;
- É permitida a réplica e a tréplica, porém, o facilitador é responsável por fazer com que a roda não se torne uma conversa bilateral;
- A RCHNB tem sempre uma disposição no formato circular de cadeiras;
- Por vezes, é ressaltado que o espaço não é um lugar de julgamento e moralmente crítico, mas de acolhimento, com atenção a comportamentos que podem ser reverberações de formas colonizadoras de ser/estar no mundo.

3.1.3 Auto nomeação, autodeclaração e a formação de narrativas

A RCHNB estimula uma narrativa dos participantes em relação a temas propostos pelo grupo, mas, em muitos momentos, também fortalece a auto narrativa sobre a própria

história e a interpretação do mundo em que se vive. Mesmo em temas mais sociais, os participantes são encorajados a emitir a sua forma de interpretação do mundo, o que também poderia ser entendido como uma narração do mundo através de uma interpretação particular. A condição de se auto narrar aqui não é a simples descrição de uma importante condição humana, mas aponta a estratégia de grupo – que até hoje não tem espaços constitucionais de construção de uma identidade negra – em combater o que foi construído colonialmente como objeto pré-determinado por um outro. Essa foi e continua sendo uma das lutas da comunidade negra brasileira: ser escutada. A RHCNB parece proporcionar um espaço dialógico e, portanto, de expressão mais individual, com possibilidades de que os constituintes possam se narrar como sujeitos, dignos da valorização de suas subjetividades constitutivas.

As possibilidades de espaços para uma narrativa própria – auto narrativa – é essencial para o avanço de uma descolonização dos públicos marginalizados. Um alerta interessante é feito por algumas feministas decoloniais: suas próprias narrativas misturam teoria e vivência, análise conjuntural e visão de vida, o que acaba por demarcar o tempo e o espaço da construção do feminino frente à colonialidade (Anzaldúa, 2005; Curiel, 2020). Elas destacam a capacidade de historização, que só pode ser feita através do relato de mulheres negras e indígenas, pois as narradoras são também protagonistas de suas histórias, que geralmente são narradas por outros interlocutores. Dessa forma, refletir no caminho percorrido por mulheres negras, latinas e indígenas pode ser um indicativo de percurso para a construção de relatos e de formulações de conceitos para o homem negro brasileiro, seja no ambiente acadêmico ou em outros ambientes, como o de formulação de políticas. São reverberações construídas ao longo da história, que conseguiram fazer frente ao sistema racista e patriarcal, impactando a luta política por direitos e igualdade. Essas mulheres, consideradas subalternas pela hegemonia patriarcal branca, conseguiram formar um arcabouço teórico e de participação na construção de políticas públicas. Já do lado dos homens negros, o que temos é uma escassez de produções sobre a saúde do homem negro desenvolvidas pelos próprios homens negros. Aqui me parece que o cabedal teórico e prático desenvolvido por essas mulheres pode servir de aporte a ser interpretado para algumas questões interseccionais entre homens negros e mulheres negras brasileiras

Logo, penso que uma proposta decolonial de masculinidade deve ser construída através de vozes dissidentes, e não por via de formulações do grupo hegemônico. Homens negros não possuem influência alguma na escolha de pautas dos noticiários e em outros

mecanismos de construção de realidades; pelo contrário, a esse público recaem diversos signos pejorativos, construídos ao longo do desenvolvimento social brasileiro. É por isso que a auto nomeação adquire um caráter existencial, político e emancipatório de sujeitos que se narram sem o intermédio (ou na luta contra) de construções simbólicas que subtraem e depreciam suas existências.

A ideia de sujeito e de outro se dá sempre em uma relação hierarquizada, em que *sujeito* é aquele que tem autonomia de se narrar (Souza, 2021), se colocando no mundo a partir de sua construção subjetiva e histórica. Já o conceito de *outro* (com letra minúscula) é dado aquele/aquela que não tem agência sobre sua própria história, sendo narrado pelos sujeitos, mas também por sistemas geradores de ideias e símbolos (aqui, *Outro*, com letra maiúscula); sem alteridade, é refém do olhar e da narrativa dos mecanismos que constroem sentidos. Algo repetido na história brasileira é que o branco se faz sujeito, enquanto o negro é narrado como algo. A auto nomeação permite um deslocamento dessa estrutura rígida narrada, gerando espaços de potencialidade negra através da linguagem.

De uma maneira geral, a maioria dos grupos que falam sobre masculinidades no Brasil tem uma tímida e pontual abordagem sobre a temática racial. Isso deixa evidenciado um silenciamento sobre as questões da existência dos homens negros brasileiros, camuflando sobre uma discussão de gênero as condições adversas e específicas desses homens. Diante do crescimento da temática masculina no Brasil, juntamente com a ausência de políticas públicas para os homens negros, movimentações populares de grupos que pautem a raça de maneira evidente ocupam um lugar propício de combate ao racismo.

Alguns Estados brasileiros iniciavam grupos masculinos pautados na racialidade, com abordagens e temáticas diversas. Destaco aqui os MilTons – Masculinidades Negras, de Porto Alegre; o coletivo Pais Pretos Presentes; a organização Reaja ou será morta/morto, da Bahia, que tem uma atuação dentro de presídios; e o grupo terapêutico On-line para homens da organização PsicoPretas. Cada grupo, a seu modo, chama atenção para aspectos raciais que perpassam os homens negros e servem de amparo para eles; essa postura por si só já amplia o aspecto político das masculinidades para além da questão de gênero, o que torna o debate mais crítico e com apontamentos para além do individual desses homens.

No caso da RCHNB, acontece um agenciamento para um espaço de compartilhamento das percepções. Devido ao ambiente seguro em que foi desenvolvido, possibilita trocas aprofundadas de visões de vida, de histórias familiares e de outras experiências que são

abordadas de maneira analítica, que geralmente não são possíveis em ambientes masculinos de nossa sociedade, bem como em ambientes de racialidade mista. Dessa forma, acontece no grupo uma identificação intersubjetiva e, ao mesmo tempo, um fortalecimento da identidade individual.

Para nós, é fundamental considerar a singularidade do sujeito articulado e inscrito numa rede discursiva de poder e de saber, ou seja, tomar o que lhe é mais íntimo – considerando determinadas vivências, sensações e acontecimentos que são experimentados por diversos sujeitos com os quais compartilha de lugares próximos na rede discursiva – como algo que não seria individual, mas ao mesmo tempo de todos e de cada um. Isso se torna essencial para fundamentar um modo de conceber as articulações entre a subjetividade e o psiquismo com traços identificatórios como “homens negros”, “mulheres negras”, por exemplo. Essas formas de se nomear ou ser nomeado, com certeza, não respondem completamente quem o sujeito é, no entanto, não deixam de ter implicações fundamentais no modo do sujeito ser, de se constituir e de estar no mundo”. (Braga e Rosa, 2017, p. 98).

A RCHNB é uma alternativa diante da escassez de espaços promovedores de saúde mental para o público masculino negro no Brasil. Isso por si só já tem a capacidade de uma certa redução de estresse advindo do racismo, segundo o relato de alguns participantes. Através da identificação em ser um homem negro ocorre um pertencimento natural à Roda.

Eu... eu concordo com tudo que todo mundo falou, literalmente tudo, e eu queria só acrescentar que pra mim também a Roda ela me permitiu eh... criar referências de como ser um... um homem... de como ser um homem negro de referência de... de atitude, de postura, de eh... de masculinidade, de... de moda. Né, então eh... enquanto a gente... que a gente... a gente vive no meio, no seio das nossas famílias né, que a gente tem nossos tios negros, pais negros e... e primos e tudo mais, mas é **diferente** o relacionamento que a gente conseguiu com a Roda, né? Então como o meu pai era mais afastado, né, alguns tios também raramente a gente vê, e muita coisa a gente não conversa com eles né, eu acho que na Roda eu pude criar esse referencial de homem negro, sabe? De homem negro eh... bonito, de homem negro valoroso, sabe? Eu acho que a Roda me permitiu isso. E nessa troca eu acho que eu recebi **demais** isso, sabe? Eu **aprendi** com vocês. Onde eu não tinha referência eu **aprendi** com vocês. Eu só queria acrescentar isso aí (Onin, 45 anos, grifo nosso).

As justificativas para a criação de um espaço como esse são diversas: o alto número de suicídios da população negra; a violência perpetrada pelas organizações brasileiras de segurança ostensiva; o alto índice de desemprego, encarceramento e envolvimento com uso abusivo de álcool; as construções midiáticas pejorativas desses homens; entre outros fatores. Muitos desses pontos são determinantes da saúde, portanto, a Roda age de maneira preventiva ao oferecer um espaço de acolhimento e de expressão para o seu público-alvo.

Vigoya (2018), ao chamar atenção para o sentido relacional da categoria de gênero, acaba por demonstrar as dinâmicas móveis da vida social e de sua interatividade. Ter atenção a esse aspecto traz uma abordagem ética de análise para os estudos de gênero. A categoria “homem negro”, por exemplo, não se encerra em si mesma, mas se locomove (se atualizando) no tempo histórico como afirmação; como lugar humanizado a ser conquistado; como combate a resquícios colonizadores que influenciam a vida dos homens negros; como afirmação de construções de autenticidade. As categorias de análise crítica precisam ser evidenciadas a partir de lugares não hegemônicos que interfiram nas construções sociais e que, ao mesmo tempo, se justifiquem na vida cotidiana dos sujeitos.

Muitas vezes o agenciamento de estereótipos por parte da estrutura racista faz com que poucas alterações na realidade aconteçam, acabando por atualizar opressões sistêmicas de nossa sociedade. Sob esse cuidado, a teórica israelense Nira Yuval-Davis chama atenção para “a unidade mítica das comunidades imaginadas” (1993, p. 627), uma espécie de produção irreal de narrativas que detêm o poder de nomear grupos e realidades e, inclusive, de quem é pertencente ou não a lugares sociais, criando uma espécie de direito ao descarte dos não pertencentes. Nesse sentido, sendo a academia um espaço de poder, é preciso atenção e cuidado com produções acadêmicas que podem agir nesses lugares.

Garcia (2010), em estudo sobre a gestão da educação básica, faz uma preciosa reflexão ao observar as políticas públicas implementadas. As tomadas de decisões em questão reverberam as estruturas de poder no interior do Estado, que desconsidera o acúmulo dos movimentos sociais e de outras representações populares. Baseado no ideal de desenvolvimento puramente econômico, o Estado se afasta do chamamento cidadão desses grupos e, conseqüentemente, de uma ampliação do estado de bem-estar social. Esse é apenas um exemplo do impacto da falta de mecanismos de participação social.

No campo das masculinidades, é comum a ilustração da casa dos homens (Welzer-Lang, 2001) como um modelo ilustrativo/conceitual para a reflexão de padrões masculinos de socialização. Segundo esse modelo, os homens reverberam comportamentos entre si em que homens mais velhos “educam” homens mais novos com a finalidade de inserção no mundo masculino. Os “ensinamentos” vão sendo apresentados em etapas de desenvolvimento, alinhadas com o desenvolvimento desses homens, para que, assim, possam participar do universo masculino, apartado do feminino.

Esse modelo proposto por Welzer-Lang é um esquema interessante para pensarmos os processos de socialização entre os homens (homosocialização) que atualizam modelos problemáticos do masculino, principalmente com a relação ao que foge dos ideários da virilidade e do másculo. Minha crítica é o que dizer sobre o grande contingente de jovens negros que morrem de forma violenta em idades iniciais de sua adolescência sem que sejam valorizadas suas existências, uma vez que não temos mecanismos de escuta dessas vozes dissidentes. Penso também nos signos negativos em que suas formas de estar no mundo aparecem como produção midiática nos meios populares de comunicação. Um exemplo dessa criminalização foi o movimento intitulado “rolezinho”¹³, entre os anos de 2013 e 2014, que combatia a presença de jovens periféricos em áreas de shopping centers dos grandes centros urbanos do Brasil. Se entendemos cultura como manifestação de um povo, o funk, o samba, o pagode, o hip hop cumprem seu papel contra cultural de manifestação dessas vidas segregadas da cidadania discursiva da atualidade brasileira.

A construção do masculino negro passa inevitavelmente por descrenças sociais, uma vez que a população negra se construiu forjada na não humanidade empreendida pelos brancos. Ainda assim, houve movimentos de resistência às condições impostas, em que homens e mulheres negras se empenharam na construção positiva do ser negro. Os estudos contemporâneos sobre as masculinidades negras¹⁴ adquirem um lugar especial de ressignificação do olhar para o masculino. Trata-se de chamamentos para além de uma questão simplista de gênero, mas à crítica de impactos da subordinação colonial na construção de ser um homem negro. Tal fato nos faz pensar em uma relativização da hegemonia masculina, exigindo a capacidade de abordarmos fenômenos sociais que compartimentalizam uma suposta universalidade em ser homem.

3.1.4 Aquilombamento e rotas de fuga

Durante minha frequência nas Rodas e em conversas com os participantes, a palavra “aquilombamento” aparecia constantemente. O termo sempre surgia em tom de fortalecimento de si através de um coletivo, ou para expressar uma necessidade das pessoas

¹³ Para saber mais sobre rolezinhos, ver <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/rolezinhos-discriminacao-social.htm> (Acessado em 04 de fevereiro de 2023)

¹⁴ Como em Restier (2019; 2021), Vigoya (2018), Hooks (2019; 2022), Faustino (2014), Pinho (2004), Fanon (2008).

negras em meio a um sistema de opressão. Isso me fez lembrar as produções da intelectual Beatriz Nascimento, em especial no filme *Ori*, que tece um modelo documental de narrativa das construções negras na diáspora brasileira. Com essa metodologia, Nascimento (1989) demonstra, através do audiovisual, algumas práticas de improviso para a manutenção da vida e da alegria em meio ao ambiente colonial imposto pelo Estado.

Para Nascimento, o quilombo é a condição de ser no mundo através do pensamento negro em curso para a liberdade. O que se inicia como território abrange-se e invade as mentes negras de forma criativa e utópica, inclusive impactando na disputa ideológica sobre o nacionalismo brasileiro, o que, nas palavras da própria Nascimento, é uma “correção de nacionalidade” (p. 291).

Os malefícios agenciados contra a população negra brasileira são frutos de um grande ódio colonial, ainda presente sobre as representações da humanidade negra. Estamos a viver uma guerra racial que solicita inferências na colonialidade, com tentativas de enfraquecimento do modelo operante, fruto dos vários séculos da submissão imposta pelo colonizador a territórios da América Latina, Ásia e África.

Haveria saída do inferno vivido pela população negra? Essa é uma pergunta pontual e legítima diante da gravidade social que o país impele as pessoas negras. Ao mesmo tempo, a complexidade racial brasileira deixa evidente que as garantias previstas em lei precisam de ações transversais, pois os impactos do racismo atingem nossa população negra de diversas maneiras e intensidades. A colonialidade é atualizada no interior das instituições públicas, portanto, leis que inibam o racismo institucional também devem ser frutos das atualizações antirracistas promovidas pelas instituições. De qualquer maneira, a lei é apenas uma inscrição em papel que, para sua materialidade, precisa de operadores/as atentos/as às dinâmicas desiguais que estruturam nossa sociedade. É nesse sentido que a promoção do conhecimento e a capacitação dos agentes de estado também podem ser entendidas como ações antirracistas.

Exercitar uma condição criativa é parte estruturante de uma pulsão de vida que não versa (nem deve versar) com o padrão ocidental constituído como verdade universal e real. Se conformar com essa criação de sociedade seria se render a um sistema opressor que executa vidas negras. É nesse sentido que o quilombo seria um espaço (geográfico, mas também mental) de não conformação da inserção no modelo segregador branco. Quilombo é um espaço que permite outras narrativas sobre si mesmo junto aos iguais.

A fim de pensar propostas de abordagem psicológica para a população negra na diáspora, Nobles (2009) usa a metáfora do descarrilhamento para elucidar a colonização como uma força motriz que desorganizou o desenvolvimento de povos africanos, gerando até os dias de hoje um descompasso, como se um trem descarrilhado continuasse em movimento, porém, fora dos trilhos.

Os africanos que foram vendidos, raptados e/ou roubados e trazidos tinham de dar sentido ou significado a realidade de novos lugares, condição e povo. Apesar do descarrilhamento, o único "mapa mental" de que dispunham para navegar e dar sentido à nova condição de servidão e barbarismo era o mapa mental de ser africanos. A concepção africana de ser humano o definia como emí (espírito), ori inu (dono de um destino traçado por Deus), ngolu (ser um poder) e na'ezalelí (ser inextricavelmente misturado com a própria essência). Essa essência ou "força espiritual tornava alguém humano e proporcionava a cada pessoa uma relação duradoura com o universo total perceptível e ponderável. O mapa mental de ser africano serviu de filtro cultural da resistência à escravidão e ao colonialismo. A concepção do significado da pessoa como recipiente e instrumento da energia e relação divina tornava o africano, creio eu, inadaptado à escravidão, a menos que desafricanizado (Nobles, 2009, p. 284).

Tendo em mente que a desorganização imposta ao povo negro e a determinação de valores eurocêntricos e cristãos foram uma das estratégias de despotencialização de qualquer valorização da negritude, agendas que potencializam as vidas negras se tornam uma ação pró-vida. Veiga (2019) elabora proposições para o acolhimento de pessoas negras através de uma psicologia racializada. Destaco aqui a atenção para o desejo do negro em se embranquecer e o compromisso ético, da parte do/da profissional de saúde, com a liberdade do indivíduo, mas chamo atenção para o visível: o sujeito humano para além de sua cor. Se prender extremamente a cor seria fazer o jogo da colonialidade (que nomeia seres humanos como negros, brancos, indígenas), proposta que se assemelha ao humanismo radical fanoniano enquanto um objetivo a se alcançar. Ainda assim, Veiga percebe que o racismo se mostra como algo intransponível na sociedade brasileira, relegando à população negra aportes emergenciais para se viver no plano social-político carente de direitos básicos. É daí que Veiga (2021) aponta para uma "clínica do impossível" no tocante ao atendimento psíquico dessas pessoas. O impossível seria vislumbrar hoje o término do sistema racista. Como proposta terapêutica, Veiga (2021) se valida da metáfora das rotas de fuga, que seria a criação de possibilidades psíquicas fortalecedoras para a manutenção da vida diante "da máquina mortífera do racismo" (p. 28).

A Roda ocupa um lugar (geográfico e mental) de pertença que produz saúde mental. Isso é facilmente percebido na narrativa dos participantes. A RCHNB acaba por encampar também um aspecto político, já que agencia uma ética participativa de um grupo que é atingido socialmente pela realidade social imposta pelo racismo. O racismo é agenciado por múltiplos fatores, por vezes objetivos, mas também ideológicos e subjetivos; é nesse sentido que o aquilombamento se faz importante, tanto enquanto demarcação de território quanto de ressignificação de trajetórias.

Para David, Vicentin e Schucman (2023), o aquilombamento em suas mais variadas conceituações está para um lugar desnordeado, que pode ser entendido como ética da liberdade afastada dos valores do norte ocidental, daí seu conceito de “desnordeamento” como operações saudáveis para saúde mental de negros e negras que, nos casos de adoecimento psíquico advindo do racismo, precisam contar com a rede de atenção psicossocial.

3.1.5 Sendo sujeito homem: alguns aspectos subjetivos e objetivos

A RCHNB é um espaço que possibilita trocas objetivas e subjetivas através da predisposição dos participantes. Entre as trocas objetivas estão a formação de redes de apoio que se desenvolvem para além do espaço da roda. As trocas subjetivas acontecem no compartilhamento de visões de mundo, nas exposições emocionais e na lida com o racismo cotidiano e com interpretações das questões raciais. Por ser uma iniciativa voluntária e independente, o desejo de participação dos integrantes é o que gera uma atmosfera de aprofundamentos vivenciais à medida que alguns membros vão voltando em cada encontro.

Um dos entrevistados da pesquisa diz que a RCHNB é:

um lugar onde a gente se encontra pra falar dos assuntos que a gente decide falar, que diz respeito a gente enquanto homem negro, mas virou um espaço onde a gente pode se conhecer melhor enquanto homem negro, conhecendo outros homens negros também (...), é um lugar onde a gente sente confiança de falar algumas coisas que a gente não sente segurança de falar em outros espaços (Noriel, 37 anos).

O espaço de confiança desenvolvido pelos participantes parece ser fruto de algumas identificações entre eles a partir da condição social imposta pelo racismo, bem como a partir das estratégias de enfrentamento. Tal apontamento foi observado durante o grupo de discussão para o levantamento de informações, em que os participantes sempre começavam

suas falas fazendo referência a outros participantes que falaram antes, demonstrando experiências conjuntivas intra grupal. Ainda que o grupamento pesquisado seja heterogêneo em questões como idade, grau de escolaridade e local de moradia, a questão racial exerce maior atenção do que o gênero e a classe. Logo, os impactos do racismo se mostram com mais frequência nas vivências dos frequentadores do que outros atravessamentos sociais. Faço tal observação baseada nas anotações de diários de campo da participação nas rodas e nos dois grupos de discussões desenvolvidos por mim.

Em cinco anos da RCHNB, foram executados coletivamente almoços, jantares, distribuições de absorventes em presídios femininos, entrega de cestas básicas para projetos sociais, além de ajudas específicas aos membros que passam por dificuldades de diversas ordens. Como dito acima, a Roda vai se recriando através da execução de ações e do fomento de redes de relacionamentos fora dela. Os membros têm um certo cuidado para que as decisões referentes à Roda sejam tomadas de forma coletiva e com a necessidade de passar pela deliberação da maioria dos participantes, principalmente nas que envolvem dinheiro, ficando a cargo de um membro a arrecadação das quantias necessárias para a execução de ações e posteriormente para a prestação de contas ao grupo.

A roda acontece duas vezes no mês, sendo um momento de se retirar das dinâmicas impostas pelo racismo e de se permitir ter situações de reflexão sobre as condições de vida. A preocupação com o olhar racista é ressignificada através de um espaço de cuidado junto a pares que também estão no propósito de escape de condições degradantes da sociedade brasileira. Ademais, a exaltação da negritude e outros aspectos positivos da condição de ser negro no mundo sempre aparece nas reuniões da RCHNB. Conotações positivas em relação a sua imagem são ativadas na Roda, ocorrendo ressignificações do auto olhar. A RCHNB atua como um espaço de aquilombamento (Nascimento, 2018), gerando fortalecimento entre os membros.

Através de uma leitura psicanalítica sobre os sujeitos negros, Kilomba (2019) é perspicaz ao relatar o olhar branco que deslocaliza o sujeito negro. Para a intelectual portuguesa, “enquanto o sujeito branco se ocupa da pergunta ‘*o que eu vejo?*’ o sujeito negro é forçado a lidar com a questão ‘*o que elas/eles veem*’” (p. 116). Já em Lacan (1998) o desenvolvimento do “Eu” é iniciado através da própria imagem especular que uma criança tem de si. Porém, antes disso, em um processo alienante, a criança se vê sendo única com sua mãe, para depois ver sua imagem como um outro, que, com o tempo, através da ajuda de

pessoas próximas, vai se desalienando de si mesma e dos outros através da metáfora do espelho, em que a criança, não tendo senso de Eu, acredita que seu reflexo é um outro. Lacan demonstra a importância do processo de desalienação da imagem do outro como um escape do olhar do outro, criando uma ideia de Eu mais autêntica, mesmo que esse processo se dê pela via do outro. Temos aqui um problema para o sujeito negro, uma vez que a predominância imposta de realidades branca, que invalidam os sujeitos negros, atravessa o imaginário social; o ideal de ego do negro é torna-se branco (Souza, 2021), causando uma espécie de alienação da consciência negra.

Ainda que a socialização empoderadora de uma consciência negra seja feita em idades tenras, isso não privará o sujeito negro de vivenciar as imposições psíquicas da branquitude. O olhar branco parece um imperativo que persegue o negro, impondo sua identidade a subjugação. Tal relação caótica chega ao corpo, que é, ao mesmo tempo, material e composto por simbolismos da existência.

Alguns estudos da psicologia e da psicanálise chamam atenção para as condições adversas do desenvolvimento psíquico de pessoas negras (Souza, 2021; Nogueira, 1998; Veiga, 2019). Tal constatação fica mais evidente ao pensarmos na construção sócio-histórica do Brasil, aspecto amplamente exposto aqui. Essas condições desenvolvem aspectos subjetivos comprometedores em muitas pessoas negras e os dados como a depressão e o suicídio em pessoas negras comprovam isso. Nogueira (1998) nos auxilia ao dizer que “se antes de ser indivíduo, o homem é um ser entre semelhantes, que se relaciona com os outros, enquanto seres iguais, antes de se referir a si mesmo, em que condições uma mercadoria, uma *peça*’ pode se auto referenciar no outro?” (p. 34)

O racismo se apresenta como uma des subjetivação do corpo negro, uma vez que vê os sujeitos negros apartados de individualidade, de história e de subjetividade. O corpo é o que chega primeiro e é alvo do racismo; já a subjetividade é a produção mais íntima do ser/estar no mundo, tendo que haver espaço de produção e de acesso dessa instância. As imposições diaspóricas desenvolveram a mão de obra que as colônias necessitavam através da “valorização” do corpo e da desvalorização das subjetividades. Dentes, capacidade de procriar, tônus muscular, visão, entre outros aspectos corporais davam o valor da mercadoria escravizada na época escravocrata. Atualmente, ainda percebemos termos racistas ligados a aspectos corporais e a animalização: “cabelo ruim”, “mulata”, “suspeito padrão”, “nariz de macaco”. Sendo assim, a estrutura racista faz com que o corpo negro seja desconsiderado de sua subjetividade, criando blocos homogêneos de catalogação de pessoas negras através das

estruturas sociais e de seus bolsões de miséria. As imposições perversas do capitalismo atualizam o regime escravocrata, agora sob a falácia do homem livre, sendo seu corpo contínuo objeto de desejo da produção de riquezas que necessitam de mão de obra humana.

No caso das masculinidades negras, o ser masculino universal impõe a cultura viril aos identificados como machos, para assim performarem atitudes com finalidade de fortalecerem os códigos do grupamento masculino dominado pelo macho branco. A imposição masculina branca foi a responsável por significar formas de ser homem às crianças, às mulheres e até mesmo a alguns simbolismos espirituais, como por exemplo, a ideia de um deus homem. Se prover é um valor para a masculinidade hegemônica, ao homem negro relega-se o subemprego e o desemprego. Se a liberdade é algo natural para a espécie humana, os índices de aprisionamento em massa dizem-nos que “não” ao público masculino negro. Se a paz é um valor universal, precisamos relativizá-la diante da mortalidade da juventude negra e periférica. É evidente que a constituição plena do ser homem é dada a um grupo racial específico.

Nesse ambiente de hegemonia racial, a RCHNB acaba agindo na promoção de ressignificações simbólicas e práticas, em que formas embranquecidas de ser um homem na diáspora são questionadas e valores embranquecidos disputados por alguns homens negros são criticados. Dessa forma, são estimulados formatos que proporcionam movimentos emancipatórios para esses homens, através da socialização de exemplos positivos da negritude, repaginando um ideal de eu branco inalcançável e que compõe o imaginário brasileiro. Essa questão é percebida no relato de um dos participantes:

Eu não esqueço que a gente segue morrendo, eu não esqueço que nós somos... a maior parte da população carcerária são os nossos; nós recebemos os menores salários; nossa expectativa de vida comparada ao homem branco é 4 vezes menor, quer dizer, não é expectativa de vida, é a chance de ser morto, por exemplo, por uma ação policial é 4 vezes maior do que em relação ao homem branco. A expectativa de vida, você pega bairros diferentes é menor. Então você pega um bairro pobre de São Paulo e que a maioria das pessoas são pretas e você pega um bairro rico de São Paulo em que a maioria das pessoas são brancas, a diferença de expectativa de vida é de 20 anos, 25 anos. Então eu sei que essas coisas existem, eu sei que elas estão lá, eu sei que a gente precisa combatê-las, mas a minha, eu enxergo a minha negritude se manifestando muito mais nessas outras questões, então da valorização dos nossos, da nossa cultura, o Black Money, o nosso quilombo, priorizar amores, porque o seu amigo também é o seu amor, só que é um outro tipo de amor. Só que você ativamente escolher estar com aquela pessoa, seja um amigo, seja uma companheira, um companheiro, enfim (Elisandro, 29 anos).

A psicanálise foca esforços nas evidências de tramas simbólicas criadas pelos sistemas de representação (Nogueira, 1998), que acabam introjetando formas de sociabilidade nos

sujeitos. O real da vida é parte de uma rede de símbolos que é mantida pela cultura, pelos discursos hegemônicos, adquirindo um caráter de “verdade” que vai sendo adaptada pela vida social. Trata-se também de uma guerra argumentativa que autoriza quem pode falar e ser escutado. É nesse sentido que as criações contra argumentativas e seus novos simbolismos agem no combate à realidade imposta culturalmente. As diversas linguagens desenvolvidas pela comunidade negra ao longo da história são, para além de resistência, amparo social e tecnologias criativas de preservação da vida negra. Religiosidade, cinema, artes plásticas, culinária, dança, teatro, literatura, moda, entre outras manifestações, tornam-se potências contra hegemônicas de enfrentamento do racismo. Nesse sentido, a oralidade tem significativa importância nas formulações negras; uma vez que a diáspora cooptou diversos saberes negros, as trocas orais desenvolveram transmissões adaptadas aos contextos de segregação. A RCHNB parece se inserir nesse modelo de lógica oral, racializada e contra hegemônica, possibilitando confluências organizativas – e criativas – entre seus participantes.

3.1.6 Os incomodados que se mudem: autoidentificação e heteroidentificação na RCHNB

Nem tudo na Roda é concordância. Como relatado acima, a RCHNB tem pontos de discordância internos. Durante a pesquisa, um dos pontos observados que mais me chamou a atenção foi o critério para a identificação de membros novatos que se autointitulavam negros, mas que componentes mais antigos do grupamento não os viam como tal. Esse fato torna-se uma repetição no grupo, pois quase sempre chegam pessoas que outros membros julgam não serem pessoas negras. A Roda toma um formato de vigilância e de embate e é alterada pela presença “branca”. A partir desse momento, a Roda se mobiliza em votação para permitir ou não a participação do neófito. Esses momentos são sempre carregados de tensões internas do grupo, por vezes gerando discussões inflamadas e carregadas de emotividade, fazendo com que as discussões se estendam, às vezes, por todo o tempo¹⁵ de duração da roda.

Existem membros da Roda que são mais criteriosos sobre a identificação racial de uma pessoa que se une. O critério mais argumentado está geralmente associado à cor da pele mais escura de uma pessoa. Já outros membros focam nos fenótipos raciais da população negra, como o cabelo, o nariz e a boca. E há, ainda, uma parte do grupo que é mais liberal em

¹⁵ A roda tem duração de três horas, começando 19:30 e terminando às 22:30.

relação à participação de pessoas, manifestando uma postura mais permissiva em relação às pessoas que se autointitulam negras e procuram a participação na Roda. Tive a impressão de que discussões sobre mestiçagem não são valorizadas, parecendo que o grupo “pardo”, que é uma classificação de cor usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), não esteja contemplado enquanto um lugar a ser pensado pelos integrantes da RCHNB. Tive também a impressão – e não abordei esse ponto na pesquisa – de que a Roda se comporta numa espécie de binarismo de cor: negros ou brancos, restando a essa última categoria a saída da Roda após a decisão da maioria.

Nos casos de maiores embates, percebi uma movimentação de grupo que se torna dependente do posicionamento de figuras tidas como liderança, não significando um entendimento da Roda como um todo. Já houve encontros em que uma pessoa que não foi aceita como negra em determinado encontro foi entendida como negra por membros que não estavam presentes no dia da decisão. Isso gera embates consistentes sobre os critérios heteroidentificatórios que deveriam ser adotados pela Roda.

Acompanhar as discussões sobre classificação racial de uma pessoa que relutava sobre sua heteroidentificação não negra pela maioria grupal foi desconcertante para mim. Vi algumas pessoas tentando recorrer desesperadamente a interpretações que pensavam justificar estarem ali. As recorrências mais comuns eram argumentos sobre ter um pai negro e uma mãe branca, ou vice-versa, entre outras tentativas de fazer os outros verem essa pessoa como uma pessoa negra. Um membro, com uma postura mais receptiva a essas pessoas de pele mais clara, certa vez me disse: “os incomodados que se mudem”. Essa frase chegou a mim com certa dúvida, se ele estava se referindo às pessoas que são expulsas ou aos que expulsam as pessoas. De qualquer forma, as discussões sobre questões raciais no Brasil nunca foram um consenso, fazendo com que a frase evocada por esse membro, não importa a que tipo de pessoa se referiu, faça sentido, pois a todos nós, incomodados com os impasses levantados pelas discussões, não cabe o purismo. Incomodados terão que se mudar.

Glória Anzaldúa (2005), escrevendo para mulheres mestiças no seu texto *La consciencia de la mestiza*, nos auxilia a pensar que o mestiço é um desafio para toda e qualquer forma que tem um pensamento fixo como visão de mundo. O mestiço está a caminhar entre duas (ou mais) fronteiras e não pode se fixar em nenhuma forma de querer enquadrar-se em um lugar apenas, pois precisa, para sua própria saúde, se mover. Nas palavras de Anzaldúa, “rigidez é morte” (p. 706).

Penso que discutir a categoria parda, enquanto fruto da mestiçagem brasileira, poderia trazer maiores reflexões para a RCHNB e ampliar as possibilidades de entendimento intra-grupal. Fato é que algumas falas surgidas na RCHNB, de que “O Brasil é a segunda população mais negra do mundo, fora do continente africano”, acabam por demonstrar a inserção do contingente pardo na formação racial brasileira, uma vez que a raça negra brasileira é formada da soma de autodeclarados pretos e pardos. Ademais, sabemos que o preconceito racial no Brasil é desenvolvido pelos aspectos fenotípicos, e isso se dá de forma hierarquizada do branco para o negro.

Uma das justificativas para a retirada dessas pessoas era o receio de falar questões subjetivas frente a “uma pessoa branca”, e, segundo esses participantes, a presença de uma “pessoa branca” inibiria uma manifestação espontânea dos membros da Roda. A ameaça branca aparece sob a forma de um cuidado a ser tomado nas decisões da pessoa participar ou não da Roda e no acesso que essa pessoa terá sobre as informações compartilhadas. Mesmo sendo um indivíduo frente a um coletivo de pessoas, a presença considerada branca aparece como ameaçadora. Ainda que não haja um consenso de categorização de quem é branco e quem não é, a RCHNB funciona diante de uma dúvida operativa.

Mesmo com a identificação racial feita pelos membros mais criteriosos da Roda, a partir do olhar, sempre é dada a condição da pessoa julgada se manifestar verbalmente sobre o porquê de ela se considerar uma pessoa negra. Muitas das pessoas que vi passar por essa espécie de sabatina recorriam a uma narrativa interpretativa da sua vida que a ligavam à raça negra em suas interpretações. As intitulações familiares relacionadas a si, aos gostos musicais, ao pertencimento à determinada religiosidade, aos enquadros policiais, entre outras narrativas, se tornaram uma defesa de sua negritude, que naquela ocasião era pleiteada.

Dos encontros que participei, nunca vi uma desconfiança racial ser revertida em anuência para a participação da Roda, o que nos encaminha a pensar que o olhar identificatório dos membros mais criteriosos é determinista e determinante para o funcionamento da RCHNB, criando um sintoma de difícil encaminhamento para a Roda ser mais dinâmica. Percebi que alguns membros mais criteriosos não têm a pele tão escura, o que para mim apontava para uma visão de si que mereceria uma investigação mais subjetiva, ao mesmo tempo que denuncia a dificuldade que é a categorização das raças no Brasil. Trata-se de uma certa miopia racial.

Um outro ponto sensível que gera discussões é sobre a abertura para a participação de mulheres negras na Roda. Diante da falta de consenso, ao tocar nesse assunto, a Roda se mostra divergente. Através da observação participativa, percebi que os membros se dividem em duas opiniões: 1. a de que os homens negros precisam de espaços exclusivos para a expressão de seus sentimentos e que a presença de mulheres poderia inibir a expressão de maneira mais autêntica; e 2. a de que a presença de mulheres em um espaço misto poderia auxiliar na resolução de conflitos de gênero, tocando em questões relacionais que aparecem na dinâmica de vida como problemáticas. Nenhum dos dois posicionamentos discordam entre si, ou seja, de que são necessários momentos que tenham a presença apenas de homens. Vejamos dois relatos divergentes abaixo:

Eh... eu acho assim que cabe a roda especial assim, tipo, hoje a roda vai ser aberta, tal, pra participação das menina, tal. Porque eu acho que tem que ser preservado o espaço, eh... do acolhimento da rapaziada, porque a presença feminina ela altera o comportamento um pouco, isso é observado. Aí penso eu que nem todo mundo vai ser sincero em tudo, saca? Eh... a gente, o... o movimento... o movimento negro no DF ele é... ele é mais feminino do que masculino, tem mais mulheres no movimento e... e há... e há muito questionamento de lá pra cá, assim, das mulheres com os homens. Então às vezes uma roda dessa pode trazer ali, eh... um... um campo de disputa que a gente tá se construindo ainda, elas estão mais avançadas. Então pode constranger alguma rapaziada que ainda tá... que... que se sente inibida até diante de nós que às vezes tem uma fala diferente ali, cita um autor ou outro. Aí o irmão preto já se sente meio acuado assim. Aí imagina umas mina que já tão há mais tempo no movimento, que tão questionando, que tão falando em palmitagem, o cara não tá preparado pra aquilo. Então, enfim, acho que tem que ser gradativa. Até o... o... a prática da roda ser mais efetivada, multiplicada, a gente consiga, eh... expandir mais isso, né? Aí, mas enfim, que seja aberto sim pras mulheres, mas em eventos específicos assim, tipo, a roda dos grios, a roda das... das manas junto com nós (Mumu, 39 anos).

“E tem momentos na hora, que apesar da gente fazer esse exercício de se abrir pra nós, eu já percebi que teve gente que falou alguns negócio lá, mas não falou tudo que queria falar. Porque tinha um certo receio assim de: “Pô, será que eu posso falar isso? Será que eu posso ir até aqui no meio da roda?”, no exercício de confiança mesmo, sabe? Que... que tem que ser gradativo. E com as mina, eu acho difícil porque é mais difícil você ser sincero de todo com alguém que você sente que é alguém que te cobra. Eu sinto que hoje a... a presença de várias... de mulheres negras na roda, seria a presença de várias mulheres negras que... que estariam lá pra poder cobrar alguma coisa dos homens negros. Eu acho até que cobra com alguma justiça, mesmo assim, coisas que a gente precisa fazer. Mas você tá de frente de quem te cobra e vou ser sincera sobre tudo que você pensa ou sente, é mais difícil, porque quem te cobra, não quer saber o que você pensa e o que você sente. Quem te cobra quer solução e muitas vezes é uma solução de uns bagulho que a gente não tem... que a gente não sabe dar. A gente tá atrás aí de construir, de tentar fazer, mas assim, de bate pronto você não tem pra dar (Noriel, 37 anos).

Apesar das divergências, esse não é um ponto que consome tanto tempo e energia da Roda.

Durante minha trajetória na RCHNB, percebi várias articulações e reformulações necessárias para um melhor desenvolvimento dos encontros, como o tempo de duração de uma roda, a periodicidade, os critérios para participação, a criação de um grupo de *WhatsApp* e um perfil em redes sociais, bem como os temas abordados. A cada discussão sobre essas e outras decisões, o grupo acabava promovendo um espaço de estímulo à autonomia grupal, bem como dos membros constituintes, o que estimula um maior pertencimento a partir dos debates decisórios sobre questões da Roda. Ao mesmo tempo, alguns conflitos de avaliação resultaram na saída de alguns membros cativos.

CAPÍTULO 4 - ESTUDOS DAS MASCULINIDADES E SAÚDE DO HOMEM NEGRO

Os primeiros estudos sobre homens são da década de 1970, nos Estados Unidos, quando algumas universidades começaram a se abrir para a temática (Vigoya, 2018). Já o conceito de masculinidade hegemônica é datado na década de 1980, em estudos australianos sobre desigualdade social em escolas (Connell, 1997). No Brasil, as produções sobre masculinidades parecem ter seguido o modelo internacional: os primeiros estudos foram desenvolvidos no ambiente acadêmico pela via do feminismo na década de 1990 (Adrião, 2005). Já nos anos 2000, tínhamos os primeiros estudos sobre as masculinidades negras, chamando atenção para a intersecção raça-gênero.

Nos últimos vinte anos, diversas produções têm se debruçado sobre a categoria homem negro, tentando chamar atenção para diferentes aspectos que esses homens desenvolvem e/ou se submetem nas dinâmicas sociais. Estudiosos de diversas áreas do conhecimento encampam reflexões, colaborando com produções multidisciplinares sobre essas masculinidades. Algumas reflexões atentam-se às construções sócio-históricas desenvolvidas na sociedade brasileira (Souza, 2009; Restier, 2017), perpassando sobre as construções de imaginários sobre esses homens (Carvalho, 1996), sobre os impactos contemporâneos da cultura de massa e sobre a relação do Estado brasileiro com os jovens negros (Pinho, 2016). De toda forma, percebemos escassez de estudos sobre a saúde do homem negro, considerando aspectos constitutivos de suas masculinidades dentro de um modelo hegemônico de masculino.

Em uma das poucas produções sobre a temática de saúde e homens negros, Soares e Araújo (2019) partem de uma concepção pré-colonial, em que o corpo africano era encarado como um receptáculo do sagrado; porém, após os africanos se tornarem negros (denominação dada pelo branco) por via da colonização, seus corpos deixaram de ser sagrados e passaram a ser encarados como mercadorias. É a partir dessa objetificação que a marginalização de pessoas negras foi sendo construída. Naquele momento, o cristianismo antecipou o pecado como instaurado no corpo, ou seja, pregava que o negro carregava em si a marca do pecado e, por isso, deveria se converter à fé cristã com a promessa de obtenção do amor de Deus. Tais conversões compulsórias não eram o bastante para pessoas negras serem encaradas como sujeitos, mas uma maneira de manter sobre controle o contingente de negros e negras das diásporas.

Sendo assim, falar da saúde dos homens negros é uma tentativa de ampliarmos o foco dos estudos das masculinidades e de saúde do homem através de uma perspectiva racializada e contracolonial. Para tanto, é necessária a atenção ao território urbano em que os homens negros circulam, pois é aí que devemos observar a manutenção das relações interpessoais, com os equipamentos de saúde e outras instituições. São nesses territórios que, de maneira autônoma, são inventados mecanismos de cuidado consigo e com seu grupo a partir de dispositivos que promovem o lazer, o culto ao sagrado e tudo mais que alivie as dificuldades impostas na vida.

No artigo intitulado *A (re) produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violação de direitos humanos* (Nogueira; Miranda, 2017), os autores demonstram a dificuldade de encaixe em categorias quando nos debruçamos sobre a pesquisa de homens que não se inserem aos padrões definidos de maneira ampla. Na referida pesquisa, os homens reproduzem comportamentos e falas machistas, ao mesmo tempo em que não tem condições de ocuparem o lugar do patriarca da casa, pois, além de estarem desempregados, sofrem imposições sociais de fragilização dos direitos humanos, o que se alinha às suas faltas de manutenção dos hábitos saudáveis para um ser humano. A socialização desses homens se dá em bares, com o uso do álcool e de jogos como artifício para as conversas e para a manutenção de uma rede de contatos que eventualmente proporcionam pequenos trabalhos sem nenhum vínculo empregatício.

A potencialidade e as controvérsias inerentes à vida humana, no caso dos homens negros, suplantam o conceito puro e simples de masculinidade, que geralmente está ligado a uma forma social compartilhada de ser homem. Mas o que dizer de imposições que aviltam certas vivências da potencialidade dessas constituições? Nesse sentido, sinto escassez de literaturas no campo das masculinidades negras que abordem condições potencializadoras desenvolvidas por esses homens (Restier, 2018). Muitas vezes, os textos estão no papel defensivo de narrar lugares a partir do que os homens negros não são, em uma postura que se dá a partir da provocação, demonstrando um desequilíbrio humanitário no interior da categoria “homem”. Algumas produções artísticas parecem ter mais liberdade, pois participam de um campo menos dominado pelas imposições cartesianas, que exigem a mesma linguagem e forma de pensamento no rechaço das narrativas monopolizantes. Vejamos a letra de *Porque é proibido pisar na grama* (1971), lançada no disco *Negro é lindo*, de Jorge Ben Jor. Nela, o renomado cantor brasileiro faz diversos questionamentos sobre a vida, sendo que

o começo da letra diz que o autor “acordou com uma vontade de saber como ele ia, e como ia o seu mundo”, e ainda revela uma masculinidade destoante da masculinidade hegemônica, mas que precisa se adequar quando revela que as vezes “precisa ser durão, pois é muito sentimental”.

Porque é proibido pisar na grama – Jorge Ben Jor¹⁶

Acordei com uma vontade de saber como eu ia
 E como ia meu mundo
 Descobri que além de ser um anjo eu tenho cinco inimigos
 Preciso de uma casa para minha velhice
 Porém preciso de dinheiro pra fazer investimentos
 Preciso às vezes ser durão
 Pois eu sou muito sentimental, meu amor
 Procuro falar com alguém que precise de alguém
 Pra falar também
 Preciso mandar um cartão postal para o exterior
 Pra meu amigo Big Joney
 Preciso falar com aquela menina de rosa
 Pois preciso de inspiração
 Preciso ver uma vitória do meu time
 Se for possível vê-lo campeão
 Preciso ter fé em Deus
 E me cuidar e olhar minha família
 Preciso de carinho, pois eu quero ser compreendido
 Preciso saber que dia e hora ela passa por aqui
 E se ela ainda gosta de mim
 Preciso saber urgentemente
 Porque é proibido pisar na grama

A importância da canção nesta dissertação se dá diante da necessidade humana de criar imaginários e referências, sendo a masculinidade uma construção societária. Cabe àqueles que se detêm a estudá-la abordarem o contexto social e comunitário, os vínculos afetivos, mas também a criação de símbolos e narrativas que desbanquem um discurso único sobre o ser homem. É aqui que quero chamar a atenção para a obra de Jorge Ben Jor como contributiva para a composição de homem negro positivada através de uma sensibilidade daquele que questiona o que deveria ser o óbvio para a lei: a proibição de se pisar em algum lugar.

Evidenciar as complexidades dos homens negros acaba por demonstrar um abismo entre os homens brancos e negros no contexto brasileiro. Tal constatação pode ser observada objetivamente em informações sobre renda, emprego, mortalidade entre outros, quando feitos os recortes de gênero e de raça. O fato acaba nos solicitando relativizar o conceito

¹⁶ Letra disponível em <https://www.lettras.mus.br/jorge-ben-jor/86408/>. Acessado em 25 de Abril de 2024.

hegemônico de “homem” e de masculinidade. Sem as devidas localizações críticas, essa análise pode auxiliar na manutenção das estruturas desiguais que nossa sociedade atualiza.

Vejamos a anteriormente citada metáfora da “casa dos homens”, que, como dito, é amplamente usada nos estudos sobre masculinidades. Trata-se de um conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Daniel Welzer-Lang (2001) e que indica a aprendizagem entre homens durante toda a vida, com intenção de “formatar” outros demais em um modelo ideal de ser homem. O que falta na importante análise feita por Welzer-Lang é chamar atenção para o não-lugar de homens marginalizados em determinadas culturas e indicar que, na casa dos homens, muitos deles não chegam nas proximidades dessa educação, ou sequer têm acesso a uma educação deficiente. Isso ocorre uma vez que auxiliam no sustento de uma casa em idades iniciais da vida, ou ainda, como no caso da realidade brasileira, porque são criminalizados pelo Estado e sua atuação punitivista¹⁷.

Os estudos críticos do gênero e os estudos críticos das masculinidades, acompanhados das teorias que se debruçam sobre os efeitos sociais e psíquicos do colonialismo, fazem escalonamentos entre categorias, na intenção de desestabilizá-las e, assim, manejar uma suposta “normalidade” que as tipificações acríticas podem nos transmitir. No grupamento “homens negros brasileiros” não poderia ser diferente, uma vez que a realidade hegemônica é imposta por uma manutenção histórica de poder, alinhada às forças coloniais. Nosso trabalho também deve focar-se às rotas de fuga (Veiga, 2021), embasadas em epistemologias anticoloniais, de modo a perceber o homem negro para além das imposições racistas que o colono o impetrou, desnormalizando o olhar do descarte, do aprisionamento, do linchamento e da morte.

Na intenção de contextualização histórica, é importante lembrarmos a sustentação econômica por via do escravismo, que garantiu ao Brasil uma vultosa produção de riqueza nacional. Oficialmente, entre os anos de 1530 e 1822, o país foi colônia de Portugal, o que significa uma falta de autonomia e de identidade nacional. Mesmo com a independência, que fortalecia os ideais de progresso brasileiro, a ideologia vigente no Brasil nunca foi a da garantia de condições de vida da população negra e indígena. As terras originárias, habitadas

¹⁷ Segundo o Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto, 117.207 adolescentes cumprem as medidas de liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade. Essas representam 82% de todas as medidas socioeducativas, restando 28% para as medidas de privação da liberdade (semiliberdade e internação). Fonte: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acessado em 09 de janeiro de 2022.

por milhões de indígenas, foram sendo devastadas e as populações originárias sendo dizimadas ao longo dos séculos. A formação de colônias e a invasão das terras originárias fazia parte do plano de expansão territorial almejado por países europeus, formando, assim, o que conhecemos atualmente como “Américas”.

Objetivamente, a história brasileira demonstra que os homens negros eram os preferidos para o trabalho braçal nos diversos ciclos do Brasil Colônia. Ao mesmo tempo que o poderio colonial era tocado por homens brancos, temos uma explícita configuração do que Restier (2019) chamará de duelo viril entre masculinidades. De todo modo, nesse momento histórico, o homem negro ainda nem era considerado um homem, mas, sim, mercadoria, coisa, animal.

Com a ideia de prosperidade e uma pressão internacional para o fim do escravismo, a burguesia brasileira foi construindo aparatos jurídicos que criminalizavam homens negros, auxiliando em uma construção de imagens indignas desses homens. Castigos públicos, linchamentos e execuções eram práticas normalizadas pelas autoridades do Estado. Ainda assim, houveram movimentos de resistência, em que homens e mulheres negras iam se organizando e combatendo as realidades adversas e ideações desumanizadoras; assim se formando como sujeitos de suas histórias, adquirindo heterogeneidades inerentes a qualquer grupo humano, ainda que estivessem localizados em um território que se atualizava nas diversas violências contra corpos negros (Moura, 1988)

A dificuldade para a inserção de pautas que perpassam a questão racial nas agendas governamentais é um indicativo de atualização do racismo brasileiro, gerando uma disputa no interior das instituições do Estado. Há avanços com governos mais sensíveis à questão, mas também há regressão com governos alinhados ao conservadorismo e o negacionismo da raça como um constructo social. Tal dificuldade é evidenciada no estudo *Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem*:

Se as políticas públicas são materializadas no terreno de gênero, reiterando compartimentalizações identitárias que produzem invisibilidade das pluralidades nas formas de vivenciar o corpo e o processo de saúde-doença (1, 13, 21–23), analisar continuidades e rupturas nos contextos históricos que movimentaram determinadas produções de masculinidades em diversas territorialidades possibilita ampliar e aprimorar o escopo de políticas públicas atuais – tanto para as masculinidades consideradas legítimas, como para aquelas vistas como ilegítimas (Cesaro; Santos; Silva, 2018, p. 2)

Como forma de combater as desigualdades sociais, há uma disputa institucional nas diversas esferas de poder, em que políticas públicas são pensadas com a finalidade de diminuição das disparidades sociais brasileiras. Nesse sentido, o pesquisador ocupa um lugar contra hegemônico de criticidade ao que está posto. Em casos de demarcação racial, chama-se a atenção para a sistemática desumanização que as pessoas negras passam na história e na atualidade do país.

Em nossa construção social, diversos conflitos entre colonizadores e colonizados foram formando uma sociedade cindida. Brancos, povos originários e negros jamais tiveram relações harmônicas, como a ideologia da democracia racial quis exportar para o mundo a ideia de mestiçagem. Ao contrário, a colonização instaurou a marca do humano e do não humano, obviamente deixando seus ecos em vidas que, mesmo com uma suposta independência nacional, seriam consideradas “menos humanas”. Sendo o homem formado no meio social, qualquer especulação relativa à sua condição deve levar em conta suas relações históricas, perpassadas por cultura(s), hábitos sociais, leis, moral constituída, relações interpessoais e o Estado. O homem é o que é através do ambiente que é inserido.

Indo um pouco mais além na história, percebemos um investimento violento anterior à colonização conforme a conhecemos nas Américas. Trata-se de um modelo que tem suas bases constitutivas na Europa e que inicialmente oprimiu as mulheres que emitiam um mínimo de comportamento emancipado, como bem relata Silvia na obra *O Calibã e a Bruxa* (2017). Nesse modelo de dominação imposto por homens brancos, a criminalização das mulheres adquire nuances estatais, sexistas e alinhadas com a igreja. Ademais, é um sistema que se atualiza “avançando” com a opressão à comunidade LGBTQIA+, aos imigrantes e, de certa forma, aos homens subalternizados.

Davidson Faustino (2014) faz importantes apontamentos sobre os dividendos do sistema patriarcal para os homens negros, evidenciando que, para além das vantagens em ser homem, trata-se de um sistema que avilta mulheres e homens negros. A necessidade de homens negros relativizarem o sistema patriarcal me parece uma questão de sobrevivência, já que a organização patriarcal é a que, através de suas instituições, aprisiona e executa corpos negros masculinos, deixando evidente que o poder simbólico do falo não é proporcionalmente dividido para todos os homens e mulheres. Ainda que o machismo agenciado pelo grupo subalterno a um nível individual/grupal deva ser problematizado, qualquer crítica sem os

devidos cuidados de análise não colocaria esses sujeitos em nível de igualdade ao grupo hegemônico.

Nossa proposta é um olhar integral aos homens negros, o que perpassa sua construção sócio-histórica de luta, em constante embate com a estrutura hegemônica em que estão inseridos. Buscar elementos que configuram esses homens como sujeitos de sua história é ir além das imposições colocadas pela estrutura social, que os posiciona como frutos do que fizeram com eles, e não como sujeitos de sua história. Para isso, nada melhor que ouvir os sujeitos com atenção aos significantes, aos significados e aos simbolismos que fazem deles humanos na diáspora brasileira.

A realidade dos homens brasileiros, no tocante à luta política por reivindicações de cuidados à saúde, parece ser inicial, se comparada às garantias legislativas alcançadas pelas mulheres. É difícil imaginar pautas transversais relacionadas aos homens no Brasil; quando pensamos no homem negro brasileiro, nossa capacidade imaginativa diminui drasticamente. Em outras palavras, o caminho percorrido pelo movimento de mulheres negras é um percurso que merece nossa atenção para construções em políticas de saúde. Logo, a necessidade de uma transversalidade que perpassa a condição dos homens negros é algo a ser disputado e enfrentado no interior dos ambientes políticos.

Identificar uma via de mão dupla entre o direito garantido e a cultura masculina, com foco no levantamento de hábitos culturais das populações mais vulneráveis, nada mais é do que refletir sobre as formas de ser e de estar no mundo advindas do público que deveria ser prioritário dessas políticas. Para isso, os mecanismos de participação popular, como conselhos, fóruns, grupos de trabalho, seminários e congressos são extremamente importantes na produção de subsídios integrativos para confecção de documentos que instrumentalizam ações estatais de enfrentamento das adversidades em relação à saúde desses públicos.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH elenca a necessidade de especialização e de sensibilização das/dos servidoras/es da saúde, pois a categoria homem é historicamente negligente na busca de ajuda médica preventiva e rotineira (Gomes, 2012). Ainda assim, atribuir a responsabilidade de algumas negligências apenas ao público masculino seria uma abordagem parcial, retirando uma busca ativa dos serviços de saúde. São necessários estudos mais abrangentes que, para além da atribuição de responsabilidades ao público, estejam atentos à historicidade desenvolvida pelos hábitos sociais e que acabam formatando os determinantes sociais em saúde.

No Brasil, exemplos de boas práticas em saúde passam quase sempre pela escuta sensível do público destinatário. No caso dos homens negros, é preciso atenção para que as imposições dos imaginários racistas não contaminem interpretações de gestores que formulam políticas públicas. Cesaro, Santos e Silva (2018) destacam a necessidade de incorporação da categoria “masculinidade” no aprimoramento da PNAISH, pois isso daria foco aos aspectos interseccionais que homens negros teriam na sociabilidade brasileira. Incluir o menino jovem também seria de extrema importância, uma vez que a violência letal (entre outras) atinge grande parte dos jovens negros brasileiros.

CAPÍTULO 5 - A CRIAÇÃO DE IMAGINÁRIOS COMO SUPORTE PARA A DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE

As condições impostas pela história e pela cultura que afetam os direitos de algumas populações segregadas devem ser corrigidas pelas políticas públicas. A atual política de saúde para a população negra no Brasil é um avanço, mas deixa clara a diferença de nossa realidade no acesso entre a população negra e não negra. Em 2005, a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS) da Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o racismo como um empecilho estrutural e estruturante para se alcançar a saúde das pessoas negras. A implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é de extrema importância no combate desses determinantes. Nas diretrizes dessa política, encontramos suporte para o combate à discriminação étnico-racial nos serviços de saúde, o que é um avanço significativo e fruto das lutas do Movimento Negro do Brasil.

O capitalismo tem em seu cerne de criação as ações de expansão e de exploração da mão de obra pelo mundo, além de uma relação íntima com o patriarcado, em que a mulher foi sendo empurrada para o campo privado da vida social, enquanto a vida pública, que requer racionalidade nas decisões políticas e ser “livre de emotividades”, foi destinada aos homens. Essas foram algumas das ações que constituíram, através de imposições coordenadas, os lugares de decisões públicas e de criação de leis para gerar normas, constituindo instâncias de poder para formação do Estado-nação.

Existe um fato para todas as construções sociais elencadas acima: o domínio patriarcal é iniciado e mantido até os dias atuais pelo homem branco e por suas instituições. Sendo assim, ele é o sujeito primordial para a manutenção da sociedade racista, juntamente com a mulher branca. Tais hegemonias se deram sem espaço para negociações com as mulheres, mas também sem diálogo interno no campo do masculino com outros homens. O poderio masculino – branco – avançou por diversos espaços de poder, impondo narrativas institucionais que geram um sentido de funcionamento das relações públicas e que fazem a manutenção do racismo estrutural. Junto a isso, criaram-se condições de auto narrativas em que o homem branco adquire *status* de sujeito, enquanto o homem negro é assujeitado e posto como o que deve ser contido – quando não exterminado como coisa. Informações sobre extermínio e encarceramento em massa substanciam as nossas afirmações.

O período de pós-abolição colocou o sujeito negro em um lugar de precariedade social. O que anteriormente era “valorizado” por parte da burguesia brasileira, pois sustentava o regime escravocrata com sua mão de obra escravizada, então, na condição de “livre”, foi substituído pelo contingente de imigrantes europeus que chegavam ao país, relegando aos homens negros o desemprego e a vadiagem, que nessa época já era considerada crime pelas autoridades públicas. A mão de obra que imigrava no final do século XIX e no início do século XX substituída, em primeiro plano, a mão de obra nacional e, em segundo plano, a mão de obra de ex-escravizados, deixando-os em uma espécie de terceira categoria de trabalhadores. Essa talvez seja a gênese da precarização do trabalho na sociedade brasileira, que tem até os dias atuais uma grande parcela de negros e negras no subemprego e sobrevivendo através de trabalhos sem garantias básicas. Toda a organização social que visava avanços socioeconômicos deixava a população negra de fora e ainda fragilizava a sua saúde diante das condições aviltantes de vida.

Sendo o capitalismo um sistema de exploração de mão de obra com fins cumulativos e baseado no imaginário social de que o trabalho é um valor, qualquer oposição a isso devia ser combatida pela sociedade. É nesse contexto que se formula a lei da vadiagem e inicia-se o que hoje conhecemos como encarceramento em massa da população negra. Estamos a falar de manejos políticos estruturados, o que resultou em gerações de famílias que têm no subemprego e na informalidade meios de sobrevivência. Junto a isso, os grandes centros urbanos passaram por reformas arquitetônicas, empurrando os mais pobres para longe dos centros das cidades ou para conglomerados urbanos carentes de investimento público, o que impactou em problemas de diversas ordens.

Historicamente, a construção da masculinidade negra brasileira se forja através de uma série de violentas impetrações estatais, que dificultam a vida dos homens negros no pós-abolição. Podemos pensar nas políticas institucionais de imigração e no branqueamento como ações anti-inclusivas para a população negra de forma geral.

É nesse momento que surgem os imaginários do negro preguiçoso, ocioso, malandro, com “tendências” à degradação lascívia e à rejeição da moralidade. Ao mesmo tempo, o trabalho foi sendo entendido como um bem social para uma parte da sociedade que desejava seu “desenvolvimento”. Naquele momento, estavam sendo agenciadas produções racistas e conservadoras que desfaziam dos valores africanos e tentavam capitanear imaginários seletivos, alinhados à lei e a ordem. Dealtry (2009) analisa essa relação através da

demonização do Orixá Exú por meio das epistemologias cristãs da época, fazendo com que toda a concepção africana fosse deturpada e ressignificada como uma ideia de um deus diabólico. Já em um estudo sobre a Feira do Rolo, em Ceilândia¹⁸, Tavares (2005) nos auxilia a detectar a pejoratividade do conceito de “malandragem”, também construído a partir do pós-abolição, como uma tentativa de amenizar tensões sociais que excluía determinados públicos da lógica cidadã.

Em uma negativa de submissão aos ideais do “homem cordial brasileiro”, parte do público masculino negro acabava em condições degradantes de trabalho, ao mesmo tempo em que o espectro social incentivava uma recusa da vida prazerosa para as classes pobres.

A saúde no Brasil é garantida como um bem público por lei. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma grande revolução no acesso abrangente da população brasileira à saúde. Segundo a OMS, o conceito de saúde perpassa aspectos abrangentes que garantam um ambiente de promoção ao bem-estar mental, social e comunitário. Para além da ausência de doença, ter saúde é ter qualidade de vida e poder participar de uma comunidade igualmente saudável. Para que esse ambiente saudável aconteça, outras políticas precisam de articulação, produzindo benefícios na vida cotidiana das pessoas. Por se tratar de um objetivo complexo, a PNSIPN foi formulada como uma política transversal que deve se somar em ações de outros órgãos governamentais para uma maior eficácia no combate ao racismo no Brasil.

A lógica universalizante do SUS é um avanço do ponto de vista histórico, mas deixa em aberto a necessidade de focalização e transversalidade para sua aplicabilidade de promoção da saúde a determinados públicos, que são invisibilizados pela proposta “abrangente” do sistema.

Deslocar o conceito de saúde como ausência de doença se mostra necessário para uma noção ampliada de entendimento do que é saúde. É importante que o conceito perpassasse aspectos biopsicossociais, culturais e interativos dos sujeitos com o seu meio, fazendo inclusive que a noção do que é saúde se torne menos elitista e mais próxima de comunidades periféricas. Isso, pois, nos encontramos em uma sociedade geradora de micro e macro tensões que acabam se transformando em doenças nos cidadãos/cidadãs que não se encaixam nos padrões desenvolvidos pela hegemonia branca.

¹⁸ Uma das maiores regiões administrativas de Brasília. Considerada periferia, seu nome é proveniente da *Campanha de Erradicação de Invasões* – CEI, promovida nos anos 70 pelo governo local com a finalidade de retirada das famílias pobres do centro da capital federal.

Werneck (2016) chama atenção para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no acesso à saúde pública; já Soares e Araújo (2019) enfocam em fatores que dificultam o homem negro na busca aos serviços de saúde – entre eles a violência e a lógica patriarcal hegemônica, que tem valores culturais baseados em uma ideia de virilidade. A diáspora, para esses autores, tem um marco de ruptura com a realidade, causando uma espécie de “caos existencial” em um ambiente antinegro.

A importância do financiamento público das políticas, que têm, a cada governo, maiores ou menores alocação de recursos, dando possibilidades (ou não) de aperfeiçoamentos e de ampliações das ações que atinjam os objetivos programáticos. Já em Separavichl e Canesqui (2013) se chama a atenção para a política de saúde do homem por meio de uma revisão bibliográfica (de 2005 a 2011) em periódicos de saúde coletiva. Os autores destacam os estereótipos de gênero que a população masculina está inserida, com isso, dificultando sua chegada nos serviços preventivos de cuidado à saúde, desde portas de entrada e adesão a programas de acompanhamento, por exemplo. Quando os homens procuram ajuda, geralmente dão entrada por meio da média e da alta complexidade, em que problemas de saúde mais complexos e de difícil resolução já estão instaurados. Os autores apontam para a necessidade de ações de prevenção que atinjam a cultura machista que constitui tal público.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH, é uma política que visa incentivar o homem a procurar os espaços de saúde para seu autocuidado. Já a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra – PNSIPN parece ter uma construção retórica mais reativa ao sistema colocado; é uma construção mais robusta, comparada a PNAISH, e com preposições práticas, como a adoção em documentos governamentais do quesito raça/cor (Werneck, 2016).

No caso do homem negro, que pressão ele pode fazer se nos parece que ainda está na ordem de garantir sua sobrevivência? Desconhecemos algum movimento ou estrutura estatal que priorize a situação delicada que essa parcela da população vive, bem como desconhecemos discussões que coloquem esse homem como interesse de ações práticas que viabilizem saúde e prevenção de doenças. Pinho (2004) cita algumas organizações políticas desenvolvidas no seio das comunidades periféricas e, ao mesmo tempo, questiona se os homens negros têm algum projeto político de reconstrução de si, envolvendo mulheres negras sem comungar da lógica hétero-cis-normativa. Em nossas leituras, não encontramos nenhuma iniciativa a nível nacional nesse sentido. O que existem são ações autônomas de coletivos que

percebem a necessidade de conversar sobre os temas das masculinidades e das feminilidades, sobre paternidade negra, ou sobre a condição do homem negro na contemporaneidade.

5.1 A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)

A partir de uma lacuna na atenção à saúde do público masculino brasileiro, a PNAISH foi institucionalizada pela portaria 1.944 de 27 de agosto de 2009. O governo da época iniciou algumas reuniões com diversos atores sociais, com comunidades científicas e com órgãos representativos da saúde masculina¹⁹ com a finalidade de escutar instâncias envolvidas com as questões sensíveis do gênero masculino.

Dessa forma o SUS inaugurou uma atenção para além dos grupos prioritários até aquele momento (crianças, adolescentes, mulheres e idosos), exigindo, nos princípios e diretrizes, uma necessidade de capacitação dos diversos profissionais da saúde que estariam envolvidos nas práticas de promoção da PNAISH. Uma vez que o público de adolescentes e idosos estavam abarcados em políticas específicas, o recorte etário prioritário da PNAISH foi de 20 a 59 anos, o que, na época, configurava-se como 27% de toda a população brasileira.

Percebeu-se dois fatores desagregadores para a busca por serviços de saúde nesse grupo: os fatores socioculturais e os institucionais. Dentre os fatores socioculturais está a configuração de masculinidade em que os homens são inseridos. Nesse modelo, está contida a crença de que a doença atingiria uma suposta integridade perene que o homem é constituído e de que a busca por ajuda iria de encontro com essa formatação cultural masculina. Em outras palavras, os homens tentam ao máximo evitar os serviços de saúde, pois o médico pode descobrir alguma vulnerabilidade em um corpo que deveria ser inquebrantável.

Durante os grupos de discussão na RCHNB, parte considerável dos entrevistados se mostraram ativos nos esportes, expondo comportamentos preventivos. Ao mesmo tempo, vemos nas palavras de Mumu a preocupação com o ambiente racial brasileiro, que acaba por abalar sua saúde:

Realmente assim um... um... um *stress* psicológico agudo repetido, repetido, repetido, ele... ele leva realmente a uma... a uma degeneração do corpo ali, eh... lentamente assim cara. O que pode resultar em infartos, eh... tumores e coisas, né? Então realmente a saúde a gente tem que pensar ela realmente dentro de todo um

¹⁹ Para mais informações sugerimos a leitura da PNAISH em sua íntegra, disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf

espectro mesmo. Então pra mim é isso, é equilíbrio (Mumu, 39 anos).

Dentre as imposições institucionais, está o mapeamento de gargalos para a chegada dos homens aos serviços de saúde e, a partir disso, trabalhar com uma gestão operacional que viabilize o atendimento e a aderência ao tratamento. Um dos alinhamentos salutares da PNAISH é com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que é responsável pelas portas de entrada dos serviços de saúde, uma vez que a maioria dos homens adentram nos serviços de saúde pela atenção especializada, fazendo com que a necessidade de investimentos na atenção primária contenha estratégias de “captação” desses homens. Fato é que esse movimento de entrada dos homens nos serviços mais complexos de saúde acaba onerando o sistema, que é provocado a dar respostas de problemas em fases mais complexas.

Torna-se importante um chamamento crítico à visão universalista da saúde do homem, no sentido que a categoria *homem* não abrange a todos. Isso resulta no negligenciamento das especificidades de grupos subalternizados de homens através de uma estrutura de estado que versa com práticas de manutenção da colonialidade. Uma vez que um grande contingente de homens negros está morrendo pela violência, famílias negras ainda moram em locais com estruturas problemáticas para um bem-viver, e é importante que as políticas não carreguem nas suas diretrizes as alusões a uma condição universal de ser humano (Separavich; Canesqui, 2013)

Vejamos esse fato relatado em uma das falas dos entrevistados nesta pesquisa:

Cara, eu sou o contrário, assim, infelizmente essa é uma meta pra esse ano, eh... a minha grande meta pra 2022 é fazer exames com mais regularidade. Tem a métrica, tem outras métricas aí, mas do ponto de vista de saúde, essa é a minha eh... maior meta. Eu não tenho esse costume, eh... eu não fui ensinado a ter esse costume, eh... e é engraçado porque ninguém da minha família tem esse costume. Nem do lado, nem os homens do lado da... da família da minha companheira né, que são todos homens negros e né, foram começar a se cuidar depois de descobrir doença, depois de descobrir problemas de saúde, que aí a pessoa foi começar a fazer exames regulares, e do lado da minha família também eh... eh... meu irmão não faz exames periódicos, meu pai faz porque ele é obrigado, porque ele é renal crônico, então tem que fazer os exames eh... com certa regularidade. Então, assim, resumindo, né, hoje a realidade da família é: só passa a fazer exame depois que descobre um problema grave. Não existe a... a... a... o costume de encarar a medicina como uma coisa mais preventiva, né? E eu... eu vejo isso acontecendo na minha família e eu não quero que aconteça comigo. Então é um... é um... é talvez, acho que se eu pudesse listar, é top 1 prioridade ter essa regularidade nos exames, tô correndo atrás dum plano de saúde pela empresa, né, que aí fica um pouquinho mais barato, mas é a minha meta esse ano é conseguir eh... colocar esses exames aí, atualizar esses exames, ver como é que eu tô, né? Porque assim, às vezes a gente, ainda mais eu que, né, nem 30 tenho ainda, eu tenho essa percepção... eu tenho essa... esse sentimento, né, que eu tô no escuro (Elisandro, 29 anos).

O relato acima é uma fonte preciosa para se pensar na deficiência de práticas de busca ativa no território pela equipe de agentes de saúde. Elisandro se mostra um usuário prioritário para a política de saúde do homem; ele percebe a necessidade de acompanhamento médico, mas está procrastinando para que isso aconteça.

A proposta integral da política vai além da promoção, prevenção, tratamento e recuperação da saúde; trata-se também de enxugar gastos públicos, uma vez que 70,5% das internações no sistema público de saúde são de homens (Alves, 2016). A PNAISH cuida de uma parcela da população que se encontra em idade ativa para a produção no mercado de trabalho e, portanto, faz parte de um capital humano que beneficia a economia e o desenvolvimento do país. Porém, é necessária uma visão de cidadania ao público destinado, para além da visão econômica e mercantilista dessas vidas. Dessa forma a análise de características peculiares intragrupo se caracteriza como dado para o aperfeiçoamento da política, que poderá dispor de ações, programas, projetos e campanhas mais certeiras para a concretude de seus objetivos.

5.1.1 Muito além do corpo

Dentre as cinco primeiras causas²⁰ de vulnerabilidade masculina apontadas pela PNAISH, as violências decorridas de causas externas estão dentre as principais mazelas que atingem a população masculina, gerando sofrimentos físicos, mas também psíquicos, emocionais e sociais. Em comparação às mulheres, a população masculina tem 12 vezes mais chances de sofrer um homicídio, 4 vezes mais de cometer um suicídio e 5 vezes mais chances de falecer em um acidente de trânsito (Brasil, 2021). Trata-se de um fenômeno complexo e multifatorial, em que os homens são vítimas e autores da violência, exigindo que as ações de enfrentamento sejam encaradas de maneira transversal por políticas de Estado, uma vez que o problema da violência é cultural e histórico.

Ampliar o entendimento da violência para além do fato em si é um esforço necessário para entender um imaginário social que “permite” uma crescente desse fenômeno. É aqui que a população de homens negros brasileiros merece atenção, pois uma vulnerabilidade sistêmica

²⁰ Causas externas, doenças do aparelho circulatório, tumores, doenças do aparelho digestivo e doenças do aparelho respiratório.

e multidimensional atravessa esse recorte populacional, o que forma uma espécie de realidade assimilada (homens negros e violência), conforme nos explica Césaire (2020).

O aporte dado pelos estudos das masculinidades acaba sendo uma fonte de amparo para sistematizações mais abrangentes e vão além das abordagens tradicionalistas da saúde, que geralmente ligam a ideia de saúde a balizamentos biomédicos. Medrado, Lyra e Azevedo (2011) trazem essa reflexão em artigo cujo título é taxativo: *Eu não sou só próstata. Eu sou um homem*. Os autores analisam a importância dos estudos das masculinidades como preposições políticas para, assim, se pensar criticamente a PNAISH. Apoiados em uma análise histórica da discussão sobre masculinidades no Brasil e no mundo, os autores citam diversos encontros promotores dessa reflexão, dentre eles a criação de espaços institucionais²¹ externos à estrutura de Estado. Dessa forma, deixam evidente a intencionalidade dessas organizações em contribuir com o debate político enriquecido por experiências de homens acompanhados no território, de certa forma dando auxílio para um matriciamento das equipes de saúde básica.

Sendo as masculinidades frutos de interações relacionais em determinado período sociocultural, a dinamicidade de análise e as reformulações de conceitos tornam-se uma prioridade na articulação política para respostas aos problemas que atingem os homens. Alinhado a isso, vivemos um período de globalização extremada, com fluxo incessante de comunicação, o que impacta as populações mais vulneráveis de forma multifatorial e mais dinâmica através de discursos monopolizantes.

Tal dinâmica parece fazer parte de um paradoxo. A focalização por gênero da PNAISH ainda não é suficiente em dar respostas a heterogeneidade do grupamento homens brasileiros, exigindo que sub focalizações operem no interior da política para enfrentamentos mais atualizados. O recorte etário de 20 a 59 anos, por exemplo, carrega em si dinâmicas etárias diferenciadas, que, perpassadas por recortes sociais e comunitários, amplificam as diferenças de acesso e combate às problemáticas.

Diversas pesquisas apontam para um aumento da violência no público masculino entre a faixa etária de 10 e 49 anos, com seu pico entre 20 e 39 anos (PNAISH, 2009; Brasil/MS, 2021; Medrado, Lyra, Azevedo, 2011). Entre as configurações violentas de maiores destaques

²¹ No referido texto destaca-se o Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculina e Paternidade (GESMAP), criado em 1995, o Instituto Papai (1997), o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), criado em 1998.

estão os homicídios, o suicídio e as lesões de trânsito. Em pesquisas que utilizaram o recorte de raça, nota-se que os homens negros são os maiores atingidos na população masculina. Diante do exposto, fica nítido que o público focal mais atingido pela violência é o homem negro e jovem no Brasil.

Na construção da PNAISH, percebe-se uma ausência de informações que chamam a atenção para as diferenças intergrupais dos homens, o que destaca as lacunas dos serviços de saúde. A falta de informações que versem com a categoria de raça nos faz pensar na manutenção de um racismo estrutural. Trata-se de um público prioritário que precisaria de estratégias mais focalizadas para o enfrentamento da violência que o atravessa. Werneck (2016) destaca a necessidade de pensarmos os determinantes sociais em saúde como entraves de garantias de direitos nesse campo. Para isso, o levantamento do quesito raça/cor é importante para a construção de políticas públicas mais eficazes, dialogando com ações governamentais que possibilitem uma cidadania plena aos grupos subalternizados.

5.1.2 Portarias, investimentos e levantamentos sobre a PNAISH

Desde a sua criação, a PNAISH recebeu aportes financeiros para sua implementação e ampliação; passou também por algumas mudanças através de portarias que reavaliaram os objetivos a serem alcançados. Através de buscas na internet, listamos as implementações realizadas ao longo da existência da PNAISH.

- Portaria nº 3.209, de 18 de dezembro de 2009 – Com o objetivo de apoiar a implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem por meio de repasse de incentivo financeiro no valor de R\$ 75.000,00, permitindo aporte a 27 Unidades da Federação (UF's) e 26 municípios.
- Portaria nº 1.008, de 04 de maio de 2010 – Com o objetivo de expandir as ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem por meio de repasse de incentivo financeiro no valor de R\$ 75.000,00, permitindo aporte a 54 novos municípios da Federação.
- Portaria nº 2.708, de 17 de novembro de 2011 – Com o objetivo de apoiar a implantação e a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem por meio de repasse de incentivo financeiro único. Já aqui foi liberado o repasse de

R\$ 75.000,00 aos 26 Estados e ao Distrito Federal e R\$ 55.000,00 a 52 Municípios.

- Projeto Fortalecimento e disseminação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – Com o objetivo de produzir o *Perfil da situação de saúde do homem no Brasil*, um documento amplo com indicadores que podem subsidiar ações de fortalecimento da Política, além de um levantamento baseado em informações das 27 Unidades Federativas (UF's) do Brasil. Ocorreu em 2012 através da parceria entre o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e Adolescente Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF – Fiocruz).
- Nota técnica conjunta 001/2015, de 26 de junho de 2015 – Confeccionada pelo Ministério da Saúde (MS), pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), pelo Departamento de Ações Programática Estratégicas (DAPE), pela Coordenação Nacional de Saúde dos Homens (CNSH) e pela Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa (CSPI), fala sobre o posicionamento do Ministério da Saúde acerca da integralidade da saúde dos homens no contexto do Novembro Azul.
- Guia de Saúde do Homem para Agentes Comunitários (2016) – Confeccionado pelo Ministério da Saúde (MS), o guia teve a finalidade de capacitar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para o acolhimento e a participação de homens nos serviços e ações de promoção da saúde.
- Guia do Pré-natal do parceiro para profissionais da saúde (2018) – Com autoria do Ministério da Saúde (MS), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPE) e com parceria junto à Coordenação Nacional de Saúde do Homem (CNSH), o guia é a contextualização de ações para o estímulo da participação do pai no processo de gestação, principalmente no pré-natal. O guia aborda temas relacionados aos homens e à paternidade, chamando a atenção para a importância da participação masculina no planejamento familiar e a sensibilidade necessária na equipe de saúde para o envolvimento do homem em ações estratégicas.
- Portaria no 3.069/GM/MS, de 11 de novembro de 2020 – Institui o projeto piloto e o incentivo financeiro federal de custeio para o desenvolvimento de ações de promoção para cuidado integral à saúde do homem e para a prevenção do câncer de pênis no âmbito da Atenção Primária à Saúde²². Nessa portaria, os critérios de financiamento aos

²² Texto retirado integralmente da portaria, que pode ser encontrada em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt3069_12_11_2020.html

Estados foram a taxa de 0,60 no mínimo de casos de câncer de pênis no período de 2014 a 2018, enquanto o critério para os municípios foi de uma população máxima de até 100.000 habitantes no ano de 2019 (segundo referências do IBGE), e que tivessem ao menos um caso de câncer de pênis no triênio de 2017, 2018 e 2019. Ao todo, foram contemplados 5 Estados e 370 municípios, com aporte financeiro de R\$ 150.000,00 para cada Estado e R\$ 54.054,05 para cada Município.

- Portaria GM/MS nº 3.562, de 12 de dezembro de 2021 - Altera o Anexo XII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Tal alteração buscou inserir na PNAISH a atenção aos determinantes sociais para o estímulo ao autocuidado de homens (Art.3, parágrafo 1).

Ainda no Art. 3, parágrafo 3 da Portaria GM/MS nº 3.562, propõe-se a inserção de questões sobre masculinidades “com interface com os demais marcadores sociais, como raça/cor, etnia, orientação sexual, faixa etária, deficiência, assim como as vulnerabilidades sociais e culturais nas práticas de saúde, em especial, no cuidado e autocuidado à saúde”. Seja lá qual tenha sido a intenção do formulador do texto da portaria, parece-nos que são muitos condicionantes agrupados em um mesmo parágrafo. Ou seja, foram retiradas as especificidades de cada categoria, em que cada uma já contém em si uma gama de complexidades.

As reformulações dessa portaria não apontam para o modo como as condições elencadas possam ser trabalhadas ou minimamente enfrentadas à luz da interseccionalidade. Apesar de serem reformulações que direcionam para um caráter progressista da política, colocar a raça em um bojo de várias outras sequelas sociais brasileiras podem acabar negligenciando a devida importância dos gestores estaduais, municipais e até mesmo federal, pois diante das várias necessidades colocadas, omitem-se os aspectos estruturais da manutenção das desigualdades.

A sensibilização para a condição violenta que os homens vivem é de extrema importância, pois se alinha ao que a PNAISH destaca como as causas externas de morbidade e de mortalidade. Como já relatado aqui, dentre a população masculina, os homens negros são os mais atingidos por essas violências. O fato não aparece como destaque nos materiais confeccionados pelo Ministério da Saúde; logo, propor ações de capacitação baseadas em raça

seria uma forma de combate ao racismo alinhado à promoção da saúde. O silenciamento de um tema estrutural que se atualiza em fatos preocupantes para o recorte de homens negros encobre o funcionamento social racista de nossa sociedade. Assim, ao chamar a atenção para as causas externas como uma das principais causas de mortalidade, mas não fazer o recorte de raça, a PNAISH generaliza a condição de ser homem, colaborando para a manutenção do racismo estrutural.

5.2 - A política Nacional de Saúde Integral da População Negra

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é estabelecida institucionalmente pela Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 do Ministério da Saúde (MS). Fruto de diversos embates do movimento social ao longo da história, em especial do Movimento Social Negro do Brasil, essa política busca dar respostas para o combate ao racismo nas esferas de saúde e o coloca como um determinante social que potencializa os agravos em saúde. A participação do movimento social no debate das reuniões preliminares à confecção da Política – bem como a pressão do movimento por respostas institucionais – foi muito importante para se conseguir garantir reivindicações históricas do movimento negro. Configura-se, dessa forma, a importância da participação popular para uma gestão participativa e possibilitada por mecanismos de controle social das ações e do desenvolvimento de políticas públicas. A incumbência governamental de monitoramento, de avaliação e de apoio técnico a Estados e Municípios ficou a cargo da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), fazendo com que diversas áreas internas da estrutura de governo fossem convocadas para participação da implementação e do desenvolvimento da política, dando o caráter transversal que a pauta necessitava.

É ainda na Assembleia Constituinte de 1988 que a seguridade social²³ é inserida na Constituição atual do Brasil, fazendo com que a saúde fosse um direito garantido na lei maior do país. A forte participação social na 8ª Conferência Nacional em Saúde (1986) teve grande importância para chamar a atenção para as condições adversas que abatiam a população negra brasileira.

Foram diversos momentos que serviram de avanço na construção de um entendimento de que o Estado precisaria dar uma resposta ao racismo, com medidas internas ao seu funcionamento que combatessem os mecanismos de manutenção do fenômeno no Brasil. Destacamos aqui a marcha Zumbi dos Palmares, que, no ano de 1995, conseguiu, através da pressão ao governo, a institucionalização do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra. Na marcha Zumbi dos Palmares já havia uma solicitação da criação de uma política de saúde para a população negra. No ano seguinte, o Governo Federal

²³ Art. 194 da Constituição Federal – “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 12/09/2022.

implementou o quesito cor na declaração de nascidos vivos e de óbitos, e ainda criou programas estaduais e municipais de combate à anemia falciforme.

A formulação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) segue características progressistas da criação de políticas públicas, uma vez que se mostra atenta à necessidade de transversalidade da temática. Segundo Reinach (2013), esse é um aspecto esperado das políticas de gênero e raça, em especial as formuladas no contexto da redemocratização de 1988. Trata-se de uma forma de inserir o tema em diversas esferas governamentais, fazendo com que o assunto perpassasse por diferentes olhares e comprometimentos acordados por vários atores. O que gera respostas de diferentes matizes para as complexidades sociais, algo que um órgão ou um departamento governamental teria foco menos abrangente ao olhar para a amplidão de pertinências estruturantes da desigualdade. Werneck (2016) aponta para a necessidade de adoção de sistemas intra e interinstitucionais para o monitoramento e para a avaliação do racismo institucional, além da necessidade de diálogo constante com a sociedade civil, que pode fazer apontamentos perspicazes das opressões fora da máquina estatal.

Segundo o texto introdutório da PNSIPN (Brasil, 2013):

Ela se insere na dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de estratégias de gestão solidária e participativa, que incluem: utilização do quesito cor na produção de informações epidemiológicas para a definição de prioridades e tomada de decisão; ampliação e fortalecimento do controle social; desenvolvimento de ações e estratégias de identificação, abordagem, combate e prevenção do racismo institucional no ambiente de trabalho, nos processos de formação e educação permanente de profissionais; implementação de ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde e promover a igualdade racial (p. 7).

A complexidade e a necessidade de transversalidade da temática racial em saúde são evidenciadas nos levantamentos do texto da PNAISPN, em que aparecem diversos marcadores sociais (educacionais, renda, mercado de trabalho, entre outros) que demonstram a precarização em que vive a população negra brasileira. São elencadas ainda as doenças genéticas e hereditárias que acometem a população negra; entre elas temos a anemia falciforme, a diabetes mellitus (tipo II), a hipertensão arterial e a deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase.

Apesar das duas políticas aqui elencadas serem implantadas no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), temos evidências de abertura para as pautas de direitos humanos no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003),

tendo sido amplamente desenvolvida pelo governo Lula. Assis Brasil e Trad (2012) chamam a atenção para o momento histórico que exigiu implementação de posturas mais humanizadoras pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). As autoras relembram que a transição democrática brasileira foi uma oportunidade para uma maior discussão sobre políticas de direitos humanos, porém, no governo de FHC, a conjuntura internacional conclamava respostas mais enérgicas às desigualdades sociais, em especial com a realização da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993, na cidade de Viena. Já em 1996, o governo de FHC elabora o primeiro plano de direitos humanos (PNDH1), que hoje se encontra na sua terceira edição.

Uma vez que o racismo se mostra como uma estrutura, as pautas raciais acabam gerando responsabilidades sistemáticas ao governo, que se propõe a se debruçar sobre o fenômeno. É requerido de um governo assumir planos e financiamento na agenda pública com disponibilidade de recursos humanos e embates ideológicos no interior das instâncias, pois os processos na agenda política são fruto de disputas extra e intragovernamentais, criando ou impedindo a inserção de ações estratégicas.

Podemos pensar ainda que a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), inaugurada em 2003, oportunizou maiores discussões sobre a temática racial no âmbito interno das políticas institucionais. De todo modo, segundo Assis Brasil e Trad (2012), no final do século XX, houve uma influência internacional que condicionou formas de narrativa sobre a saúde da população negra. Tal constatação se dá diante das diversas produções vinculadas a organizações internacionais e por mecanismos das Organizações das Nações Unidas (ONU) que emitiam opiniões sobre a saúde da população negra, deixando evidente os impactos da globalização no fazer político da época. Essa época também foi marcada pelo aparecimento das organizações não governamentais (ONG's) e o recrudescimento de alguns movimentos sociais.

Apesar dos evidentes avanços das pautas raciais nos governos FHC e Lula, o verdadeiro protagonismo da questão racial se dá pelas articulações do movimento negro organizado, que acaba sendo fruto dos diversos arranjos que prezavam pela manutenção da vida negra na história social brasileira desde os tempos da colonização. Essa demarcação do protagonismo negro se faz importante na intenção de evidenciar aqueles e aquelas que se encontravam/encontram nos movimentos sociais e se “infiltravam” nas oportunidades de construções institucionais, colaborando com a constituição de políticas públicas, fazendo com

que a disputa de poder fosse menos unilateral e objetivando que as políticas fossem mais eficazes para a construção de uma cidadania robusta.

Assis Brasil e Trad (2012) narram a importância que é ter tido vários atores em diversos espaços de tomadas de decisões, seja no campo da institucionalidade política ou no movimento social. Ambos os lugares coadunam em ações estratégicas através de seus atores para a implementação da política de saúde da população negra no Ministério da Saúde. Foi o que aconteceu com a PNAIPN, quando antes foi criado o Comitê Técnico de Saúde da População Negra²⁴, com a finalidade de assessorar o Ministério da Saúde na formulação e na implementação de políticas com finalidade de maior promoção da igualdade racial. Os atores ali presentes traziam perspectivas diferenciadas enquanto governo e movimento social, que muitas vezes entravam em dissonância. Porém, foi através dessas discussões que se conseguiu elaborar uma proposta que fosse apreciada e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde para se tornar a PNAIPN.

5.2.1 Possíveis intersecções entre a PNASIH e a PNAISPN

Enquanto na construção da Política do Homem o Governo da época chamou instituições e intelectuais para a formatação da política, percebemos que na Política de Saúde da População Negra ocorre uma incidência do movimento social, que fez com que o Governo se abrisse ao diálogo. Na política de saúde da população negra, oportunizaram-se demandas levantadas pelos movimentos sociais há muito tempo e com maior vultuosidade. O cenário político da época destacava as pautas raciais, fruto das diversas manifestações do Movimento Negro Unificado e da Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância.

De alguma forma, as percepções dos participantes sobre o gênero são sempre acompanhadas da raça, sendo a raça uma espécie de categoria central também em análises sociais, de renda, etária, entre outras. Sobre o cuidado com a saúde, alinha-se a falta de cuidado consigo a um aspecto cultural da masculinidade. Em alguns momentos, o fato de ser negro é associado a aspectos de prevenção e de manutenção da saúde, enquanto o fato de ser

²⁴ Criado em 13 de agosto de 2004 através da assinatura da portaria N° 1056, do Ministério da Saúde.

homem nem tanto. Aqui cabe a reflexão de que aspectos da masculinidade hegemônica perpassam as masculinidades negras, dentre eles, a crença de ser inabalável por acometimentos da saúde, o que pode ser percebido diante dos diversos homens que admitiram querer ter uma melhor relação com a sua saúde, mas não mudaram comportamentos ligados à ociosidade e a falta de rotina com o acompanhamento médico preventivo.

Mesmo os entrevistados que têm uma rotina de prevenção nos serviços médicos, de prática constante de esportes e de atenção à alimentação percebem que são comportamentos conseguidos com certo esforço. Em alguns casos, os hábitos saudáveis são adquiridos através do medo de histórias familiares com doenças que podem se repetir na sua geração.

Fato é que a discriminação pode causar agravos no acesso à saúde por determinado grupo que sofre de seu efeito, alterando seu pertencimento a uma cidadania plena (Monteiro; Cecchetto, 2011). Isso exigiria, obviamente, uma capacitação dos órgãos responsáveis pela manutenção das políticas. No que tange aos homens negros, pensamentos de uma masculinidade que se acha imune às fragilidades da vida podem se somar às dinâmicas sociais, causando maiores reverberações sobre suas vidas.

Todo esse cenário nos faz pensar que, para além de articulação das duas políticas aqui relatadas, outras condições como a de localização geográfica, desigualdade social e etarismo perpassam as condições dos homens negros. Logo, fica evidente que a complexidade da situação exige dinamismo das ações políticas.

5.2.2 A necessidade de valorização das vozes dissidentes

Algumas estatísticas que mostram a categoria *homens negros* em lugares sociais de vulnerabilidade nos auxiliam no entendimento das causas de perpetração dos altos índices de mortalidade violenta no Brasil. O *Atlas da Violência* demonstra anualmente que a taxa de mortes violentas nesse grupo é crescente, enquanto no grupo de homens brancos decresce. Esse aspecto, ainda que não seja o foco principal de nosso estudo, infelizmente se torna uma importante categoria de análise, pois trata do término da vida de pessoas negras, algo que impacta a qualquer discussão séria sobre saúde.

A saúde pública direcionada a esse grupo acaba evidenciando uma falha do Estado, que não é capaz de propor ações de promoção à saúde e de combate à mortalidade do público masculino negro, em especial, o da juventude negra e periférica do sexo masculino.

Obviamente trata-se de condicionantes multidimensionais que perpassam lógicas transversais de saúde, de empregabilidade e de educação, exigindo investigações complexas e investimento público.

Historicamente, o conceito de saúde esteve majoritariamente ligado ao conceito de doença, mesmo que fosse para alertar que saúde é a ausência de doença. Por vezes, esses conceitos se misturavam tanto que acabam embasando uma prática médica pautada na medicalização, e não em investigações dos aspectos sociais, culturais e da história de vida dos indivíduos. Atualmente, algumas discussões ampliam esse entendimento (Langdon; Wiik, 2010) para um conceito de saúde mais conjuntural que possibilite o bem-estar dos seres humanos, sendo inclusive ampliado para além do indivíduo, colocando o ser humano em uma perspectiva de atenção integral dentro da organização social, com suportes de cuidado em uma saúde coletiva e inclusiva e que trabalha de forma inter e multidisciplinar. Tais disposições coadunam com os pilares constitutivos do Sistema Único de Saúde do Brasil, como a universalidade, a integralidade e a equidade e, ainda, a máxima de “saúde como direito de todos e dever do Estado²⁵”.

Os determinantes que atingem a saúde dos homens negros são um aspecto central para formulações que desejam promover a promoção de saúde desse público. Nesse sentido, destaco duas ações sistemáticas que ocorrem em território nacional sem a devida atenção para estratégias de prevenção: o encarceramento em massa e o extermínio da população negra. Tais fenômenos despertam discussões inflamadas, uma vez que os Movimentos Negros e de Direitos Humanos²⁶ brasileiros as apontam como ações sistemáticas como parte de um plano de extermínio agenciado pelo Estado Brasileiro.

Na contramão da morte, temos documentos legais que formulam ações de preservação da vida. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (PNAISH) e a Política Nacional de Atenção Integral a População Negra (PNAIPN), como já demonstrado nesta dissertação, são exemplos de políticas que poderiam, através de incrementos da transversalidade, servir como meios para a diminuição da violência direcionada aos homens negros, bem como promover saúde (Césaró; Santos; Silva, 2018). Tais políticas destacam

²⁵ Artigo 196 da Constituição Federal, em que integralmente Lê-se: “Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

²⁶ Dentre eles destacamos Humam Rights Watch (<https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/377397>) e Anistia Internacional (<https://anistia.org.br/informe/as-pessoas-acabam-morrendo-aqui/>)

aspectos essenciais deste estudo, contudo, os tópicos acerca das condições raciais e étnicas dos homens são apontados na PNAISH de forma tímida, como um subitem de seus objetivos específicos:

promover a atenção integral à saúde do homem nas populações indígenas, negras, quilombolas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trabalhadores rurais, homens com deficiência, em situação de risco, em situação carcerária, entre outros, desenvolvendo estratégias voltadas para a promoção da equidade para distintos grupos sociais (PNAISH, p. 32).

A criticidade diante da homogeneidade da categoria homem é essencial para chamar a atenção às diversas formas de vivenciar o masculino. Sem isso, um certo tipo de isenção se instaura, colaborando para a manutenção das estruturas raciais do Estado Brasileiro, uma vez que o homem citado é desprovido de especificações que estimulem a focalização nos contextos que são compostos por ele em lugares menos privilegiados. Novamente vemos o fenômeno da universalização causar inferência para aspectos plurais da sociedade brasileira.

As referências de extermínio e de encarceramento, por exemplo, não são relativizados racialmente na PNAISH, que apesar de fazer um apontamento para as causas externas como um dos principais motivos de morte precoce entre os homens, é insuficiente em observações mais específicas que determinam o abalo de determinados sujeitos masculinos. É nesse sentido que a atenção às vozes subalternas acaba destacando para aspectos de uma humanização permeada na universalidade, que é falha. Em relação a isso, nos apoiamos na elaboração de Thula Pires:

O padrão de normalização da condição humana eleita pela modernidade relaciona-se ao modelo de sujeito de origem europeia, masculino, branco, cristão, heteronormativo, detentor dos meios de produção e sem deficiência. A narrativa histórica dos colonizadores determinou a matriz de humanidade que serviu de parâmetro para a definição das proteções necessárias ao desenvolvimento de sua forma de vida e considerada como a representação da demanda legítima por respeito (2020, p. 300)

Os dados de morbimortalidade elencados no diagnóstico da PNAISH carecem de uma leitura interseccional. Fenômenos violentos e atenção à população penitenciária são apontamentos feitos na política, mas, ao mesmo tempo, não há especificações que colaborem para ações programáticas mais focais.

Um simples levantamento de bibliografia²⁷ com referência à PNAISH demonstrou que a temática raça não é abordada nas suas análises. Por vezes, tópicos sobre o cuidado com a saúde do homem negro estão sendo feitos por mulheres e homens brancos de forma secundária (Medrado, Lyra, Azevedo, 2011; César, Santos, Silva, 2018; Gomes, 2012), o que em si não é um problema, mas que precisa ser repensado como uma crítica que demonstra a estrutura padrão de sujeitos e objetos a serem narrados em terceira pessoa. Produções de saber em que os/as autores/as tenham mais vivência dos fenômenos enquanto sujeitos de sua fala exercem uma quebra do paradigma sujeito/objeto, assumindo um lugar de protagonismo de sua própria história, podendo, assim, contribuir para mecanismos de escuta cidadã que garantam construções participativas nas políticas de saúde.

Já no campo da institucionalidade acadêmica, as narrativas subalternizadas se instalam como uma necessidade de ressignificação da suposta verdade universal e verificável, fruto de modelos hegemônicos da produção do conhecimento, em que apenas uma visão de mundo (ou duas, no máximo) era eleita como “realidade” significativa e validada. Bispo dos Santos (2015) observa a necessidade de se produzir ressignificações que possibilitem encarar mundos distintos dos hegemônicos, evidenciando as práticas que a colonização tentou exterminar enquanto modos de se relacionar e a produção de saberes nos territórios tradicionais. É nesse sentido que o intelectual quilombola sugere o uso do termo “contra-colonização” ao invés de “descolonização”, pois as referências nacionalistas não são suficientes para dar respostas contrárias à colonização, sendo necessárias terminologias (e práticas) radicais que apontem para um combate ao colonialismo vigente. Assim, a fronteira – uma característica nacionalista – é um espaço de diálogo não limitante, o que parece ser reforçado pelos conceitos biointeração, confluência e transfluência (Bispo dos Santos, 2015). Biointeração diz sobre as ações comunitárias que estimulam compartilhamentos de vida no território com cuidado aos processos da natureza. São micro revoluções contracoloniais, afinal, um dos principais investimentos coloniais foi a dissipação de núcleos de afetos das comunidades negras e a superexploração das riquezas naturais. Já o conceito de confluência e transfluência são respectivamente:

²⁷ Busca feita no site Scielo de forma simplificada, usando todos os índices que pudessem conter o termo “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem”. O buscador acusou 28 resultados e nenhum dos trabalhos faziam referência à questão racial. A busca foi realizada em 04 de março de 2022. Disponível em: <https://search.scielo.org/?q=Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Aten%C3%A7%C3%A3o+Integral+%C3%A0+Sa%C3%BAde+do+Homem&lang=pt&filter%5Bin%5D%5B%5D=scl&from=1&page=1>

(...) a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas.

Transfluência é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se ajunta. Por assim ser, a transfluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento monista do povo moneteísta.

É a partir dessas leis que se geram os grandes debates entre a realidade e a aparência, ou seja, entre o que é orgânico e o que é sintético (Bispo dos Santos, 2015, p 89)

Práticas operativas de comunidades indígenas, quilombolas e de terreiro que agem ressignificando realidades servem como exemplos de possibilidades menos opressoras, em que a cooperação comunitária é um pilar para o desenvolvimento sustentável e políticas de morte não fazem parte do funcionamento normal.

As contribuições de Bispo dos Santos (2015) nos auxiliam a compreender criticamente a RCHNB frente à realidade imposta pelo colonialismo; já Fanon (2008) se alinha aos supracitados pensadores, ao chamar a atenção para os impactos psíquicos que este sistema causa ao homem negro colonizado. Esses autores apontam para as complicadas condições impostas pela escravização e salientam as estruturas da colonialidade, em que homens e mulheres negras desempenham papéis de sobrevivência perpassados por estruturas que pode reverberar de maneira negativa a sua saúde na atualidade.

5.2.3 Racismo, preconceito, discriminação

Por mais que a pauta racial esteja no cotidiano de nossa sociedade, algumas confusões ainda permeiam o imaginário coletivo. Falar sobre raça em espaços populares geralmente se mostra como um assunto complexo e carente de explicações. O imaginário social, moldado por uma suposta democracia racial, insiste em justificar algumas conquistas sociais e materiais de pessoas negras pela meritocracia. A confusão entre identidade e identitarismo é sequestrada pelas agendas neoliberais. Criam-se, assim, diversas dicotomias de entendimentos, mesmo que evidências apontem a distância social entre os públicos brancos e negros do Brasil.

É diante dos fatos das desigualdades da vida cotidiana brasileira que políticas públicas, como as cotas raciais, podem contribuir para o combate objetivo (e, ao mesmo tempo, subjetivo) do racismo. A Lei 10.639/2003, por exemplo é de certa forma uma tentativa de,

através da educação crítica, estimular o ensino da história cultural africana, afro-brasileira e indígena, agindo também como uma ação de promover a igualdade racial, ressignificando impressões discriminatórias e combatendo às diversas tentativas de apagamentos de culturas africanas, afro-brasileiras e ameríndias.

Já no campo da saúde, no final do século XX e início do século XXI, diversas organizações sociais do Movimento Negro participaram de agendas do campo da saúde para contribuir na construção de uma política de saúde para a população negra (Brasil; Trad, 2012). Essas organizações partiram de mobilizações dos movimentos negros em municípios e estados e culminaram na Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995. A partir disso foi formado um grupo de trabalho e, mais adiante, ocorreram diversas conferências e seminários que discutiram a problemática do racismo na saúde.

Uma vez que a realidade é também formada por instâncias imaginárias, hipotéticas e simbólicas, o preconceito racial é um determinante de visão deturpada que baliza o imaginário brasileiro e normatiza as diferenças raciais em nossa sociedade. Segundo Theodoro (2017), uma das formas de percebermos o preconceito é nos atentarmos para as sofisticações do racismo institucional, que vai agenciando funcionamentos internos às instituições para que se condicione o lugar do negro. Uma vez que o preconceito é uma crença interna e menos manifesta em ação, como no caso da discriminação racial, seria lúcido olharmos para os movimentos repetitivos que perpetuam a desigualdade brasileira como uma espécie de sintoma social e, a partir daí, incidir nessa realidade através de políticas públicas.

A não ascensão social e trabalhista do negro em postos de destaque talvez seja a manifestação mais explícita do que relatamos acima. Para além da promoção e incentivo de ocupação de postos institucionais pela população negra, são necessárias discussões internas às instituições que atinjam as engrenagens funcionais e a cultura empresarial, que condicionam essa raça e classe a determinados postos. Aqui, cabe pensar essas ações de forma dinâmica, e não apenas quantitativa, pois não se trata apenas de um número de pessoas negras inseridas institucionalmente, mas de inserções pensadas do ponto de vista estratégico, como por exemplo, a ocupação de cargos de chefia e de alto comando por essas pessoas.

O racismo é historicamente desenvolvido por diversas sociedades na história. No caso brasileiro, o racismo tem uma via de ação em que pessoas brancas agem por diversos meios (construção de narrativas, pactos sociais, criação de mídias, discriminações comportamentais, preconceito linguístico), oprimindo grupos étnico-raciais brasileiros e atribuindo signos

pejorativos à população negra e indígena. Portanto, o racismo está ligado ao poder que determinada raça possui, explícita ou implicitamente, de criar realidades toleradas pela sociedade, mesmo que desumanamente, mantendo as imagens de controle (Collins, 2019; Bueno, 2020).

O conceito de *imagens de controle* nos alerta para as autorizações e não-autorizações de uma forma correta de estar no mundo, além de ser visto como parte integrante da sociedade; enquanto isso, os que estão fora dessa construção localizam-se à margem, logo, aptos ao descarte. Como saída, Collins (2019) acredita que experiências de vida, alinhadas a validações grupais, sejam apropriadas para outras iniciativas evocarem seus lugares de propriedade intelectual, criando um deslocamento da supremacia social. Fica evidente a necessidade de produções que se afastem de uma produção de sentidos focados no padrão europeu e norte-americano, saindo da construção estereotipada das imagens de controle agenciadas por esses poderes.

Na história brasileira, os grupamentos negros e indígenas são os mais populosos e os que mais sofrem com o extermínio motivado por raça a partir das manutenções do poder originariamente mantidas pelo grupo branco. Juridicamente, o racismo é crime inafiançável no Brasil (Lei 7716, de 5 de janeiro de 1989), porém, dificilmente temos casos de condenação por racismo no país. Diante dessa permanência seletiva, no dia 12 de janeiro de 2023, foi sancionada a Lei 14.532, que tipifica o crime de injúria racial como racismo, continuando esse último como inafiançável e imprescritível.

As condições impostas pela diáspora brasileira ecoam até hoje em diversas vivências subalternizadas. Refletir a inserção violenta do homem negro na sociedade moderna por meio do colonialismo desloca o foco de análise das visões hegemônicas de ser humano, salientando a gênese do lugar social desse grupo.

As teorizações feitas por Frantz Fanon (2008) nos inclinam a refletir a categoria *homem negro* como uma maneira de estar no mundo imposta pelo sujeito branco. Tal violência condiciona formas de pensar, de ver o mundo e de significar corpos, vai se atualizando no decorrer da vida moderna. Alguns intelectuais negros brasileiros contribuem na percepção de uma maior focalização da identidade do homem negro na atualidade nacional (Pinho, 2004; Restier, 2019; Souza, 2009) a partir de visões desse grupamento, combatendo as narrativas desenvolvidas pelos grupos hegemônicos que subtraem os homens negros.

Os estudos das masculinidades negras no Brasil auxiliam-nos na reflexão do operativo da colonialidade que impõe dependência a determinados grupos. Além do mais, essas últimas vertentes de produção, em sua maioria pós estruturalistas, abordam as masculinidades e as feminilidades negras como formas integradas de relações (Conceição, 2017), ultrapassando os padrões binários-ocidentalistas de gênero e nos dando maiores possibilidades de pensar em rotas de fuga da condição alienante que a obsessão racista insiste em colocar o negro.

O colonialismo reverbera de muitas maneiras. Qualquer obra comprometida com uma postura decolonial deve ter um compromisso ético de questionar quaisquer resquícios interpretativos de pseudociência eugênica, da democracia racial e da desumanização – normalizada – da comunidade negra e indígena. Precisamos ter atenção (e intenção!) às produções desenvolvimentistas e até progressistas, muitas delas no esforço de adaptar formas de viver melhor atualmente, mas sem atenção ao critério racial. O modelo político neoliberal, por exemplo, para além das artimanhas econômicas, age nas disputas interpretativas de mundo, agenciando políticas de descarte trabalhistas, sendo que a chaga da escravização nunca é relativizada por essas ideologias “neutras” e mantenedoras da estrutura racial.

5.2.4 Disputas políticas: quem diz o que é o homem negro?

O sistema colonial impôs ao Brasil um marco de construção que criou determinadas realidades ao longo da história, deixando alguns povos e culturas submetidos a diversas imposições, como a expansão mercantil através da escravização e da desumanização de pessoas. Tais imposições criam uma realidade social e imaginária percebida na atualidade com grandes populações que permanecem com os piores índices de “desenvolvimento humano”. Cabe pensarmos sobre a ideia de desenvolvimento, que chega como um objetivo das sociedades do norte global através de imposições ao sul global, mas que não relativizam as formações iniciais das ex-colônias, dando poucos (ou nenhum) caminho para a superação da perpetuação da pobreza de públicos determinados. A ideia de desenvolvimento quando se vê falhando, rapidamente se adapta, se proliferando em outras condições.

desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador...desenvolvimento no final das

contas. O “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas (Acosta, 2016, pp. 48-49).

Já os movimentos sociais são instâncias que buscam uma incidência política nessa disputa de narrativas e perpassam o objetivo, mas também o subjetivo. Vemos isso desde a luta do movimento LGBTQIA+ com o gênero neutro, implicando conscientização da linguagem binária de gênero; ou, ainda, o movimento de entregadores de aplicativos que alertam para os modelos desumanizantes das relações trabalhistas em um mundo que avança nas lógicas neoliberais de desenvolvimento.

No tocante aos homens negros, a tentativa de disputa de narrativas e de condições de se automearem foram encampadas nos meios mais diversos. Isso ocorre desde a produção de sambas, passando pela inserção nos esportes, as diversas obras artísticas e, mais atualmente, um considerável contingente de pessoas negras (em especial mulheres) que adentram as universidades do país através das ações afirmativas na educação, levando ao interior dessas instituições educacionais pautas que anteriormente eram discutidas de maneira mais tímida.

Dentro de uma construção de sentidos, as exposições jornalísticas criminais têm uma considerável contribuição para a manutenção do imaginário popular. Como bem já demonstrou a ativista Angela Davis (2016), há ainda o mito do estuprador negro. Tal construção participa de uma agenda sistemática alinhada a outros condicionantes (como a ausência de políticas públicas de incentivo ao emprego, à renda, à saúde, à terra), relegando ao grupo uma condição de miséria existencial na sociedade brasileira.

Alguns estereótipos ligados aos homens negros ganham força no período do pós-abolição por vias institucionais que criminalizam esse público, perpassando pela construção artística e midiática (Souza, 2013), sendo construída literariamente (Nascimento, 2019) e se “aperfeiçoando” até o ponto dessas “etiquetas” estarem fixadas no imaginário popular. As músicas agenciadas pela indústria fonográfica também ajudam na manutenção desses lugares. Nesse sentido, Carvalho (1996) explora a música *Lá vem o negão*, do grupo Cravo e Canela, de 1996, e ressalta as características do homem “de uma capacidade sexual excepcional”, “um grande penetrador”, “cheio de desejo sexual insaciável” (p.9)

Lá Vem o Negão - Cravo e Canela²⁸

Lá vem o negão
 Cheio de paixão
 Te catá, te catá, te catá
 Querendo ganhar todas menininhas
 Nem coroa ele perdoa não
 Fungou no cangote
 Da linda morena
 Te catá, te catá, te catá
 Loirinha, a cafungada do negão
 É um problema
 Se ninguém soube lhe amar
 Pode se preparar, chegou a salvação
 Só alegria, pode se arrumar
 Que chegou o negão

Mas se é compromissada
 É melhor não vacilar
 Basta um sorriso um olhar
 Para o negão te catar
 Vem negão, vem depressa
 É o mulherio a gritar
 Vem negão, a hora é essa
 Vamos deitar e rolar

Na praia, na rua, no supermercado
 Na feira é a maior curtição
 As garotinhas já vêm requebrando
 Pra ficar com esse negão

Essa música foi um sucesso nos anos 1990, chegando a receber um dos prêmios de maior destaque no campo musical, que é o Troféu Imprensa de Melhor Música em 1994. Restier (2017), ao analisá-la, destaca a construção estereotipada dos homens negros no Brasil, a começar pelo título no aumentativo, dando um caráter hiper sexualizado do homem negro. O negão “não perdoa” nem as “coroas”. A construção estereotipada desse, que aqui não aparece como um homem, mas a representação de uma categoria, coaduna com o mito do estuprador negro já mencionado (Davis, 2016), sendo uma espécie de pessoa sem controle, sempre disposto ao prazer sexual das mulheres, algo fortemente rechaçado por nossa sociedade.

Um outro aspecto que se destaca é a terceira estrofe, que diz: “Se ninguém soube lhe amar. Pode se preparar, chegou a salvação”. Existe aqui uma construção de sentido em que a “salvação” para essa mulher que ninguém a deseja amar seja o *negão*, articulando um duplo

²⁸ A letra da música pode ser acessada em <https://www.lettras.mus.br/zelao/771080/> - Acessado em 25 de Abril de 2024.

estereótipo entre a “mulher mal-amada” e o “príncipe encantado” que a salvará da solidão. Ou seja, o negão é uma das últimas opções, diante das reiteradas negativas de trocas amorosas. Fanon (2008, p. 82) nos alerta que “de modo algum minha cor deve ser percebida como uma tara. A partir do momento que o preto aceita a clivagem imposta pelo europeu, não tem mais sossego”.

Uma outra construção a ser analisada é o mito da democracia racial, que esteve fortemente ativo por intelectuais brasileiros na década de 1930. Acompanhado da exportação da imagem festeira do povo brasileiro, o mito foi também alavancado internamente com o advento da televisão, que, pela propagação em massa, começou a organizar uma narrativa e um pensamento sobre a população negra. Talvez a figura de Carmem Miranda seja o exemplo mais claro da exportação de um simbolismo cultural da nação brasileira, que, naquele momento, já estava sendo reconhecida por suas “mulatas”, pelo samba, pela feijoada e pela natureza abundante de uma “terra, mais garrida”, de “risonhos, lindos campos [que] têm mais flores; de bosques [que] têm mais vida”, e de vida que tem “mais amores”²⁹. Tudo isso foi encoberto por uma forçada miscigenação com objetivo de clareamento da população.

Encontramos um paradoxo: ao mesmo tempo em que os homens negros são objetos de um discurso, pouco se creditam suas auto narrativas. Fala-se muito dos homens negros, ouve-se pouco os homens negros! Apesar de o Brasil ter um considerável consumo de produções negras masculinas no campo da música e do entretenimento, o mesmo não acontece em relação às produções intelectuais, por exemplo. Ademais, os altos índices de homicídios desse recorte da população não parecem ser tema crítico dentre o consumo de notícias populares.

Se temos ações que possibilitam pequenos avanços no combate à pobreza e à miséria que atinge a população negra (Theodoro, 2019), o mesmo não acontece com as mortes violentas e o encarceramento em massa. O homem negro e a sua condição miserável não são temas que circulam como prioritários nas discussões de gênero e de raça, tampouco no imaginário popular. Na tentativa de refletirmos construções imagéticas que potencializam esse recorte populacional, enquanto sujeitos de direitos, Maldonado-Torres nos ajuda a pensar sobre imposições que dificultam esse giro epistemológico:

Os condenados (fazendo referência a Fanon) não podem assumir a posição de produtores do conhecimento, e a eles é dito que não possuem objetividade. Do mesmo modo, os condenados são representados em formas que os fazem se rejeitar

²⁹ Trechos do Hino Nacional do Brasil.

e, enquanto mantidos abaixo das dinâmicas usuais de acumulação e exploração, podem apenas aspirar ascender na estrutura de poder pelos modos de assimilação que nunca são inteiramente exitosos. A colonialidade do poder, ser e saber objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado (Maldonado-Torres, 2018, p.44).

São diversos os aspectos para serem pensados em relação ao embate violento que homens negros sofrem da estrutura brasileira. Não basta o “simples” combate à mortalidade sem atenção às áreas do emprego, da saúde e da educação com políticas focalizadas nessa população. Vejamos o exemplo da educação, que tem um pico de desistência de alunos negros do sexo masculino no ensino médio. Essa é a mesma faixa etária de maiores índices de mortalidade da juventude negra (de 15 a 29 anos), ou seja, parece que a falta de políticas de incentivo à permanência escolar está diretamente ligada com à mortalidade desse público. No campo da saúde, os aspectos preventivos devem ser parte de ações programáticas que consideram a raça como elemento de interferência do engajamento ao tratamento preventivo de doenças, por exemplo. Em quase todas as categorias ligadas aos direitos humanos e sociais, temos o público masculino negro em posições comprometedoras, o que dificulta a emancipação social com condições dignas de vida.

Torna-se necessário retirar o negro de sua negrura (Fanon, 2008) desenvolvida pela construção branca com fins de desumanização. É nesse sentido que Fanon é entendido como uma humanista radical, que pensa o sujeito negro racializado. Ademais, Fanon o pensa para além da raça, na tentativa de dar contribuições para um pensamento emancipado e não subordinado pela construção racial que o coloca sempre condicionado a essa construção social. Para Fanon, amar ou odiar o negro é estar preso nessa criação, sem êxito em enxergar a humanidade das pessoas negras.

O processo de tornar-se sujeito passa pelas instâncias individuais e coletivas de boicote dos símbolos criados pela branquitude para encarcerar o negro como objeto. Tal sujeito está inserido numa trama social e, por isso, o papel do Estado com ordenamentos que garantam condições de desenvolver vida cidadã devem amparar as vivências em um âmbito individual e coletivo.

CAPÍTULO 6 - RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa são frutos de um levantamento feito nos dois grupos de discussão e de um questionário virtual encaminhado aos integrantes da RCHNB. Os dois grupos foram realizados nos dias 01 e 08 de fevereiro de 2022, que totalizaram a participação de 11 participantes da RCHNB; já o questionário teve um total de 24 participações e sua aplicação foi durante a primeira semana do mês de março de 2022. O formato de realização dos grupos de discussão foi o on-line na plataforma *Google Meet*, pois, nessa época, o mundo passava pela pandemia de COVID-19 e o distanciamento social era sugerido como forma de evitar futuras contaminações.

As perguntas que compõem o instrumento de coleta foram agrupadas em blocos temáticos por mim e podem ser vistas no Tópico guia do Anexo 1. As linhas temáticas foram decididas diante da percepção empírica de pertinência diante das discussões desenvolvidas pelos participantes da RCHNB. As discussões que mais causavam debate, inclusive fazendo com que se realizasse mais de uma roda com a mesma temática, serviram como valor a ser investigado nos grupos. Alguns aspectos que se repetiam durante as Rodas, mas que julguei não dialogar com questões ligadas à saúde, também foram deixados de lado na construção do instrumento de coleta.

Conforme narrado acima, o anonimato dos integrantes é uma parte da garantia ética que pesquisas com seres humanos prioriza. Para isso, usei aleatoriamente nomes e apelidos de homens negros que já tive contato em algum momento de minha vida, seguido por uma idade fictícia que variava em cinco anos, para mais ou para menos da idade real do entrevistado. Elenco abaixo a lista de participantes:

Noriel, 37 anos

Quino, 36 anos

Mumu, 39 anos

Ulisses, 48 anos

Elisandro, 29 anos

W Dablyo, 32 anos

Xina, 32 anos

Lino, 39 anos

Jota, 39 anos

Dadinho, 36 anos

Onin, 45 anos

Já o questionário virtual foi composto de 16 questões (Anexo 2), sendo 12 questões de múltipla escolha, 3 questões de aprofundamento – caso a resposta da pergunta anterior fosse positiva – e 1 pergunta aberta. As questões elencadas no questionário tinham cunho mais genérico sobre a situação dos participantes. Itens como idade, gênero, orientação sexual e nível de educação formal nos auxiliaram a perceber um panorama macrossocial do grupo estudado.

6.1 Grupo de discussão

A partir do momento que tracei as perguntas para o grupo de discussão, juntamente com o questionário³⁰, comuniquei ao grupo as possibilidades de dias e horários que pretendia executar essa tarefa, que serviria como um levantamento de informações qualitativos para a pesquisa que estava em andamento.

O grupo discutiu se não haveria a probabilidade de fazer o encontro presencialmente, porém, a maioria optou por fazermos no modelo on-line, uma vez que, durante o mês de fevereiro de 2022³¹, o Brasil ainda contabilizava altas taxas de contaminação pela COVID-19. Dessa forma, realizamos o primeiro grupo no dia 01 de fevereiro de 2022 às 20h com um total de quatro participantes e duração de 2h e 10 minutos.

Levamos cerca de 10 minutos até todos os convidados confirmarem a participação ou não no grupo. Logo após essas confirmações por via do aplicativo *WhatsApp*, informei sobre a necessidade de gravação, bem como os aspectos éticos da pesquisa, sobre a não obrigatoriedade de respostas, garantias do anonimato e de se retirar a qualquer momento da entrevista, caso o participante não se sentisse confortável com as perguntas, entre outras condições. Sabendo que as temáticas poderiam trazer uma exaltação do grupo, coloquei como prerrogativa da condução do trabalho que cada um que quisesse falar usasse o recurso de “levantar a mão” da plataforma *Google Meet* e, assim, entrar na fila para manifestação de suas

³⁰ O questionário se encontra na seção Anexo 1.

³¹ <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/02/28/fevereiro-chega-ao-fim-como-pior-mes-de-contagio-por-covid-no-pais.ghtml>

ideias. De uma forma geral, o grupo teve pouquíssimas interferências em que um membro falava juntamente com o outro.

Os grupos de discussão foram a maneira que segui dentro da metodologia de pesquisa social reconstrutiva (Bohnsack, 2020), a fim de estimular um ambiente de produção verbal, imaginária e associativa entre os membros da Roda e, com isso, poder ter acesso a contextos macros, comunitários e de vivências familiares evidenciados pelos entrevistados. Diante das linhas propostas pelo pesquisador, que são acionadas por perguntas, Bohnsack (2020) fala sobre um entrelaçamento entre o discurso do pesquisador e dos pesquisados, sendo esse um recurso que faz parte da escolha metodológica de envolvimento da trama investigativa, retirando o pesquisador de um lugar – supostamente – neutro na pesquisa.

A maioria dos participantes conheceu a Roda através de convite verbal de um conhecido que já participava do grupo. As redes sociais também apareceram nas falas dos participantes como um meio de acesso à informação sobre a roda. O acesso de vários participantes através das redes sociais (em especial, *WhatsApp* e *Instagram*) me chama atenção para as possibilidades que a hiper conectividade tem na divulgação da Roda, criando um movimento virtual de compartilhamentos de ideias e de desejos entre pessoas negras com interesses específicos. A troca por parte de mulheres sugestionando a participação de maridos, amigos e irmãos apareceu de forma significativa; segundo os entrevistados, essas mulheres acreditam que o espaço da Roda poderia beneficiar a qualidade de vida desses homens.

É interessante pensar que as redes sociais possibilitam um fluxo alto de compartilhamentos sobre as questões raciais e que, devido ao fluxo intenso de movimentação, raramente permitem o aprofundamento de questões. No caso da divulgação sobre a Roda, o que acontece é a percepção de uma pessoa que identifica de alguma forma que aquele espaço caberá para intensificar questões através de um grupo coletivo de homens. É a partir de uma rede social virtual que se dá o incentivo de participação para uma rede social orgânica, presencial.

O *Instagram* é a principal rede social virtual de divulgação das Rodas de conversa, sendo um ou dois membros eleitos para a manutenção dessa rede, ficando responsáveis pela informações das Rodas e respondendo às interações. A Roda é referida constantemente como um local de “irmandade” (Ulisses, 48 anos; Mumu, 39 anos; W Dablyo, 39 anos), de “acolhimento” (Mumu, 39 anos; Quino, 36 anos, Elisandro, 29 anos, Onin, 45 anos; Lino, 39 anos; W Dablyo, 39 anos e Jota, 39 anos) e um “espaço de compartilhamento” (Elisandro, 29

anos, W Dablyo, 39 anos, Jota, 39 anos, Mumu, 39 anos). A percepção coletiva é evidenciada nas falas dos participantes, como se ocorresse um espelhamento com o outro através dos encontros e isso incentivasse uma reconstrução identitária, como vemos no relato de Jota.

(...) eu acho que eu colocaria como reconstrução. E reconstrução de uma identidade, tanto da nossa história, do que foi vivido lá atrás, que são coisas que a gente não conhece, a história da pessoa negra no Brasil e fora do Brasil, é uma coisa que a gente não conhece. A gente se propõe a conhecer e a partir daí a gente se propõe a se enxergar nessa sociedade que a gente vive quanto na reconstrução das histórias individuais (...), a partir de um olhar dessa identidade, que é a identidade do homem negro na sociedade no Brasil (Jota, 39 anos).

Tal reconstrução parece partir da constatação do racismo, que em determinado momento é questionada e reformulada no reconhecimento positivo entre os pares como uma estratégia de manutenção do bem-estar. Isso se dá em diversos momentos em que há consonância entre as falas no grupo de discussão, mas também como observado em diversas rodas em que frequentei.

Além disso, a reconstrução de identidades no grupo se dá por via de compartilhamentos de histórias e experiências, ativando uma percepção coletiva, mesmo que discordante. Isso é percebido em momentos de discussões sobre os critérios funcionais da Roda, como por exemplo, os parâmetros de decisão entre quem é negro e quem não é. Opera-se aí um tensionamento sobre o limiar necessário para exclusão de homens não negros que querem frequentar a Roda.

Os apontamentos acima podem ser interpretados como uma espécie de ressignificações críticas – e talvez comportamentais – que alguns membros deixam evidente em suas falas, ampliando um repertório para além do que o meio social faz de suas vivências na estrutura racista brasileira. Há posturas provocativas sobre uma interpretação das imposições estruturais, ao mesmo tempo em que se decide investir naquilo que se considera valorizar a própria negritude. As ações individuais fazem parte de um combate aos embates raciais e de uma exaltação da população negra a um patamar que garanta relações mais saudáveis. A disposição individual de alguns membros não está dissociada de uma consciência coletiva, informando uma ação focada em sua existência, mas, ao mesmo tempo, contributiva para uma comunidade. Esse é um importante apontamento feito por hooks (2022), alinhando a importância de histórias individuais servirem para a comunidade negra como incentivo de vida.

No quesito saúde, muitos membros falaram de atitudes cotidianas que entendem como promotoras de saúde integral, sendo um equilíbrio de diversos fatores. Nas palavras de Quino, saúde depende de equilíbrio entre “físico, mental, social, espiritual, (...) uma plenitude de conseguir se movimentar”. Para isso, são relatadas algumas ações como ouvir música, praticar esportes e manter as relações de amizades. A busca por saúde institucional se mostra importante para todos os entrevistados, porém, de forma bem balanceada na divisão. Alguns homens fazem um acompanhamento rotineiro em serviços clínicos, enquanto outros homens, não, apesar da consciência de que isso é necessário. Pesquisas como a de Gomes (2012) apontam para fatores da baixa adesão de homens nas unidades básicas de saúde, entre eles, o horário de funcionamento das unidades de atendimento e a falta de busca ativa dos equipamentos de saúde pública na comunidade onde os homens estão inseridos; porém, tal pesquisa carece de recortes raciais. No relato dos participantes, fica nítido que o conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde³² é um objetivo a ser alcançado com improvisos na vida cotidiana, o que inclui o escape de ações racistas que prejudicam a saúde.

De maneira generalizada, a tímida produção de pesquisas entre masculinidades e saúde falam geralmente de uma masculinidade hegemônica, deixando de lado as complexidades das ditas masculinidades subalternizadas. Em artigo sobre os impactos da pandemia de COVID-19 nos homens negros, Cunha e Tavares (2021) identificam situações degradantes de trabalho e dificuldades de acesso aos espaços formais de saúde durante o início da pandemia no Brasil, causando mortes pela contaminação do coronavírus e evidenciando as estruturas desiguais do país que, nesse caso, impactava mais aos homens negros, por serem trabalhadores informais e do ramo de serviços.

Um dos estímulos que mais gerou debate nos dois grupos de discussão foi a questão: “o que é ser homem para você?”. O aspecto que mais me chamou atenção foi a intrínseca relação de raça a partir de uma pergunta que comportava o gênero. Para a maioria dos entrevistados, “ser homem” é acompanhado de aspectos raciais, seja por imposições de suas histórias de vida, seja pela visão societária que os enxerga como homens negros – e não somente homens (Fanon, 2008). Em alguns momentos, os entrevistados pareciam misturar as

³² “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Retirado do site *Biblioteca virtual em saúde*, que pode ser acessado em: <https://bvsmis.saude.gov.br/05-8-dia-nacional-da-saude/#:~:text=Gozar%20de%20sa%C3%BAde%20significava%20n%C3%A3o,apenas%20a%20aus%C3%A2ncia%20de%20doen%C3%A7as%20E2%80%9D>. Acesso em 06 de Maio de 2024.

categorias de gênero e raça, deixando evidentes as interferências uma na outra. Um dos entrevistados se delongou na resposta sobre sua experiência em ser homem na sociedade, falando sobre os “privilégios” que homens têm na estruturação patriarcal, ao mesmo tempo que homens negros não têm esse privilégio de forma integral e inabalável. Ele parecia dar voltas para explicar uma equação difícil de ser balizada, pois os conceitos de raça e de gênero masculino confluem-se e, em alguns momentos, também se distinguem. Percebi alguns pressupostos do feminismo (homem como um problema social, desvalorização de atitudes masculinas) sendo uma espécie de ideal de alguns homens, que apresentavam falas depreciativas sobre sua condição masculina.

As ideias sobre gênero e raça se articulam em diversas partes dos relatos, como por exemplo, a divisão acalorada entre a participação de mulheres ou não nas Rodas – a maioria dos entrevistados se mostrou contrária. Ainda que percebam a necessidade de espaços inter-relacionais entre homens e mulheres negras, entendem a RCHNB como um lugar conquistado pelo e para os homens negros, como um ambiente para se sentirem mais confortáveis na abordagem e no compartilhamento de seus problemas. A Roda aparece também como espaço de formação entre pares. Segundo Quino, é “um espaço do homem negro se constituir, se forjar com um certo diferencial em relação a outros espaços onde homens negros construíram que não são necessariamente preciso se vincular ao patriarcado ou assumir práticas do patriarcado, do machismo”. Os entrevistados veem ainda uma complexidade na não aceitação de mulheres ao perceberem que alguns movimentos, como o rap, por exemplo, tinham no seu desenvolvimento a exclusão das mulheres e o fortalecimento de homens negros.

O caráter centrado no masculino aparece em diversos momentos, em que a presença feminina adquire uma espécie de retirada do foco temático que a Roda se propõe: os homens negros. Para os entrevistados, espaços de trocas entre homens e mulheres negras são essenciais na luta antirracista, porém, espaços de expressão do masculino negro são raros, diferente de espaços construídos historicamente pelas mulheres negras, que através da organização do movimento social, conseguiram inclusive inserções de pautas em algumas políticas públicas. Ironicamente, muitos homens chegam à Roda por meio de alguma amiga, namorada ou esposa, que entendem que aquele espaço será bom para suas vivências.

Para Vigoya (2018) uma das maneiras de se chegar a compreensões para além do binarismo de gênero são as formulações acerca da masculinidade usando marcos teóricos feministas, não para se balizarem de maneira simplista, mas para ter acesso a contradições e

falhas nas relações desiguais. Qualquer modelo hegemônico preza pela padronização, sendo necessária uma criticidade para o confronto desses padrões baseados nessa modelação. Mesmo que manifestada uma percepção crítica em algumas das falas dos participantes, percebi alguns espelhamentos do modelo hegemônico. A consciência crítica de si, acompanhada de padrões patriarcais, acaba por gerar complexidades subjetivas que deveriam ser analisadas mais profundamente pelos estudos das masculinidades, em especial no campo das ciências psicológicas. hooks (2022) evidencia a difícil tarefa desses homens se constituírem em uma “identidade masculina alternativa” (p. 75) que se distancia dos modelos hegemônicos. Segundo a autora, a masculinidade em si não é boa nem ruim; trata-se de uma constituição cultural, mas, em relação ao aspecto negativo dessa constituição, sua raiz é patriarcal e branca, o que faz a autora usar a categoria de “masculinidade patriarcal” (p. 72).

Uma das imposições hegemônicas em relação à população negra é a destituição da humanidade através da fixação valorativa de uma pessoa em relação a seu corpo. No mercado de trabalho, isso ocorre principalmente com homens negros, valorizados pela força física ou pelos comportamentos laborais repetitivos, ou seja, ações desprovidas de intelectualidade e/ou de criticidade. O “desenvolvimento” da inserção social desses homens ocorreu por via da participação dos signos humanitários desenvolvidos ao longo do processo de colonialidade. Um desses símbolos, manifestados timidamente pelos participantes, é a atração pelo lugar de provedor familiar, que carrega uma ambiguidade do modelo hegemônico, uma vez que, segundo os entrevistados, é advindo do prazer de emancipação diante da repetição de privações familiares que tiveram em suas histórias, sendo hoje uma espécie de satisfação familiar prover acesso e mobilidade social à sua família. São relações de complexidade dentro da estrutura colonial, o que requer estudos que possam apontar para a relação entre patriarcalismo e masculinidades negras.

O grupo questiona alguns padrões hegemônicos, destacando no discurso o direito de homens “mais velhos” cuidarem de crianças ou assumirem os afazeres domésticos, ou, ainda, assumirem “outro tipo de imagem”. Xina dá o exemplo de estranhamento quando via familiares seus sendo “homens negros carinhosos, (...) fazendo tarefas domésticas”. A pontuação feita por Xina sobre um “outro tipo de imagem”, se alinha ao que Bueno (2020) e Collins (2019) afirmam como produções de símbolos que buscam regular a realidade racista, reduzindo experiências de vida a meros corpos. É aqui que um pensamento binário também influencia a realidade racista, criando opostos simplistas dentro de uma complexidade social

que exige um pensamento mais amplo para a leitura de fenômenos interseccionais. No relato de Xina, percebe-se o escape do estereótipo de homem negro, mas, ao fazê-lo, ocorre a tentativa de inseri-lo em outra categoria subalternizada: a de uma orientação sexual que seja desvalorizada para os padrões hegemônicos. Mesmo com consciência desse jogo de subordinação, Xina relata que precisa de atenção pois “as armadilhas estão aí”.

E, por outro lado, pegando a questão de ser negro e ser homem, acho que o homem negro, normalmente quando ele sai muito dessa esfera dos estereótipos, normalmente começa a ser atingido a questão da sexualidade dele, começa a se colocar em cheque a sexualidade dele. Então até isso também foi enfrentado de uma forma assim, que eu posso ser de um jeito e não necessariamente minha sexualidade tem que ser transformada, sacou? E então sempre foi algo que eu percebi que eu deveria assumir sim, ter o controle sim, saber me posicionar, saber mostrar quem eu sou, independente do que vão achar da sexualidade, do que eu devo ser como homem, o que eu devo ser como homem negro. Então é isso. Acho que já me libertei muito, mas ao mesmo tempo a gente também tem que ficar sempre atento porque as armadilhas estão aí, e a gente não pode errar como homem negro. É praticamente impossível, mas é isso. Acho que a questão da sensibilidade também puxei muito do meu padrasto, que foi por muito tempo ele que criou eu e a minha irmã, meus pais eram separados, então eu vi ali um cara, um senhor de idade, que ele é bem mais velho do que minha mãe, cuidando de 2 filhos, lavando roupa, lavando cueca, lavando calcinha da minha irmã. Então já foi um outro tipo de imagem que eu via no decorrer da minha infância, de homens e de homens negros. Já tive a facilidade de ver homens negros carinhosos. Já tive a oportunidade de ver homem negro fazendo tarefas domésticas. Então assim, é complexo, mas graças a Deus já pude ir por outro caminho, um caminho para mim mais saudável (Xina, 32 anos).

Diversos relatos falavam sobre um ideal de ser homem esperado pela sociedade, ao mesmo tempo que essa sociedade não promove condições de amparo às vivências masculinas negras. Os ideais societários muitas vezes entram em choque com a subjetividade particular, causando uma espécie de ideal adequado do que é ser homem, em que a capacidade de se construir e sonhar é submetida a ideários pré-estabelecidos pelos desejos nacionalistas (Miskolci, 2012). Já em outros momentos, a atitude consciente da composição racista faz com que ações de combate às opressões sejam operadas, porém, diante da estrutura da realidade, o padrão branco ainda se faz presente enquanto referência.

Então, a partir do momento que eu comecei, que eu me libertei disso tudo, eu expressei minha negritude através do meu cabelo. Através da estética também eu tenho aprendido, para cuidar da minha saúde, me vestir um pouquinho melhor. E, ultimamente, mesmo e focando em ser um preto foda, um preto tipo A, como diz o Brown. Um preto foda é aquele preto que... não é você querer ser melhor do que ninguém, nem de quebrar com negos colegas. Um preto foda é assim, no meu conceito da vivência que eu tenho hoje e quero ter, é bugar a cabeça de branco mesmo. É fazer tudo ao contrário do que eles pensam que nós somos (Lino, 39 anos).

E ainda:

Então tudo de ruim que falam de um homem preto, eu estou aqui num dos meus ambientes para provar que não é assim. E eu tenho conseguido. Tenho conseguido trilhar esse caminho de bugar a cabeça de branco em tudo quanto é lugar. Eu quero é atrair olhares mesmo, eu quero que eles olhem para mim e fiquem olhando mesmo, fala: “Porra, como assim? Porra, tu está indo? Porra, tu está fazendo, “Tô, tô, já fiz já... já isso. Bora, foda-se, vamos lá, vamos lá. Não aceito isso e é isso”. Eu acho que eu estou num momento de embate, sabe? De ir pra cima mesmo e aprendi isso na roda também com alguns colegas aí, que tem essa coisa de ir para cima (Lino, 39 anos).

Uma outra construção complexa se dá sobre os ideais construídos de virilidade, em que a maioria dos entrevistados se mostram indecisos ao serem questionados se diante da constatação racista se sentem viris. A maioria dos posicionamentos foram condicionados a fatores externos, seja no sentido heterossexual de contribuir com o orgasmo da companheira ou de essa companheira verbalizar bem-estar a partir de desempenhos na relação afetiva que indiquem confiança. Aparecem ainda alguns aspectos mais subjetivos, como autoestima, “se sentir com energia” ou “ter opinião própria” nas manifestações dos participantes. De maneira mais generalizada o grupo se mostrou ambíguo em relação ao sentimento de virilidade. Vejamos o relato de Onin:

Então a resposta é: nem sempre eu me senti viril. Tem vários momentos em que eu não me senti viril. Entendeu? E em outros momentos, o machismo faz a gente também pensar, pelo menos fez comigo, que se você se sentir viril demais, você está naquele limiar do desrespeito ou da violência com a mulher. Entendeu? Então você tem que ter uma virilidade controlada ali, sabe? Uma coisa meio sensível e meio viril, como se sensibilidade fosse o oposto de virilidade. Mas parece que surgiu, é uma coisa retrógrada, machista, sabe? Então eu não sou muito, não me senti, sabe? Hoje eu me sinto, me sinto bem, tenho uma relação maravilhosa, sabe? Mas em muitos momentos eu não me senti. É isso (Onin, 45 anos).

A fala de Onin é carregada de estranhamentos sobre o que é ser viril, bem como atravessamentos do machismo que dá amparo a uma virilidade opressiva com o feminino. Sempre em oposição ao feminino, a virilidade é uma categoria que sofre mutações ao longo do tempo, porém, com a modernidade, o que poderia ser considerado ambivalente adquire um *status* de possibilidade, como nos demonstra Corbin, Courtine e Vigarello (2013). Segundo os autores, dentre algumas rupturas da masculinidade amparada na virilidade, temos o decantamento da força institucional frente à “busca individual por autonomia” (p.15);

ademais, há congruências entre a leveza e o vigor, a elegância e a força, a racionalidade e o empirismo.

Cabe evidenciar que a RCHNB é frequentada por homens gays, bem como durante a fase de observação, foi observado temáticas relacionadas ao público LGBTQIA+, porém o recorte de pesquisa abrangeu uma maioria de participantes heterossexuais, deixando evidente um limite da pesquisa. Apesar do chamamento ter sido direcionado a todos os membros da Roda não identificamos o porquê da não participação de membros gays ou bissexuais.

Não é demais lembrar que a modernidade é o período em que os projetos de expansão de impérios aconteceram por meio da escravização de povos africanos. A indecisão de Onin em dizer se é viril ou não pode demonstrar uma condição confusa, pois, no jogo viril colocado para os homens, códigos emocionais defasados são gerados para os homens negros. Faustino (2014) nos evidencia situações em que homens negros são tratados com hiper sexualização ou animalização, desconsiderando os aspectos subjetivos de suas existências; ou seja, esses homens, quando não tem sua virilidade questionada, as tem superdimensionadas, mas não há construções subjetivas e prontas para serem acolhidas como parte de sua humanidade.

Virilidade e ser homem aparecem como atributos indissociáveis, mas alguns membros se sentem à vontade de fazerem coisas “que não são para homens”, como por exemplo, dançar, rebolar, beijar o rosto de amigos e urinar sentado. Durante o momento desses relatos surgiram diversos sorrisos que avalei como um desconforto com o que estava sendo dito. Em geral, os participantes que se assumiam nesse lugar justificavam seus posicionamentos dizendo importante ter comportamentos “menos masculinos”. Alinhando-se ao que podemos entender como virilidade no cotidiano desses homens, aparece uma disputa no ambiente acadêmico e de trabalho, geralmente permeado com outros homens brancos. Por vezes, se comportar e se vestir de maneira que chame menos atenção é um recurso para evitar possíveis situações desagradáveis. A ideia de virilidade se aloca de forma não estruturada, pois a vivência viril desses homens é atravessada pelo racismo, ocasionando uma espécie de potência sem poder, como dito por Deivison Faustino no clássico artigo *O pênis sem falo*, de 2014.

Muitas vezes as formulações dos entrevistados trazem um aspecto racial que se sobressai nas indagações feitas em intersecção com diversas áreas da vida social (classe, idade, localização geográfica de moradia etc.). Como já relatado aqui, os aspectos de raça e de

gênero se mostraram intercalados, sem uma hierarquia sobre o outro nas colocações do cotidiano feitas pelos entrevistados.

Diante da clivagem interna de nossa sociedade, os homens entrevistados relataram uma desconfiança na polícia militar, demonstrando uma característica estrutural do racismo, em que a institucionalidade pode representar um vetor significativo de opressão que parte de um lugar impessoal (a instituição e suas regras) para um pessoal (o inimigo a ser detido). As falas dos participantes se mostram consonantes aos trágicos números³³ de assassinatos cometidos pela instituição supracitada, evidenciando um trajeto político sistematizado no interior de uma entidade com valores de uma virilidade guerreira, que deve exterminar um “inimigo interno” da nação.

As considerações sobre a violência no Brasil confirmam que as vivências negras são abaladas pelas instituições militares nacionais. Percebi isso diante dos relatos que demonstravam a vontade de se antecipar à violência como uma postura preventiva, o que acaba comprometendo a saúde mental com pensamentos ansiogênicos. Um dos entrevistados afirmou estar constantemente em um estado de “coisa meio que paranoia” (Lino, 39 anos), enquanto outros participantes usam a estratégia de se diferenciar esteticamente da “figura do bandido”, usando boas roupas, tendo um corte de cabelo considerado alternativo e até acreditando que sua idade dará aval para a polícia não fazer abordagens preconceituosas. Tais estratégias, por mais que pareçam uma prevenção à violência, denunciam uma tentativa de anulação de situação estressante, o que por si só se torna um problema.

A RCHNB se choca com a tendência do isolamento masculino e da superficialidade emotiva dos homens (Gratch, 2001), promovendo um espaço do que Guerreiro Ramos (1995) chamou de “negro vida”, afastado daquilo que seria o “negro tema”. Em linhas gerais, o “negro vida” seria a condição de se reformular, de se narrar e de despistar os imperativos racistas que condicionam o “negro tema”, narrativa externa do outro. As formulações de Guerreiro Ramos se coadunam com as de Fanon (1968), quando diz que o mundo colonizado é cindido em dois. De um lado estão as entidades de controle que regulamentam a lei e a ordem da colônia, evitando que as fronteiras estejam desguarnecidas para a entrada de algum estranho; ao mesmo tempo, internamente há outras entidades para o controle social, através das práticas de ensino, da religião, da imprensa etc. Logo, há a manutenção da organização

³³ Polícias do Brasil mataram 17 pessoas por dia ao longo de 2022, indica Anuário de Segurança: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/policias-do-brasil-mataram-17-pessoas-por-dia-ao-longo-de-2022-indica-anuario-de-seguranca.ghtml> . Acesso em 07 de janeiro de 2024.

social sob um molde, mas não só, pois há um duplo sentido de existir: 1. normatizar a divisão interna de nação entre colonos e colonizados e 2. fazer a manutenção dos limites entre a colônia e o estrangeiro, enquanto soberania nacional. Essa lógica parece ter sido repetida – salvo suas diferenças de discursos – pelos entrevistados desta pesquisa, que constantemente citaram a evidência de diferenciações entre homens brancos e homens negros; ademais, falaram do racismo como uma estrutura condicionante de comportamento. Como essa formatação colonial descrita por Fanon (1968) também precisa ser passada culturalmente na família – como uma maneira de estar no mundo –, acredito que cabe aqui pensarmos essa instituição como uma formação subjetiva dos homens negros no lugar de colonizados.

A Roda se mostra como uma preparação para o enfrentamento da sociedade racista, “parece que toda a preparação ela vem no primeiro momento de quando a Roda termina” (Ulisses, 48 anos). Diante da heterogeneidade dos membros participantes, acontece uma troca sobre diversas áreas de interesse, o que promove um ambiente de estímulos em se viver melhor, além de aprofundamentos vivenciais através das temáticas trazidas pelos participantes.

Na intenção de ampliarmos o universo estudado até aqui, partiremos para uma apreciação mais macrossocial da RCHNB através da análise das informações obtidas nas respostas do questionário virtual.

6.2 Questionário virtual

Os questionários³⁴ foram enviados pela plataforma *Google* aos integrantes que não puderam ou não quiseram participar do grupo de discussão. Assim, eles responderam às perguntas desde um aspecto mais amplo e com mais liberdade de horário. Diferente da análise dos grupos de discussão, algumas perguntas do questionário formaram gráficos, o que nos possibilita ter uma análise quantitativa das respostas. Sendo assim, seguem alguns dados gerais:

- 67,7% dos entrevistados têm entre 30 e 40 anos de idade;
- Os com um nível de educação formal de pós-graduação totalizam 54,8%;

³⁴ As perguntas feitas no questionário podem ser vistas no Anexo 2.

- A identidade de gênero cisgênero abrangeu quase a totalidade dos participantes, com 96,8% dos entrevistados, enquanto apenas 3,2% responderam ser de gênero não binário (quantitativamente corresponde a um 1 entrevistado).
- Em relação à orientação sexual, 87,1 % dos entrevistados são heterossexuais, 9,7% homossexuais e 3,2% pansexuais.

As informações sobre identidade de gênero e sobre orientação sexual são importantes, pois nos dão condições de futuras pesquisas desenvolvidas com sensibilidade a uma composição da estrutura dominante apontada pelos estudos de gênero (Federici, 2020; hooks, 2022), que colocam a heterocisnormatividade enquanto parte estruturante da masculinidade hegemônica. O dado de um entrevistado se intitular uma pessoa não binária me causou curiosidade, uma vez que a Roda se debruça reiteradamente sobre a participação de mulheres ou não. Aqui assumo um limite da pesquisa que foi preponderantemente realizada com homens heterossexuais.

Nos resultados do questionário online, 96,8% dos entrevistados responderam ter vínculo empregatício. No serviço público são 43,3%, 36,7% estão na iniciativa privada, 16,7% são empreendedores ou microempreendedores individuais (MEI) e apenas 3,3% são microempresários. Diante das informações obtidas, percebemos que o público que frequenta a RCHNB se faz de homens negros trabalhadores, em especial servidores públicos, sendo outros formatos empregatícios diluídos nos dados estatísticos do levantamento.

Dando prosseguimento, 67,7% dos participantes da pesquisa responderam morar com a família, sendo a composição feita por filhos (média de 2) e esposa.

Como se trata de uma pesquisa sobre saúde, julguei importante ter perguntas relacionadas com os comportamentos de uma vida saudável, mesmo que esses aspectos tenham sido levantados no grupo de discussão. Dessa forma, a aplicação do questionário apontou para 51,6% dos participantes que não praticam esporte de maneira rotineira, enquanto 48,4% sim. Já 77,4% dos entrevistados possuem plano de saúde e 74,2% fazem exames de rotina com frequência (exame de sangue, colesterol, urina e pressão arterial). Outros 87,1% não fazem uso dos aparelhos públicos com frequência e 64,5% não têm nenhum diagnóstico de problema de saúde. Por fim, 58,1% se veem como tendo algum tempo livre de qualidade. Em relação ao quantitativo não predominante dos entrevistados que têm algum problema de saúde (35,5%), a doença com maior predominância foi a pressão alta.

Por último, pensei na importância de questionarmos se os homens entrevistados entendiam que possuíam uma rede de contatos que pudessem contar. A aplicação do questionário demonstrou que a maioria dos homens consideram que tem uma rede de contato em que podem contar; dentre esses, uma minoria intitulou a RCHNB como sendo parte dessa rede.

Com a aplicação do questionário percebi a necessidade de aprofundamento de alguns dados, o que resolvi não fazer aqui por uma questão de focalização nos objetivos de pesquisa. Como exemplo trago a participação de uma pessoa que se intitula “não-binária”, ao mesmo tempo que a Roda tem no seu fazer uma discussão sobre o gênero. Um outro interesse é a de aprofundamento dos números para um panorama mais qualitativo destes resultados.

Decidi dar mais foco nos grupos de discussão, deixando os resultados do questionário como um panorama menos investigado e mais quantitativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formulações sobre os lugares sociais ocupados pelos homens vêm ganhando notoriedade no Brasil³⁵. Grupos de encontro, produções acadêmicas e perfis de redes sociais se somam a novas narrativas desenvolvidas pelos próprios homens sobre uma afirmação do masculino, por vezes, acompanhada de autocríticas diante da estrutura desigual de gênero. Nessa localização centrada no gênero, perpassa outra discussão proeminente no Brasil, que é a discussão de raça. Apesar de não ser uma discussão recente, ela ganha um maior vulto no espaço institucional político com a Conferência de Durban³⁶, no começo dos anos 2000. Nesse mesmo período, avultaram-se também as publicações acadêmicas com a intersecção entre gênero feminino e raça.

Com a intenção de aprofundar-se nas reflexões sobre o homem negro, Fanon (2008) é taxativo à pergunta “que quer o homem negro?”. Para Fanon, o homem negro deseja ser branco, trama social e subjetiva que o impele algo impossível em seu objetivo e em sua busca; assim, Fanon parte da humanização desses sujeitos os colocando como seres desejantes. Por mais que uma instância psíquica, societária ou política possa se inclinar para esse objetivo impossível, a RCHNB demonstrou ser um micro espaço no tecido social em que manifestações da negritude foram positivadas pelos participantes entrevistados.

A relação Eu X Outro é desenvolvida de maneira mais humanitária durante os encontros da Roda, geralmente sobre um espelhamento positivo de si junto com outros homens negros. Os encontros por vezes funcionam como uma formação política, principalmente para homens que não tiveram repertório familiar pautado em uma educação racial. Para muitos homens entrevistados nesta pesquisa, a Roda é o primeiro espaço de reflexão sobre gênero masculino e raça; por conseguinte, a reacomodação de relações a partir de pensamentos mais críticos. Assim, foram relatadas visões mais apuradas da formação racial brasileira após a frequência na Roda.

Ademais, foi percebida a influência de uma estrutura hegemônica branca e masculina nas relações que se configuraram na expressão de “homem branco” como uma forma de estar

³⁵ O site Papo de Homem é uma referência no assunto sobre homens e masculinidades na internet e lá é possível ver diversas iniciativas brasileiras. Em: <https://papodehomem.com.br/transformacao-homens-masculinidades-projetos-iniciativas-pessoas>. Acesso em 07 de janeiro de 2024.

³⁶ No dia 31 de agosto e 8 de Setembro de 2001 foi realizada na cidade de Durban, África do Sul a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância.

no mundo carregada de opressão. Por vezes, essa hegemonia era dirigida para instâncias institucionais como a polícia e o sistema judiciário.

A média etária dos participantes é entre 30 e 40 anos, o que coloca esses homens em um recorte etário para além do apontado como crítico para a mortalidade violenta de homens negros, que é de 15 a 29 anos. Fazendo uma alusão a um disco dos Racionais Mc's, vejo-os como “sobreviventes do inferno”, que seria o mesmo que viver em uma sociedade que naturaliza a violência contra os jovens negros. Por certo, a introdução da música *Capítulo 4, versículo 3* do disco traz diversos fatos sobre a condição aviltante que muitos homens negros vivem no Brasil. As referências são relacionadas à violência policial, a defasagem educacional entre negros e brancos e a violência letal narrada por Primo Preto, que se diz ao final da narração das informações que é “mais um sobrevivente”. O disco é de 1997, porém, a realidade brasileira acerca das temáticas introdutórias dessa música continuam atuais. Falar sobre Racionais Mc's merecia um capítulo à parte nesta dissertação, diante do valor que o grupo teve e tem para diversos participantes da Roda. Os membros se referem ao grupo musical como uma espécie de educador para a vida – diante do sistema racista imposto no Brasil.

Assim como o Rap, os encontros da RCHNB permitem um exercício da autonarrativa referenciada em valores, exercendo um modelo de relação não coisificável que o discurso racista opera, em que o negro é tido como objeto passivo. Ainda assim, foi identificando, em algumas participações na Roda, um tom de queixa sobre ser negro, criando afinidades e direcionando o grupo a discursos sem demanda específica (pelo menos não manifestadas objetivamente).

Os desdobramentos da Roda de Conversa são incontáveis, pois acionam intersecções subjetivas e relações de afinidades para além do nosso espaço, o que pode ser lido como uma ampliação do pertencimento social num modelo de aquilombamento através das partilhas de histórias de vida na RCHNB.

Os critérios para a aceitação de membros na roda são ambíguos e geradores de conflitos, o que resulta em tensão desde a criação da Roda até os dias atuais. O grupo adota o formato da heteroidentificação, em que o direito a opinar sobre a validação racial ou não dos neófitos é feito por integrantes que participam da Roda há mais tempo. A cor da pele é um fator preponderante para o veredito se uma pessoa fica ou é expulsa. Atualmente, a Roda toma o critério de que se algum membro se sentir desconfortável com a presença de algum novato,

deve-se levantar a questão e encaminhar para uma votação; caso haja três votantes (independente do quantitativo presente) contrários a autoidentificação negra do novato, ele é convidado a se retirar da Roda. Percebi que a Roda ainda não tem um critério avaliativo bem delineado para tal questão, sendo esse um assunto que nos fragiliza de maneira considerável, por vezes, atrapalhando o funcionamento proposto com foco em temas pré-determinados. Muitas vezes o tema sobre quem é negro e quem não é extrapolou, a meu ver, o objetivo do encontro, fazendo com que algumas discussões continuassem no grupo de *WhatsApp* da RCHNB acompanhadas de uma mobilização emocional que, em alguns momentos possibilitou, trocas de ofensas entre alguns integrantes.

Através de dois instrumentos avaliativos, perceberam-se interpretações dos participantes sobre a Roda, sendo a que mais me chamou atenção o aspecto de promoção de saúde que a Roda possibilita. Ao conglomerar homens negros e proporcionar um espaço de fala e de escuta, os participantes relatam benefícios, como a ampliação da rede de amparo, maior condição de pensar o racismo e a sociedade de maneira crítica e o fato de ter um olhar mais positivo de si mesmo. Esse parece ser um movimento já percorrido pelas mulheres negras e indígenas, como conseguimos perceber nas elaborações de Gonzales (2018).

As tentativas de sistematização de homens negros ainda é uma movimentação nova, porém pertinente, diante do silenciamento das condições aviltantes que esses homens passam. Isso ficou evidente diante da baixa produtividade acadêmica que versasse sobre a saúde da população negra; percebi uma certa timidez argumentativa sobre as condições dos homens negros e a saúde.

A RCHNB pode ser entendida como um grupo que funciona em uma lógica contrária ao *status* neoliberal que avança sobre nossa sociedade, uma vez que se realiza no encontro com os outros e localiza o seu fazer grupal diante de fenômenos sociais impostos ao grupo. A Roda não tem um fim em si mesma; trata-se de encontros pautados sobre reflexões existenciais. Alguns membros se referem a RCHNB como um espaço de trocas de saberes entre homens negros, e isso pode ser percebido no ambiente proposto pelas temáticas que são escolhidas em um encontro e desenvolvidas no encontro posterior.

Apesar de um caráter grupal crítico, não percebi a Roda com movimentações que poderiam caracterizá-la como um movimento social ou de inserção em espaços decisórios da política institucional brasileira. As ações políticas se localizam em organizações pontuais de ajuda à grupos negros menos favorecidos socialmente (me refiro aqui a mulheres presas no

sistema penitenciário do Distrito Federal e ações de ajuda financeira a membros da Roda). A RCHNB não demonstrou sistematização de atitudes que combatam o racismo para além dessas, que versam com um formato assistencialista.

Observei que a Roda acabou por desenvolver e estimular encontros sistemáticos entre membros das famílias dos frequentadores, proporcionando relações para além da Roda. Constantemente, algum membro propõe churrascos, comemorações de aniversário ou festas que incluem a participação de integrantes da Roda. Soube, inclusive, que já existe um grupo de *WhatsApp* de esposas e companheiras dos membros da Roda, que conversam constantemente e buscam a realização de encontros de mulheres.

Unidos por diversas interrogações, algumas apontadas neste texto, a RCHNB parece agenciar uma rota de fuga (Veiga, 2021), quando não, uma esquiva dos golpes raciais emitidos aos homens negros. Que as organizações em roda que até aqui resistiram sejam modelos potenciais para o fortalecimento e para a atualização da Roda de Conversa de Homens Negros de Brasília.

Acredito que a capacidade de sonhar, de se expressar e (por que não?) de sorrir, aspecto preponderante nos encontros da RCHNB, sejam ações de enfrentamento à barbárie colocada para o público-alvo das reflexões que desenvolvemos até aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia. Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ADRIÃO, Karla G. Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo. **Cadernos de gênero e tecnologia**, Curitiba, v.1, n. 3 2005.

ALVES, Fábila Pottes **Saúde do homem: ações integradas na atenção básica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016. 53 p.

AMBRA, Pedro. **O que é um homem - Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Zagodoni. 2021

ANDRADE, Mônica Viegas, LISBOA, Marcos de Barro. Mortalidade nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. **Est. Econ.** São Paulo, V. 3, N. 1, p. 5 – 56, Janeiro - Março 2001.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2019. ISSN 2764-0361. CERQUEIRA, Daniel (coord.)

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **Colonização, Quilombos: Modos e significados**. Brasília: Instituto de Inclusão em Ensino Superior, 2015.

BOHNSACK, Ralf. **Pesquisa social reconstrutiva - Introdução aos métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BRAGA, Ana Paula Musatti, ROSA, Miriam Debieux. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. **Revista da ABPN** • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018, p.89-107

BRASIL, Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1358026>. Acesso em 25 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 2. ed. Brasília-DF: Editora do Ministério da Saúde, 2013

BRASIL, Sandra Assis, TRAD, Leny Alves Bonfim. O movimento Negro na construção da Política de Saúde Integral da População Negra e sua relação com o Estado Brasileiro. In. **Saúde da população negra** / Jurema Werneck, Luís Eduardo Batista e Fernanda Lopes (orgs.). - Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012. 328p.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CARVALHO, José Jorge de. Images of the black man in Brazilian popular culture. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. In. **Série Antropologia** 201. 1996. Disponível em: < <https://www.dan.unb.br/images/doc/Serie201empdf.pdf> >. Acesso em 16 de Novembro de 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CESARO B.C., SANTOS H.B., SILVA F.N.M. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. **Rev Panam de Salud Publica**. 2018;42:e119. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.119>

COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Joalice. Irmandade da Boa Morte e Culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e Performances Negras. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 296p.

CONNELL, Robert W. La organización social de la masculinidad (1997), », In. Teresa Valdes, José Olivarría (org.), **Masculinidad/es: poder y crisis**, Santiago de Chile, Isis y Flacso-Chile, n. 24, pp. 31-48. 1997

CORBIN, Alain; COURDINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História da virilidade**. A invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes. Petrópolis: Ed: Vozes, 2013. 614p.

CUNHA, Vinicius Dias; TAVARES, Breitner. Os homens negros em tempos de pandemia do covid-19. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [S.l.], v. 13, n. 37, p. 533-555, ago. 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1208>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DAVID, E.C, VICENTIN, M.C.G, SCHUCMAN, L.V. Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2023/Set).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEALTRY, Giovanna. **No fio da navalha: malandragem na literatura e no samba.** Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008

FAUSTINO (NKOSI), D. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In. **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay.** – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Pp. 75.

FAVRET-SAADA, J. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada (P. Siqueira , Trad.). **Cadernos De Campo.** São Paulo, 1991, 13(13), 155-161.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FONSECA, A. **Grupo, fugacidade, ritmo e forma: processo de grupo e facilitação na Psicologia humanista.** São Paulo: Ágora, 1988. p.175-186.

GARCIA, Renísia Cristina. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira.** Tese de doutorado (Orientação: Maria Abádia Silva). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. 2010

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GOMES, R. **Sexualidade masculina, gênero e saúde.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzales em primeira pessoa.** Diáspora africana: Editora filhos da África, 2018. 486 p. 1ª edição.

GRATCH, Alon. **Se os homens falassem...** Como compreender as atitudes masculinas. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

HOOKS, bell. Reconstruindo a masculinidade negra. In. **Olhares negros: raça e representação.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade.** São Paulo: Elefante, 2022

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In. **Escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998

LANGDON E.J., WIJK F.B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [Internet]. mai-jun 2010 [acesso em: 22 de dezembro de 2022];18(3): 09 telas]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/5RwbrHQkrZ4X7KxNrhvvtB/?lang=pt&format=pdf>

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón. (orgs). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MALUNGO DE SOUZA, R. (2014). Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. **Antropolítica** - Revista Contemporânea De Antropologia, (34). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2013.0i34.a41516>

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Arte & Ensaios** | Revista do PPGAV/EBA/UFRJ | n. 32 | dezembro 2016

MEDRADO, B., LYRA, J., and AZEVEDO, M. “Eu Não Sou Só Próstata, Eu Sou um Homem!”: Por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero. In. GOMES, R., org. **Saúde do homem em debate** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, p. 39 – 74.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo, Annablume Editora, 2012.

MONTEIRO, Cláudio Dantas. “Pebas” e “vagabundos”: A representação midiática de criminosos no programa DF Alerta. **Dilemas**: Revista de estudos de conflito e controle social. v. 13, n. 3 . Rio de Janeiro, 2020.

MONTEIRO, S., and CECCHETTO, F. Discriminação, cor/raça e masculinidade no âmbito da saúde: contribuições da pesquisa social. In: GOMES, R., org. **Saúde do homem em debate** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 129-144.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto. 1988

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In. **Beatriz Nascimento** – Quilombola e intelectual. Diáspora Africana: Ed. Filhos da África. 2018.

NASCIMENTO, Rosânia do. Medonho, objeto ou sujeito na literatura brasileira Reflexões a partir da recepção do debate sobre masculinidades negras no Brasil. In. **Revista Três pontos**. v. 15 n. 2 (2018): Temática Livre. UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais. 2019

NOBLES, Wade. Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In. NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Sankofa: Matrizes africana da cultura brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2009

NOGUEIRA, Christina G de M, MIRANDA, Marcelo H.G. de. A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos. In. Revista Interterritórios. **Revista de educação da Universidade Federal de Pernambuco**. Carauru. Brasil, v. 3. N. 5. 2017

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. Tese de doutorado em psicologia, Universidade de São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Alan Santos de. **Círculos, espirais e rodas no mundo afro-atlântico**: itinerários do pensamento rodante. 2021. 236 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**. Rio de Janeiro. Ed. Bazar do tempo, 2021.

PINHO, O. S. A. **Qual é a identidade do homem negro**. Democracia Viva, Rio de Janeiro, p. 1 - 76, 01 jun. 2004.

PINHO, Osmundo. Tiroteio: subjetificação e violência no pagode baiano. In. **Antinegritude – O impossível sujeito negro na formação social brasileira – Osmundo Pinho e João H. CostaVargas** (orgs). Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PIRES, T. R. O. Por uma concepção amefricana dos direitos humanos. In. Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, v. , p. 298-318.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117 – 142.

RAMOS, Guerreiro. Patologia Social do Branco Brasil. In. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRG, pp. 215-240, 1995.

RESTIER, Henrique. Lá vem o negão: discursos e estereótipos sexuais sobre os homens negros. In. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

RESTIER, Henrique. Mestiçagem, harmonia e branqueamento: quem tem medo do homem negro? In. **Site Justificando**. 2018. Disponível em: <

https://www.justificando.com/2017/12/11/mesticagem-harmonia-e-branqueamento-quem-tem-medo-do-homem-negro/#_ftnref3 > . Acessado em 16 de Setembro de 2021.

RESTIER, Henrique. Por que tenho orgulho de ser um homem negro? In. **Site Justificando**. 2018. Disponível em: < <http://www.justificando.com/2018/01/19/por-que-tenho-orgulho-de-ser-um-homem-negro/> >. Acessado em 30 de setembro de 2021.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In. **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades** – Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza(orgs). São Paulo: Ciclo Continuo Editorial, 2019. 232 p.

SABINE, M. Nós matámos o cão-tinoso: a emasculação de África e a crise do patriarca negro. **Via Atlântica**, 1(17), 187-200. 2010. <https://doi.org/10.11606/va.v0i17.50549>

SANTOS, A. B. dos ., & MAYER, J. (2020). Início, meio, início: Conversa com Antônio Bispo dos Santos. **Indisciplinar**, 6(1), 52–69. <https://doi.org/10.35699/2525-3263.2020.26241>

SEPARAVICH, M. A. CANESQUI, A. M. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica Cientista Social. **Saúde Soc**. São Paulo, v.22, n.2, p.415-428, 2013.

SOARES, Thiago A. S. Soares. ARAÚJO, Douglas J. G. Homem negro, corporeidades e saúde: perspectivas históricas e sociológicas. In. **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades** – Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza(orgs). São Paulo: Ciclo Continuo Editorial, 2019. 232 p.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. As representações do homem negro e suas consequências. **Revista Fórum Identidades**. Ano 3, V.6. jul-dez de 2009.

STAUDT, J. L.; SILVA, A. L. DOS S.; MAGALHÃES, M. L. Aptos aos trabalhos braçais, suscetíveis aos vícios morais: representações do homem negro na Revista Educação Física (1939-1944). **Movimento**, v. 24, n. 2, p. 483–494, abr. 2018.

TAVARES, Breitner Luiz. Feira do rolo na pedagogia da malandragem: memória e representações sociais no espaço urbano de Ceilândia-DF. **Sociedade e Estado** [online]. 2005, v. 20, n. 1 [Acessado 30 Agosto 2021] , pp. 271-272. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000100018>>. Epub 23 Abr 2007. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000100018>.

THEODORO, Mário. A implementação de uma agenda racial de políticas públicas: a experiência brasileira. In. ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. **As Políticas da Política**: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e PT. São Paulo: Editora Unesp, pp. 345-369. 2019.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia** – Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível**: Linhas de fuga e de cura. Telha., p. 84. 2021.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 260-300.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago. 2006

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, 9(2),460-482. 2001. DOI: 10.1590/S0104-026X2001000200008

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In. **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux** [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 (gerado em 28 janeiro de 2022). Disponível em: ISBN: 9782940503827. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.iheid.6316>.

YUVAL-DAVIS, N. Gender and Nation. **Ethnic and Racial Studies**. v.16. Number 4, October, 1993.

ANEXOS

Anexo 1 – Instrumento de coleta de informações - Tópico guia

BLOCO TEMÁTICO	PERGUNTA	OBJETIVO
Roda de Homens Negros / Percepção	1 - Como vocês conheceram a RCHNB?	Promover o debate e avaliar como a informação sobre a Roda chegou aos participantes
Roda de Homens Negros / Percepção	2 - Me fale um pouco sobre a Roda.	Perceber o papel da Roda para os integrantes
Saúde / Auto narrativa / Autocuidado	3 - Como é participar da RCHNB?	Dinâmicas de cuidado desenvolvidas entre homens negros na Roda de Conversa de Homens Negros de Brasília (RCHNB)
Saúde / Auto narrativa	4 - Qual a sua motivação para frequentar a Roda?	Entender as motivações dos integrantes e se a roda é um lugar de promoção de saúde
Saúde / Auto narrativa	5 - Vocês poderiam descrever hábitos que tenham que lhe tragam saúde?	Investigar sobre o autocuidado dos integrantes
Saúde integral / Auto narrativa	6 - Vocês poderiam falar de estratégias de saúde que conseguem acionar, para além da saúde formal, institucional, do Estado?	Avaliar mecanismos autônomos de cuidado consigo e com seu grupo
Masculinidade	7 - Como vocês vivenciam ser homem na nossa sociedade?	Autopercepção dos homens negros em relação ao gênero
Masculinidade	8 - Você tem experiências de fazer coisas que não são consideradas “coisas de homem”?	Autopercepção da masculinidade hegemônica
Comunidade / Sociabilidade / Relações interpessoais	9 - Como é o dia a dia onde você mora?	Analisar relações comunitárias
Masculinidade / Relação entre homens	10 - Como é a sua relação com os homens de seu trabalho?	Analisar relações no ambiente de trabalho
Saúde	11 - O que significa saúde pra você?	Percepção de saúde
Saúde	12 - Você tem acesso a ações de promoção da saúde?	Identificar acesso ou não acesso
Saúde	13 - O que é saúde mental para você?	identificar propostas da RCHNB na saúde mental dos participantes
Raça / Negritude /Auto narrativa	14 - Como é sua experiência em ser negro? (Ou como você vivência sua negritude?)	Estimular impressões subjetivas sobre autopercepção racial
Gênero/ Masculinidade / Autopercepção / Auto narrativa	15 - Como vocês se veem enquanto homens negros?	Estimular impressões subjetivas sobre a interseccionalidade entre gênero e raça

Gênero / Masculinidades / Autopercepção	16 - O que é ser homem pra você	Analisar as representações de masculinidades de homens negros envolvidos na RCHNB
Violência / Sociabilidade	17 - O que vocês fazem para se proteger da violência?	Incentivar discussões pertinentes ao grupo
Relações interpessoais / Gênero	18 - O que vocês acham da não participação de mulheres na roda?	Analisar a condição relacional entre homens e mulheres
Virilidade / Masculinidade	19 - Você é viril? Isso é importante pra você? Por que?	Analisar a ideia de virilidade
	20 - Não tenho mais perguntas, vocês gostariam de comentar alguma coisa que consideram importante dizer?	

Anexo 2 - Questionário virtual

1 - Qual a sua idade?

- Menos de 18 anos
- 30 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- 61 a 70 anos
- Mais de 70 anos

2 - Qual o seu nível de educação formal?

- Analfabeto
- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Graduação
- Pós graduação

3 - Qual a sua identidade de gênero?

- Cisgênero
- Transgênero
- Não binário

4 - Qual a sua orientação sexual?

- Heterossexual
- Homossexual

- Bissexual
- Pansexual
- Assexual

5 - Atualmente você tem vínculo empregatício?

- Sim
- Não

6 - Se a resposta anterior foi "SIM", qual o tipo de vínculo você possui?

- Servidor público
- Iniciativa privada
- Empreendedor/Autônomo/MEI
- Micro empresário
- Empresário

7 - Você mora com sua família?

- Sim
- Não

8 - Se sim, com quem?

9 - Você pratica esporte com regularidade?

- Sim
- Não

10 - Você tem plano de saúde?

- Sim

- Não

11 - Você faz uso de aparelhos públicos de saúde com frequência?

- Sim

- Não

12 - Você faz exames de rotina com frequência? (Exame de sangue, colesterol, urina, pressão)

- Sim

- Não

13 - Você tem tempo livre de qualidade?

- Sim

- Não

- Talvez

14 - Você tem algum problema de saúde?

- Sim

- Não

15 - Se sim, nos informe qual?

16 - Você tem uma rede de contatos que possa contar?